



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA - PPGB
MESTRADO PROFISSIONAL EM BIBLIOTECONOMIA - MPB

ANDRESSA RODRIGUES MOREIRA

ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO DE ESTUDANTES SURDOS NAS
BIBLIOTECAS: análise do Plano de Desenvolvimento Institucional do IFRJ

RIO DE JANEIRO

2026



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA - PPGB
MESTRADO PROFISSIONAL EM BIBLIOTECONOMIA - MPB

ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO DE ESTUDANTES SURDOS NAS
BIBLIOTECAS: análise do Plano de Desenvolvimento Institucional do IFRJ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia (PPGB) no curso de Mestrado Profissional em Biblioteconomia (MPB) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) para obtenção do título de Mestre em Biblioteconomia.

Área de Concentração: Biblioteconomia e Sociedade.

Linha de Pesquisa: Biblioteconomia, Cultura e Sociedade.

Discente: Andressa Rodrigues Moreira.

Orientadora: Profa. Dra. Cládice Nóbile Diniz

RIO DE JANEIRO
2026

FICHA CATALOGRÁFICA

T 371.904
M838

Moreira, Andressa Rodrigues.

Acessibilidade e inclusão de estudantes surdos nas bibliotecas: análise do Plano de Desenvolvimento Institucional do IFRJ / Andressa Rodrigues Moreira - 2026. 202 f.: il.

Orientadora: Cládice Nóbile Diniz

Dissertação (Mestrado Profissional em Biblioteconomia) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Programa de Pós Graduação em Biblioteconomia.

Bibliografia: f. 108-126

1. Educação inclusiva. Estudante surdo 3. Pessoa com deficiência 4. Instituto Federal do Rio de Janeiro - Planejamento 5. Inclusão social I. Diniz, Cládice Nóbile. II. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Programa de Pós Graduação em Biblioteconomia. III. Título.

Elaborada pela bibliotecária Ana Paula Lima dos Santos Crb-7 5618

ANDRESSA RODRIGUES MOREIRA

**ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO DE ESTUDANTES SURDOS NAS
BIBLIOTECAS: análise do Plano de Desenvolvimento Institucional do IFRJ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia (PPGB) no curso de Mestrado Profissional em Biblioteconomia (MPB) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) para obtenção do título de Mestre em Biblioteconomia.

Aprovada em: _____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Cládice Nóbile Diniz – Presidente
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO

Profa. Dra. Dayanne da Silva Prudencio – Titular Interno
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO

Profa. Dra. Osilene Maria de Sá e Silva da Cruz – Titular Externo
Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES

Prof. Dr. Marcos Luiz Cavalcanti de Miranda – Suplente Interno
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO

Profa. Dra. Aline Cristine Xavier da Silva Castro – Suplente Externo
Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES

À memória dos meus pais, que partiram,
mas continuam vivos no meu coração e na
minha história.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pela vida, pela força nos momentos de dificuldade e pela serenidade necessária para seguir em frente. Também, pela oportunidade de chegar até aqui e por iluminar meus caminhos ao longo desta jornada.

Demonstro minha gratidão aos meus pais, pelo amor incondicional, pelos ensinamentos que permanecem vivos em minha trajetória e pelo apoio que sempre me sustentou. Mesmo em ausência, a presença deles se faz constante em minha memória, em meus valores e em cada conquista.

Externo meus agradecimentos ao meu esposo, Camilo Araújo, pela paciência, compreensão e apoio constantes ao longo desta caminhada, o que foi fundamental para a realização desta etapa.

Dedico palavras de agradecimento, também, à minha amiga de longa data, Danielle Barreiros, pela presença constante, pelo incentivo, pelo apoio e pela companhia sempre generosa.

Em adição, dedico os presentes agradecimentos aos amigos do Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia (PPGB) pela convivência, pelas trocas de conhecimento, pelo apoio mútuo e pelos momentos de leveza que tornaram essa caminhada mais rica e significativa. Em especial, Camila Rodrigues e Marcele Rodrigues, pela amizade, parceria e apoio ao longo dessa trajetória.

Agradeço aos professores do programa pelos ensinamentos, pela dedicação e pelo compromisso com a formação acadêmica e científica. A contribuição de cada um foi essencial para meu crescimento intelectual e profissional.

Expresso agradecimento à banca examinadora, pela disponibilidade, pelas valiosas contribuições e pelas reflexões que enriqueceram este trabalho. Agradeço pela atenção e pelo cuidado na avaliação desta pesquisa.

Utilizo a oportunidade para agradecer à minha orientadora, Profa. Dra. Cládice Nóbile Diniz pela orientação, confiança, apoio e pela oportunidade de desenvolver este trabalho e à Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e ao Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia (PPGB) pela estrutura, pelo ambiente acadêmico e pelas oportunidades proporcionadas ao longo desta trajetória.

“Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão”.

Paulo Freire

RESUMO

Esta pesquisa concentra-se no aprimoramento da acessibilidade de estudantes surdos nas bibliotecas do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), no âmbito de seu planejamento estratégico. O objetivo geral consiste em estudar o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, ciclo 2024 a 2028, no que se refere à acessibilidade e à inclusão de estudantes surdos nas bibliotecas, com vista a orientar as ações desenvolvidas por esse setor. Como objetivos específicos, busca-se: a) Discutir acerca da acessibilidade e da inclusão em bibliotecas para estudantes surdos; b) Identificar como a biblioteca apresenta-se no PDI do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), especialmente nos aspectos voltados à acessibilidade e inclusão dos estudantes surdos; e c) Apresentar recomendações, em formato de *e-book*, voltadas à promoção da acessibilidade informacional e da inclusão de estudantes surdos nas bibliotecas do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ). Quanto ao percurso metodológico, trata-se de um estudo de caso, de abordagem qualitativa e natureza aplicada, desenvolvido por meio de revisão bibliográfica e exame documental do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), empregando-se como instrumento de coleta de dados um roteiro de observação elaborado a partir da literatura especializada e dos objetivos do estudo, com tratamento dos dados fundamentado na Análise de Conteúdo de Laurence Bardin. Os resultados indicam que, embora o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) incorpore a inclusão como princípio estruturante, permanecem lacunas no processo de institucionalização de políticas específicas de acessibilidade direcionadas à comunidade surda, sobretudo no que diz respeito à presença da Libras, ao estabelecimento de metas, à formação continuada de servidores e à delimitação do papel das bibliotecas nesse processo. Conclui-se que a pesquisa contribui para o fortalecimento e para o aprimoramento do planejamento institucional do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ) ao oferecer subsídios analíticos, recomendações propositivas e um produto educacional em formato de *e-book* voltado ao apoio à implementação de ações de acessibilidade informacional e inclusão de estudantes surdos nas bibliotecas.

Palavras-chave: estudante surdo; acessibilidade em biblioteca; plano de desenvolvimento institucional; IFRJ; inclusão social.

ABSTRACT

This research focuses on improving the accessibility of deaf students in the libraries of the Federal Institute of Rio de Janeiro (IFRJ) within the scope of its strategic planning. The general objective is to study the Institutional Development Plan (IDP) of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Rio de Janeiro, for the 2024–2028 cycle, with regard to accessibility and the inclusion of deaf students in libraries, in order to guide the actions developed by this sector. The specific objectives are: (a) To discuss accessibility and inclusion in libraries for deaf students; (b) To identify how the library is addressed in the IFRJ PDI, especially concerning aspects related to accessibility and inclusion of deaf students; and (c) To present recommendations, in the form of an e-book, aimed at promoting informational accessibility and the inclusion of deaf students in IFRJ libraries. Regarding the methodological approach, this is a case study with a qualitative approach and applied nature, developed through a literature review and documentary analysis of the PDI, using an observation protocol as a data collection instrument, based on specialized literature and the objectives of the study, with data analysis grounded in Laurence Bardin's Content Analysis. The results indicate that, although the PDI incorporates inclusion as a structuring principle, there are still gaps in the institutionalization of specific accessibility policies aimed at the deaf community, particularly concerning the presence of sign language, the establishment of goals, the continuous training of staff, and the definition of the role of libraries in this process. It is concluded that this research contributes to strengthening and improving IFRJ's institutional planning by providing analytical insights, practical recommendations, and an educational product in the form of an e-book aimed at supporting the implementation of informational accessibility actions and the inclusion of deaf students in libraries.

Keywords: Deaf student; library accessibility; institutional development plan; IFRJ; social inclusion.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Linha do Tempo da Rede Federal de Educação Profissional Tecnológica	15
Figura 2 - Evolução Histórica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia	17
Figura 3 - IFRJ - Campus Rio de Janeiro	18
Figura 4 - IFRJ - Campus Paracambi	19
Figura 5 - IFRJ - Campus São Gonçalo	20
Figura 6 - IFRJ - Campus Arraial do Cabo	21
Figura 7 - Processo de Elaboração do PDI e suas Fases	35
Figura 8 - Sequência de Atividades Preparatórias do PDI	36
Figura 9 - Sequência de Atividades de Diagnóstico para a Elaboração do PDI	37
Figura 10 - Sequência de Atividades de Planejamento para a Elaboração do PDI	38
Figura 11 - Dinâmicas Sociais e Movimentos das Pessoas com Deficiência	44
Figura 12 - Evolução da Terminologia Pessoas com Deficiência	48
Figura 13 - Conceito de Acessível versus Conceito de Universal	57
Figura 14 - Símbolo Internacional de Pessoas com Deficiência Auditiva	77
Figura 15 - Apresentação do Laboratório de Acessibilidade (SiBi/UFPR) em Libras	79
Figura 16 - Apresentação da Biblioteca de Ciências Humanas da UFPR em Libras	80

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Dimensões Institucionais Obrigatórias do PDI - artigo 3 da Lei nº 10.861/2004	28
Quadro 2 - Eixos Temáticos do PDI	29
Quadro 3 - Elementos Básicos do PDI conforme artigo 21 do Decreto n. 9.235/2017	30
Quadro 4 - Instrumentos Gerenciais e Principais Características	34
Quadro 5 - Evolução Internacional dos Direitos Humanos das Pessoas com Deficiência	46
Quadro 6 - Classificação dos Tipos de Deficiência	50
Quadro 7 - Principais Leis Brasileiras destinadas às Pessoas com Deficiência	52
Quadro 8 - Diretrizes para Serviços de Biblioteca para Surdos (DSBS) da IFLA	71
Quadro 9 - Recomendações da IFLA para Acessibilidade e Inclusão de Pessoas Surdas nas Bibliotecas	72
Quadro 10 - Recomendações para serviços de biblioteca destinados a usuários Surdos	74
Quadro 11 - Práticas de Acessibilidade Atitudinal recomendadas pela ALA para a inclusão da pessoa surda	75
Quadro 12 - Diretrizes da NBR 15599/2008 para a Inclusão de Pessoas com Deficiência Auditiva/Surdos	76
Quadro 13 - Orientações para o Atendimento a Pessoas Surdas em Bibliotecas	78

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	5
1.1 Objetivos	9
1.2 Justificativa	10
2 PERCURSO METODOLÓGICO	12
2.1 Campo Empírico: o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ)	13
2.2 A Pesquisa Documental	22
2.2.1 O Instrumento de Coleta de Dados	22
2.3 Tratamento e Análise dos Dados	23
3 O PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E A INCLUSÃO DE PESSOAS SURDAS EM BIBLIOTECAS	24
3.1 Plano de Desenvolvimento Institucional	24
3.2 Acessibilidade e Inclusão de Pessoas com Deficiência	40
3.2.1 Da marginalização à inclusão: o percurso histórico-social das Pessoas com Deficiência	41
3.2.2 Evolução terminológica referente às Pessoas com Deficiência	48
3.2.3 Classificação dos Tipos de Deficiência	49
3.2.4 Avanços nos direitos das pessoas com deficiência no Brasil: um olhar sobre a Acessibilidade	51
3.2.5 Desenho Universal	58
3.3 Acessibilidade e Inclusão de Pessoas Surdas	60
3.3.1 Percurso histórico dos Surdos: da exclusão ao reconhecimento da Libras	61
3.3.2 Acessibilidade e inclusão de pessoas surdas em bibliotecas	66
4 RESULTADOS DA ANÁLISE DO PDI/IFRJ	81
4.1 Perfil Institucional	81
4.2 Diagnóstico Institucional	85
4.3 Políticas de Acessibilidade	88
4.4 Biblioteca e Infraestrutura	91
4.5 Laboratórios e Tecnologia da Informação	94
4.6 Extensão e Cultura	97
4.7 Considerações Gerais da Análise do PDI	99

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
REFERÊNCIAS	108
APÊNDICE A – ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO	127
APÊNDICE B – E-BOOK PARA O PLANEJAMENTO DE SERVIÇOS ACESSÍVEIS E INCLUSIVOS NAS BIBLIOTECAS DO IFRJ: foco nos usuários surdos	1
1 INTRODUÇÃO	11
PARTE I	13
2 CONCEITOS BÁSICOS	14
3 PESSOAS SURDAS: CULTURA, IDENTIDADE E COMUNICAÇÃO	18
3.1 Por que conhecer a comunidade surda é importante?	18
3.2 Contextualização histórica da comunidade surda	18
3.3 Entendendo a Surdez: termos que você precisa conhecer	19
3.4 Perfis comunicacionais de pessoas surdas e com deficiência auditiva	21
3.5 Barreiras enfrentadas por pessoas surdas	22
3.6 Direito à acessibilidade linguística	26
4 BASES HISTÓRICAS E NORMATIVAS DA ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO	28
5 O PAPEL DAS BIBLIOTECAS NA DEMOCRATIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO PARA USUÁRIOS SURDOS	32
6 PRINCIPAIS TECNOLOGIAS ASSISTIVAS ÚTEIS AO ATENDIMENTO DE USUÁRIOS SURDOS EM BIBLIOTECAS	35
7 O PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI) E O PLANEJAMENTO DA ACESSIBILIDADE NAS BIBLIOTECAS DO IFRJ	42
PARTE II	44
8 ORIENTAÇÕES PARA INCLUSÃO DE USUÁRIOS SURDOS NAS BIBLIOTECAS DO IFRJ	45
CONCLUSÃO	58
REFERÊNCIAS	59
ANEXO A – QUESTIONÁRIO SOBRE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO APLICADO ÀS BIBLIOTECAS DO IFRJ	195

1 INTRODUÇÃO

O planejamento estratégico tem se consolidado como uma ferramenta essencial para a gestão organizacional, permitindo a definição de objetivos de longo prazo, a formulação de metas e a escolha de estratégias que orientem a tomada de decisões. Inicialmente difundido no setor privado, esse instrumento, também, passou a ser adotado por instituições públicas, devido à sua flexibilidade e capacidade de adaptação a diferentes realidades. No contexto educacional, sua aplicação torna-se especialmente relevante, pois possibilita maior coerência entre as ações planejadas e os resultados esperados, contribuindo para a melhoria da qualidade da gestão e dos serviços oferecidos (Atvars; Serafim; Silva, 2024).

Concebido para orientar o planejamento estratégico das instituições públicas federais, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), nas Instituições de Ensino Superior (IES) públicas federais, fundamenta-se como uma exigência da legislação brasileira. A Lei nº 9.394/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e a Lei nº 10.861/2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), tornam obrigatória a elaboração do PDI como ferramenta estratégica para a gestão das IES públicas federais (Brasil, 1996;2004).

Na fase inicial do diagnóstico para a elaboração do PDI, as equipes devem realizar uma análise crítica do PDI anterior, identificando falhas e oportunidades de melhoria em sua forma e conteúdo (Sant'ana *et al.*, 2017). Essa análise é crucial para fundamentar as diretrizes do novo PDI em experiências passadas.

Os Institutos Federais (IFs), portanto, estão sob essa égide e adotam um modelo de Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) uniformizado, elaborado para orientar todas as unidades em âmbito nacional. Entre eles, destaca-se o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), uma instituição pública de ensino vinculada ao Ministério da Educação.

O IFRJ busca cumprir sua missão institucional por meio da articulação entre Ensino, Pesquisa e Extensão, integradas à produção de Ciência e Inovação Tecnológica, desenvolvendo atividades de apoio que viabilizam sua finalidade principal (IFRJ, 2024a).

Buscando satisfazer os requisitos estabelecidos para a avaliação institucional pelos órgãos competentes e promover a constante melhoria da instituição, o IFRJ desenvolve a cada quadriênio um novo PDI. Nele, são estabelecidas metas, diretrizes

e estratégias para o desenvolvimento da instituição, levando em consideração as demandas da sociedade, as necessidades dos estudantes e as políticas educacionais. Por meio desse documento, o IFRJ traça planos e ações que visam garantir a qualidade do ensino, a formação de profissionais capacitados e a promoção da inclusão social (IFRJ, 2023).

Conforme estabelecido no Manual de Elaboração do PDI 2024-2028 do IFRJ¹, as bibliotecas, especificamente, surgem integradas ao item sete, infraestrutura física. Como parte integrante e fundamental da instituição de ensino, as bibliotecas deverão compor o Plano de Desenvolvimento Institucional, a fim de garantir uma gestão sistêmica eficiente da organização (IFRJ, 2023; Fagundes; Favato, 2014).

A promoção da acessibilidade e da inclusão deve ser considerada um aspecto essencial na gestão de instituições educacionais, visando o amplo acesso à educação. Destaca-se que há a necessidade do cumprimento das normativas nacionais, como o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), que garante condições de igualdade às pessoas com deficiência. Também merecem destaque a Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB), que prevê o atendimento educacional especializado para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação; o Decreto nº 7.611/2011, que trata da educação especial no âmbito da educação básica; e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 2008, que orienta a construção de sistemas educacionais inclusivos em todos os níveis de ensino.

A acessibilidade pode ser compreendida como a condição que possibilita a utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes e meios de comunicação por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida (Brasil, 2000). Esse direito é reforçado, também, por compromissos internacionais, como a Declaração de Salamanca (1994)² e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU (2006)³, que

¹ O documento pode ser acessado por meio do link: <https://portal.ifrj.edu.br/pdi>.

² A Declaração de Salamanca (1994) é um documento internacional elaborado pela UNESCO que estabelece princípios, políticas e práticas para a educação inclusiva, defendendo o direito de todas as pessoas à educação em sistemas regulares, independentemente de suas necessidades educacionais. O documento encontra-se disponível no link: [https://pni2027.gov.pt/np4/%7B\\$clientServletPath%7D/?newsId=1011&fileName=Declaracao_Salamanca.pdf](https://pni2027.gov.pt/np4/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=1011&fileName=Declaracao_Salamanca.pdf).

³ A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006) é um tratado internacional da ONU que estabelece princípios e diretrizes para a promoção, proteção e garantia dos direitos

ênfaticamente a importância de sistemas educacionais inclusivos para assegurar a participação plena de todos os indivíduos na sociedade. Assim, a adoção de iniciativas voltadas à acessibilidade é fundamental, pois contribui para um ambiente mais equitativo, garantindo que todos os estudantes, independentemente de suas condições e especificidades, tenham as mesmas oportunidades.

Nesse contexto, considerando a finalidade das bibliotecas das instituições educacionais, pode-se entender que essas unidades de informação desempenham um papel fundamental não apenas no apoio à formação acadêmica, mas também na promoção da leitura como prática social e fonte de fruição. Ao assegurar o acesso à informação, contribuem para que todos os estudantes, inclusive aqueles com deficiência, tenham condições equitativas de concluir sua trajetória educacional. Mais do que espaços de consulta a conteúdos curriculares, devem implementar ações que favoreçam a inclusão, ampliando as oportunidades de acesso ao conhecimento e estimulando a formação de leitores críticos e autônomos, capazes de explorar a leitura como instrumento de descoberta e desenvolvimento pessoal.

Com o propósito de fornecer subsídios para o planejamento estratégico da instituição, a Coordenação Geral de Bibliotecas do IFRJ (CGBiblio)⁴, em parceria com as comissões locais⁵, elaborou um questionário para reunir dados sobre a atual situação das bibliotecas do IFRJ. A participação de todos os servidores do setor foi solicitada para garantir a abrangência e qualidade dos dados coletados, visando contribuir para a elaboração do PDI 2024-2028.

Nesse estudo, entende-se que devem ser planejados serviços e recursos para a garantia de que todas as pessoas com deficiências sejam contempladas nas

humanas das pessoas com deficiência, com ênfase na igualdade, acessibilidade e inclusão social. O documento encontra-se disponível no link: https://dcjri.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/instrumentos/pessoas_deficiencia_convencao_sobre_direitos_pessoas_com_deficiencia.pdf. Sua promulgação no Brasil deu-se por meio do Decreto nº 6.949, de 2009, disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm.

⁴ A Coordenação Geral de Bibliotecas (CGBiblio), instituída em agosto de 2014 e vinculada à Diretoria de Gestão Acadêmica (DGA), é o órgão responsável pela gestão sistêmica das bibliotecas do IFRJ, coordenando ações do Sistema de Bibliotecas (SIBi) e apoiando as atividades de ensino, pesquisa, extensão e disseminação da informação. Mais informações no link: <https://portal.ifrj.edu.br/academico/bibliotecas/coordenacao-geral-bibliotecas>.

⁵ As Comissões Locais são compostas por três diretores, três coordenadores, três servidores ocupantes de funções gratificadas e/ou cargos de confiança (lotados na Reitoria); além do diretor-geral, dois docentes, dois técnicos-administrativos, três discentes e um membro do Conselho de Campus (CoCam) de cada campus (IFRJ, 2023, p. 10).

instituições educacionais. Entretanto, considerando a necessidade de delimitação das pesquisas científicas, este estudo concentra-se na acessibilidade informacional de estudantes surdos. Nesse contexto, a acessibilidade informacional é compreendida como um processo que envolve o reconhecimento das necessidades informacionais dos usuários, bem como as condições estruturais e de mediação que possibilitam não apenas o acesso, mas também a compreensão e a apropriação da informação (Fujino, 2017).

Esses estudantes precisam contar com ambientes que atendam às suas necessidades específicas, especialmente no que diz respeito ao acesso à informação. A Lei nº 13.146/2015 reforça a importância da adaptação das práticas educativas, incluindo o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio legal de comunicação e expressão. Esse direito é assegurado em primeiro lugar pela Lei nº 10.436/2002 e regulamentado pelo Decreto nº 5.626/2005, que orienta sua promoção e utilização nas instituições de ensino, garantindo que estudantes surdos tenham igualdade de condições para participar plenamente do processo educacional.

Retomando o questionário utilizado para reunir dados sobre a atual situação das bibliotecas do IFRJ, os quais subsidiaram a construção do PDI 2024-2028, observou-se que, embora vinte e oito perguntas objetivas abordassem especificamente os temas acessibilidade e inclusão, apenas três delas estavam diretamente relacionadas aos usuários surdos (Questões nº 22, 26 e 27 do anexo A).

Entretanto, ainda que não houvesse nenhum aluno surdo ou com deficiência auditiva na instituição de ensino, a preocupação com a inclusão e a acessibilidade continua sendo pertinente. Isso porque as instituições educacionais devem estar sempre preparadas para acolher e atender adequadamente esse público, promovendo um ambiente verdadeiramente inclusivo.

Além disso, o Censo Escolar de 2022 revelou que 61.594 alunos matriculados na educação básica no Brasil possuem alguma deficiência relacionada à surdez, o que amplia a possibilidade desses estudantes fazerem parte, futuramente, do corpo discente de algum IF. Dentre esses, muitos estão inclusos tanto em classes regulares quanto em turmas exclusivas para pessoas com deficiência.

Nesse contexto, convém destacar que um estudo realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em 2020, apontou que, em 2019, 2.556 surdos e 6.569 pessoas com deficiência auditiva

ingressaram no Ensino Superior. Esses dados ressaltam a importância de assegurar a acessibilidade e a inclusão para todos os estudantes.

Desse modo, o PDI apresenta-se como uma ferramenta estratégica para o planejamento de ações que promovam uma formação inclusiva e acessível aos estudantes surdos. Para tanto, tais ações devem estar em conformidade com a Lei nº 13.146/2015, a qual estabelece diferentes dimensões da acessibilidade (física, comunicacional, informacional, atitudinal, metodológica, programática e instrumental), todas essenciais para assegurar a plena participação e o efetivo aprendizado desse público. Diante disso e considerando a relevância do planejamento estratégico nas instituições de ensino, esse estudo propõe-se a analisar de que forma o PDI do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ) contempla a acessibilidade e a inclusão de alunos surdos e se há aspectos que possam ser aprimorados.

Com base no exposto, o problema de pesquisa encontra-se em como o PDI tem orientado as ações de acessibilidade e inclusão dos estudantes surdos, no contexto das bibliotecas e se o processo de sua elaboração, quanto às questões propostas no questionário elaborado para a construção podem ser aperfeiçoadas, tendo como partida os dados do PDI/IFRJ 2024-2028.

Assim sendo, a pergunta que se coloca para esta pesquisa é: “As questões propostas no PDI 2024-2028 do IFRJ podem ser aperfeiçoadas para melhor orientar as ações das bibliotecas da instituição quanto à acessibilidade e inclusão de estudantes surdos?”

1.1 Objetivos

A pesquisa tem como objetivo geral estudar o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), ciclo 2024 a 2028, no que se refere à acessibilidade informacional e inclusão de estudantes surdos nas bibliotecas. Com relação aos objetivos específicos, pretende-se:

a) Discutir acerca de acessibilidade e inclusão em bibliotecas para estudantes surdos;

b) Identificar como a biblioteca é apresentada no PDI do IFRJ, especialmente, nos aspectos voltados à acessibilidade e inclusão dos estudantes surdos;

c) Apresentar recomendações, em formato de e-book, voltadas à promoção da acessibilidade informacional e da inclusão de estudantes surdos nas bibliotecas do IFRJ.

1.2 Justificativa

O tema deste estudo decorre do interesse prévio da autora pela acessibilidade e inclusão em bibliotecas. A partir de sua atuação na Biblioteca Pe. João Cribbin, do IFRJ, campus Realengo, a autora foi convidada a contribuir com o processo de elaboração do futuro Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da instituição por meio do preenchimento de um questionário cujo objetivo consistia em mapear a realidade das bibliotecas do Instituto. Entre os diversos aspectos abordados, vinte e oito apresentavam relação direta com a temática da acessibilidade e inclusão. As observações resultantes dessa experiência possibilitaram a formulação da questão norteadora desta investigação.

Nesse contexto, a relevância deste trabalho reside, sobretudo, na promoção da inclusão de estudantes surdos em um ambiente estratégico como a biblioteca, espaço fundamental para a construção do conhecimento e em garantir condições de acesso equitativo à informação, contribuindo não apenas para o aprimoramento do processo de aprendizagem, mas também para o desenvolvimento acadêmico desses estudantes, além de fortalecer, de maneira concreta, os princípios da educação inclusiva.

Além disso, a incorporação de aspectos relacionados à acessibilidade e à inclusão de estudantes surdos no Plano de Desenvolvimento Institucional do IFRJ configura-se como elemento central para que a instituição possa cumprir sua missão de fomentar uma educação inclusiva e assegurar que todos os alunos tenham acesso igualitário aos recursos e serviços institucionais.

Diante desse cenário, esse estudo tem como objetivo analisar o PDI em vigor, identificar possíveis melhorias relacionadas à acessibilidade e à inclusão de estudantes surdos e contribuir para o aprimoramento de políticas e práticas

institucionais, de modo a favorecer a construção de um ambiente mais inclusivo e acolhedor para toda a comunidade acadêmica.

Para alcançar tais objetivos, torna-se imprescindível a adoção de uma metodologia apropriada, uma vez que esta influencia diretamente a qualidade e a validade dos resultados obtidos. Gerhardt e Silveira (2009, p. 13) definem metodologia como o estudo do método, isto é, um conjunto de regras e procedimentos que orientam a condução de uma pesquisa. Para os autores, a metodologia científica corresponde ao “estudo sistemático e lógico dos métodos empregados nas ciências, seus fundamentos, sua validade e sua relação com as teorias científicas”. Nessa perspectiva, o método de análise documental adotado mostra-se adequado, considerando que essa dissertação tem como objeto de estudo um documento institucional, o PDI, responsável pelo planejamento das ações nas instituições de ensino superior.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa, tendo como objeto de análise o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2025–2028 do IFRJ. O estudo tem como finalidade investigar a inclusão de estudantes surdos no processo de diagnóstico institucional e propor estratégias que promovam maior acessibilidade nas bibliotecas. Para isso, foram definidas etapas metodológicas que envolvem o levantamento bibliográfico e documental, seguido da análise dos dados por meio de técnicas qualitativas, descritivas e de análise de conteúdo.

A pesquisa científica pode ser compreendida como uma investigação sistemática voltada para a ampliação do conhecimento sobre fenômenos específicos. Conforme articulado por Gil (2002, p. 17), "trata-se de um procedimento racional e sistemático que visa oferecer respostas aos problemas propostos". Logo, para que esse objetivo seja alcançado, é fundamental estabelecer uma metodologia adequada que guie todo o processo investigativo.

Quanto à proposta, esta visa contribuir para o aprimoramento da coleta de dados realizada por essas unidades, a fim de subsidiar o processo de planejamento e possibilitar um diagnóstico organizacional que inclua aspectos de acessibilidade para estudantes surdos.

No que diz respeito às características da pesquisa em questão, ela se classifica como de natureza aplicada, pois se estudam melhorias no método de elaboração e aplicação do PDI 2024-2028 do IFRJ. O aspecto de ser aplicada deve-se ao fato de ter "como característica fundamental o interesse na aplicação, utilização e consequências práticas dos conhecimentos" (Gil, 2022, p. 27). Essa abordagem enfatiza a relevância prática do conhecimento produzido, destacando seu potencial impacto no contexto social e científico.

O material da pesquisa é composto por dados bibliográficos e documentais referentes ao tema da acessibilidade e inclusão de estudantes surdos, além do PDI 2024-2028 do IFRJ, cujo conteúdo será analisado conforme os procedimentos descritos adiante.

Segundo Libório e Terra (2015, p. 9), a revisão bibliográfica utiliza "livros, revistas, periódicos, entre outros materiais na busca de fontes primárias, secundárias e terciárias para a fundamentação do projeto". Já a pesquisa documental, conforme os autores, pode ser realizada com base em "documentos previamente analisados,

como tabelas, relatórios, etc.”, o que contribuirá para um embasamento sólido da pesquisa.

Para o desenvolvimento do arcabouço teórico e com o objetivo de atingir as metas da pesquisa, foi realizado um levantamento bibliográfico na Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), Portal de Periódicos da CAPES e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Esse mapeamento utilizou os seguintes termos: “Plano de Desenvolvimento Institucional”, “Inclusão de Pessoas com Deficiência”, “Acessibilidade de Pessoas com Deficiência”, “Inclusão” AND “Bibliotecas” AND “Surdos” e “Acessibilidade” AND “Bibliotecas” AND “Surdos”. No caso da base Scopus, os termos foram traduzidos para o inglês. O critério temporal a ser adotado abrangeu os últimos dez anos, a partir de 2015, ano em que foi promulgada a Lei Brasileira de Inclusão.

Em adição, foi realizada uma análise documental fundamentada no Plano de Desenvolvimento Institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), o que contribuiu para uma compreensão mais detalhada do cenário investigado. A seguir é apresentada a instituição do caso.

2.1 Campo Empírico: o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ)

Selecionado como o universo desta pesquisa, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ) é parte integrante da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Para compreender a relevância do IFRJ, é imprescindível analisar a evolução da educação profissional e tecnológica no Brasil, cuja gênese remonta a 1909, com a fundação das primeiras Escolas de Aprendizes Artífices, totalizando 19 instituições. Um marco significativo ocorreu em 1937, quando o Ministério da Educação e Saúde passou por uma reestruturação, resultando na formação da Divisão do Ensino Industrial e do Departamento Nacional de Educação. Essa reestruturação culminou na transformação de diversas instituições em Liceus Profissionais (Silva, 2023a).

A continuidade desse processo deu-se em 1942, quando todas essas instituições passaram a integrar, oficialmente, o Ministério da Educação e Saúde. Com a implementação de legislações pertinentes, como o Decreto-Lei nº 4.127/1942, foi estabelecida a estrutura da rede federal de ensino industrial, que abrangia escolas

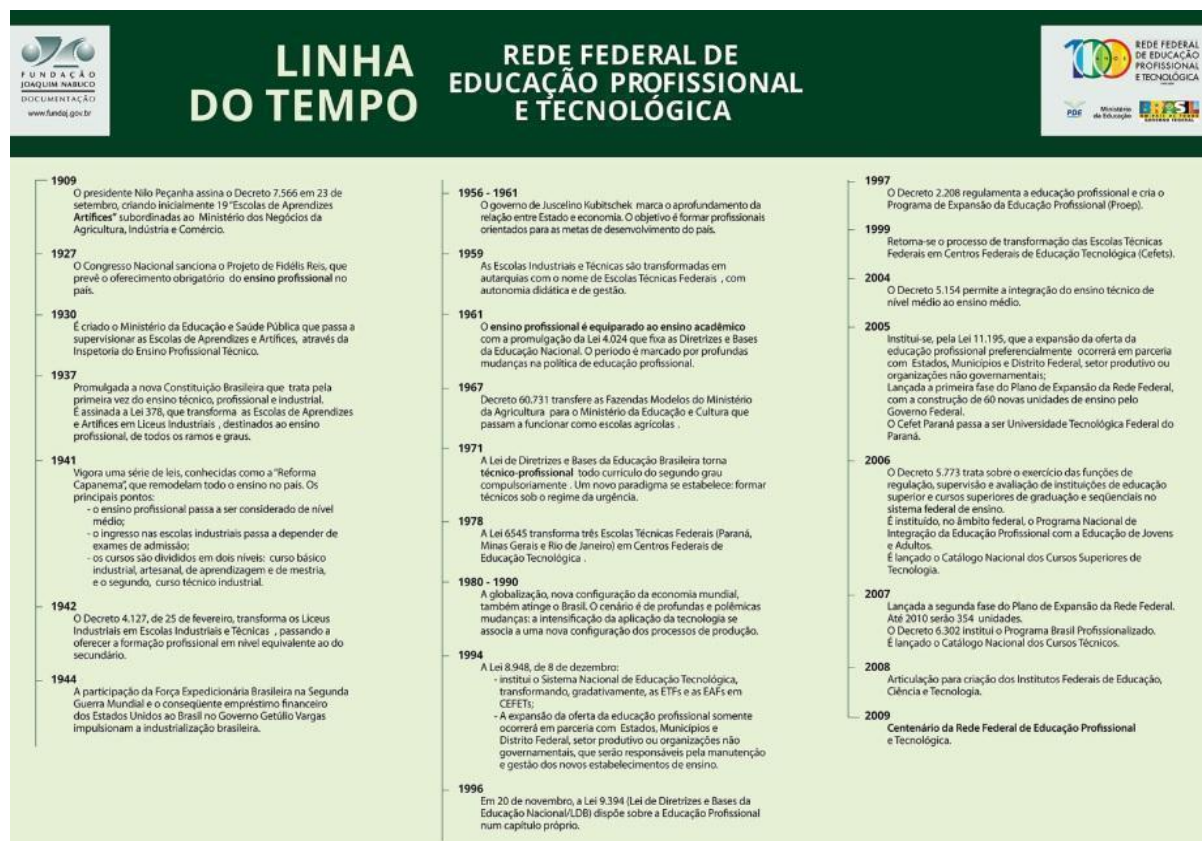
técnicas, industriais, artesanais e de aprendizagem. Essas transformações resultaram na extinção dos Liceus, os quais foram convertidos em escolas industriais e técnicas, equiparando o ensino profissional e técnico ao nível médio (Manfredi, 2016).

O desenvolvimento da educação técnica prosseguiu com a designação das escolas industriais e técnicas como Escolas Técnicas Federais, a partir de 1959. Nesse novo contexto, essas instituições adquiriram *status* de autarquias, conferindo-lhes maior autonomia, inclusive a autorização para a criação de cursos técnicos e a implementação de formação em nível superior. Um passo significativo ocorreu em 1978 com a promulgação da Lei 6.545/1978, que transformou as Escolas Técnicas Federais do Paraná, Rio de Janeiro e Minas Gerais em Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets). Esses Cefets passaram a ser dotados da capacidade de realizar pesquisas na área técnico-industrial, bem como a oferecer cursos de graduação, pós-graduação e formação de professores e profissionais de engenharia industrial (Silva, 2023a).

No decorrer da década de 1990, especificamente em 1994, foi criado o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, promovendo a transformação gradual de várias escolas técnicas federais e agrícolas em Cefets (Machado, 2005). Avançando para 2008, a promulgação da Lei 11.892 instituiu os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Nesse cenário, 31 Centros Federais de Educação Tecnológica, 75 Unidades Descentralizadas de Ensino, 39 Escolas Agrotécnicas, 7 Escolas Técnicas Federais e 8 Escolas vinculadas a Universidades Federais foram convertidos em Institutos Federais, consolidando a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Brasil, 2008).

A seguir, a Figura 1 ilustra a evolução histórica discutida, destacando os marcos significativos que delinearam a trajetória da educação profissional e tecnológica no Brasil:

Figura 1 - Linha do Tempo da Rede Federal de Educação Profissional Tecnológica



Fonte: Instituto Federal do Rio Grande do Sul - IFRS (2024).

[Audiodescrição] Imagem em formato horizontal, com fundo verde-escuro no topo e fundo verde-claro no corpo. No cabeçalho, à esquerda, há o logotipo da Fundação Joaquim Nabuco. Ao centro, em letras brancas grandes, lê-se: "Linha do Tempo – Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica". À direita, aparecem logotipos do Ministério da Educação e da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, com a marca comemorativa de 100 anos. Abaixo do título, a imagem apresenta uma linha do tempo organizada em três colunas verticais, com marcos históricos distribuídos cronologicamente, iniciando em 1909 e finalizando em 2009. Cada marco é composto por um ano em destaque seguido de um pequeno parágrafo explicativo. Na primeira coluna, à esquerda, aparecem os eventos iniciais da educação profissional no Brasil. A coluna central aborda o período de consolidação e expansão. Nos anos 1980 e 1990, o impacto das transformações tecnológicas e a institucionalização do ensino tecnológico, incluindo a criação do Sistema Nacional de Educação Tecnológica. A imagem tem caráter informativo e institucional, apresentando de forma visual e cronológica a evolução histórica da educação profissional e tecnológica no Brasil ao longo de cem anos.

A promulgação da Lei nº 11.892/2008, representou um passo decisivo na consolidação da estrutura educacional no Brasil. Em seu artigo 2º, a lei define os Institutos Federais como:

“[...] instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com suas práticas pedagógicas” (Brasil, 2008, p. 1).

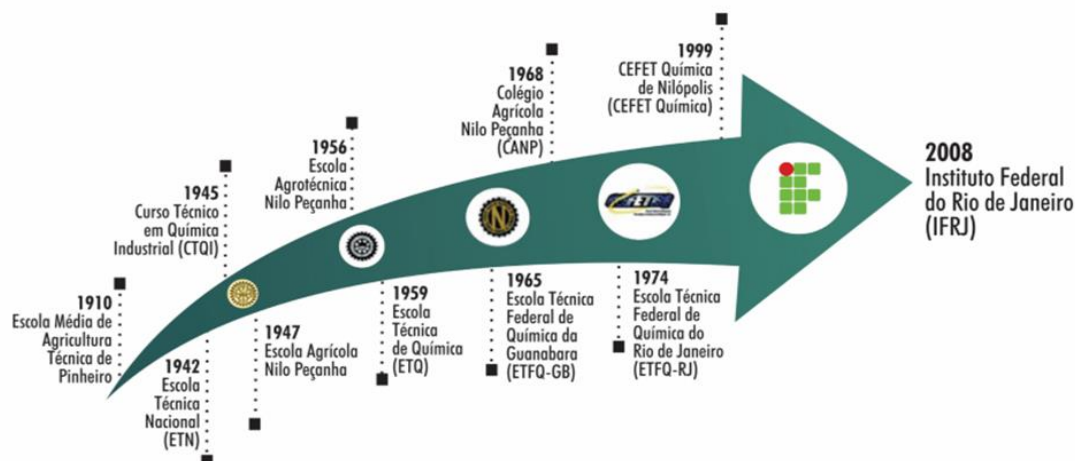
Ademais, no inciso I do mesmo artigo, a legislação estabelece que, para efeitos da regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação superior, os Institutos Federais são equiparados às universidades federais.

Dentro desse contexto, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ) alinha-se ao modelo estabelecido pelos demais Institutos Federais do país, configurando-se como uma instituição pública de ensino vinculada ao Ministério da Educação. O IFRJ oferece cursos de ensino médio-técnico, graduação e pós-graduação em diversas áreas, atendendo ao objetivo de verticalização do ensino, que é uma das propostas centrais dos Institutos Federais (IFRJ, 2024).

A história do IFRJ remonta à década de 1940, com a criação do Curso Técnico de Química Industrial (CTQI). Entre 1959 e 2008, o curso passou por diversas mudanças, tanto em sua nomenclatura quanto em sua estrutura, até se transformar no Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica de Química de Nilópolis (CEFETQ). Em 29 de dezembro de 2008, o CTQI foi rebatizado como IFRJ, em conformidade com a Lei nº 11.892/2008. Vale ressaltar que um processo similar ocorreu com outras escolas técnicas do estado, como o Colégio Agrícola Nilo Peçanha, localizado na região Sul Fluminense do Rio de Janeiro (Brasil, 2008).

A seguir, a Figura 2 ilustra a evolução histórica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ):

Figura 2 - Evolução Histórica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia



Fonte: Instituto Federal do Rio de Janeiro (2020).

[Audiodescrição] Imagem em formato horizontal, com fundo branco. No centro, há uma seta longa e curva, apontando da esquerda para a direita, em tom verde-escuro, representando uma linha do tempo histórica. Ao longo da seta, aparecem anos, nomes institucionais e pequenos logotipos, organizados cronologicamente, indicando a evolução histórica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro. À esquerda, fora da seta, inicia-se a linha do tempo com o ano 1910, acompanhado do texto: “Escola Média de Agricultura – Técnica de Pinheiro”. Logo abaixo, em 1942, aparece “Escola Técnica Nacional (ETN)”. A composição visual apresenta crescimento, transformação institucional e continuidade histórica, destacando a trajetória que culmina na criação do Instituto.

Atualmente, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ) conta com 15 campi (Arraial do Cabo, Belford Roxo, Duque de Caxias, Engenheiro Paulo de Frontin, Nilópolis, Niterói, Paracambi, Pinheiral, Resende, Rio de Janeiro, São Gonçalo, São João de Meriti, Três Rios, Volta Redonda e Realengo), além da Reitoria⁶, oferecendo cursos em diversos níveis de ensino, que abrangem desde a educação básica e técnica até a graduação e a pós-graduação⁷.

A seguir, serão apresentados alguns desses campi, localizados em diferentes regiões do estado do Rio de Janeiro:

⁶ Além dessas unidades, há previsão de implantação de novos campi no âmbito do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC), com destaque para os campi de Pirai, Complexo do Alemão e Parque Olímpico/Cidade de Deus, bem como outras localidades em estudo, como Teresópolis (IFRJ, 2025a; IFRJ, 2025b).

⁷ A relação dos cursos ofertados pode ser acessada por meio do link: <https://portal.ifrj.edu.br/cursos>.

Figura 3 - IFRJ - Campus Rio de Janeiro



Fonte: (Martins, 2013).

[Audiodescrição] Imagem em formato horizontal, mostrando a fachada de um prédio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro em área urbana. O edifício ocupa quase toda a largura da imagem. Na parte superior, há uma grande estrutura metálica em tom cinza-claro, composta por grades verticais, que cobre a fachada principal. Ao centro dessa estrutura, aparece um painel com o logotipo do Instituto Federal, formado por pequenos quadrados verdes e um círculo vermelho no topo. Ao lado do símbolo, lê-se o texto: “Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – Rio de Janeiro”, seguido da identificação do campus Rio de Janeiro. A parte inferior do prédio é revestida por pastilhas azul-claras, com linhas geométricas em vermelho e azul-escuro formando um desenho linear ao longo do muro. Há uma abertura central que permite ver o interior do prédio, sustentado por pilares, com aparência de espaço amplo e coberto. Em primeiro plano, na calçada, observam-se pessoas circulando: à esquerda, uma pessoa caminha sozinha; à direita, duas pessoas estão sentadas em um banco, enquanto outras permanecem em pé próximas a um carrinho ou estrutura metálica. Pequenos blocos de concreto estão dispostos ao longo da calçada, funcionando como delimitadores.

Figura 4 - IFRJ - Campus Paracambi



Fonte: (Cavalieri, 2022).

[Audiodescrição] Imagem em formato horizontal mostrando um grande edifício histórico de arquitetura industrial, construído em tijolos na cor vermelho alaranjado. O prédio é comprido, com vários pavimentos, e ocupa quase toda a largura da imagem. A fachada apresenta muitas janelas retangulares alinhadas, com molduras em tom verde-escuro. À esquerda, destaca-se uma torre mais alta, também em tijolos, com janelas estreitas e um telhado inclinado em forma de pirâmide, com acabamento escuro. No topo da torre há detalhes arquitetônicos decorativos, reforçando o caráter histórico da construção. Na parte inferior da imagem, em primeiro plano, há um jardim gramado, com pequenos arbustos entre a entrada do prédio. Ao fundo, atrás do prédio, observa-se uma encosta coberta por vegetação densa, com árvores altas, indicando que o conjunto arquitetônico está inserido em uma área verde.

Figura 5 - IFRJ - Campus São Gonçalo



Fonte: O São Gonçalo (2018).

[Audiodescrição] Imagem em formato horizontal mostrando o prédio onde funciona atualmente o Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ) – Campus São Gonçalo, instalado no antigo edifício de um Brizolão. A construção é grande, de arquitetura escolar padronizada, pintada em verde-claro, e é vista em perspectiva, permitindo observar duas faces do prédio. Na fachada lateral esquerda, há um painel com texto em letras pretas, onde se lê: “Instituto Federal – Rio de Janeiro – Campus São Gonçalo”. Abaixo do nome, aparecem um número de telefone e o endereço eletrônico portal.ifrj.edu.br. Ao lado do texto está o logotipo do Instituto Federal, composto por pequenos quadrados verdes e um círculo vermelho no topo. O edifício possui vários pavimentos, com corredores externos em forma de arcos, característica comum aos prédios dos CIEPs, conhecidos como Brizolões. No topo da construção, destaca-se uma estrutura cilíndrica, semelhante a um reservatório de água, além de uma área coberta sustentada por pilares. Na parte inferior e à direita da imagem, há árvores com copas densas, que parcialmente encobrem o prédio. Ao fundo, observa-se o céu claro e uma paisagem aberta, sugerindo um entorno urbano com áreas verdes.

Figura 6 - IFRJ - Campus Arraial do Cabo



Fonte: O DIA (2022).

[Audiodescrição] Imagem em formato horizontal, mostrando a fachada de um prédio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro. O edifício ocupa quase toda a largura da imagem. Na parte superior, há uma estrutura redonda de concreto na cor cinza claro com borda verde claro e listas verticais no tom verde. Na parte central uma parede em tom cinza-claro, composta por listas verde-claro e em cada listra há duas janelas de alumínio com oito divisões, esse desenho compõe toda fachada principal. Na parte inferior, um muro com grades verticais brancas e bordas verdes claro de concreto. Ao redor do prédio, aparecem folhas verdes indicando que há árvores ao redor.

Cada unidade integra o compromisso institucional do IFRJ, cuja missão é “promover educação profissional, científica e tecnológica, contribuindo para a formação de cidadãos críticos que possam atuar como agentes de transformação e inclusão social” (IFRJ, 2024).

Em consonância com essa missão, a visão do IFRJ é fundamentada na aspiração de “ser uma instituição reconhecida pela sociedade como referência em educação profissional, científica e tecnológica nos diferentes níveis e modalidades de ensino” (IFRJ, 2024a). Para alcançar esses objetivos, a instituição norteia-se por valores como “Ética, inclusão, comprometimento, transparência e integração” (IFRJ, 2024a).

Dessa forma, o IFRJ destaca-se não apenas como um centro de formação técnica e acadêmica, mas, também, como um agente de transformação social, refletindo os avanços e desafios da educação profissional e tecnológica no Brasil. Sua trajetória histórica e compromisso com a inclusão e a excelência educacional

evidenciam sua importância no contexto educacional do país e na formação de cidadãos capacitados e críticos.

Diante dessa trajetória institucional e da relevância do IFRJ no cenário da educação profissional e tecnológica, torna-se pertinente analisar de que forma seus documentos orientadores, em especial o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2025–2028, incorporam aspectos de acessibilidade e inclusão. Nesse sentido, apresenta-se a seguir a etapa de pesquisa documental, que complementa o levantamento bibliográfico já descrito.

2.2 A Pesquisa Documental

A pesquisa documental concentrou-se na análise do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2024–2028, principal instrumento de planejamento estratégico do IFRJ. Essa etapa buscou identificar como aspectos relacionados à acessibilidade e à inclusão de estudantes surdos estão contemplados neste instrumento normativo, de modo a oferecer subsídios para a compreensão do cenário investigativo.

Complementarmente ao levantamento bibliográfico, a pesquisa documental desempenha a função de consolidar o arcabouço teórico com informações institucionais oficiais, possibilitando uma visão mais abrangente do objeto estudado. Essa fase, portanto, constituiu uma base sólida para a interpretação e integração entre os referenciais teóricos e a realidade institucional analisada.

Para a operacionalização desta etapa, estabeleceu-se um instrumento específico de coleta, detalhado a seguir.

2.2.1 O Instrumento de Coleta de Dados

Como instrumento de coleta de dados da etapa documental, elaborou-se um roteiro de observação (Apêndice A), estruturado a partir da revisão teórica e dos objetivos da pesquisa. Esse instrumento orientou a análise qualitativa de caráter documental do PDI, possibilitando a sistematização da leitura, a definição de categorias de análise, o registro das informações pertinentes e a organização dos achados documentais. O roteiro foi fundamentado em marcos legais e normativos, bem como em revisão bibliográfica voltada à inclusão de pessoas com deficiência,

com ênfase na comunidade surda, tendo como base autores que discutem a acessibilidade e a inclusão nos contextos educacional e informacional, como Sassaki (2010), Coneglian e Silva (2006), Strobel (2008), Lipschultz (2010), Campos e Stumpf (2012), Hubner e Kuhn (2017), Miglioli e Santos (2017), Costa (2020), Santos e Valério (2021), Souza e Silva (2022), além de documentos normativos internacionais, como as diretrizes da IFLA (2024) e da ALA (2025). No que se refere à estrutura e à análise do PDI, adotou-se como referência central o trabalho de Sant’Anna et al. (2017), que discute os processos de elaboração e os elementos construtivos desse instrumento em instituições de ensino superior.

O roteiro considerou os princípios da educação inclusiva, bem como os diferentes domínios da acessibilidade — arquitetônica, comunicacional, atitudinal, metodológica, programática, instrumental e informacional (Sassaki, 2010; Fujino, 2017) — como critérios de análise do planejamento institucional. No que se refere às bibliotecas, tomou-se a acessibilidade como elemento estratégico para garantir o direito à informação, à leitura e à participação educacional plena por parte dos estudantes surdos. Nesse sentido, a análise procurou identificar, no PDI, a presença de diretrizes, metas e ações voltadas à promoção da inclusão desse público nos espaços bibliotecários da instituição, considerando tanto aspectos estruturais quanto formativos e comunicacionais.

2.3 Tratamento e Análise dos Dados

Como método de análise de dados, optou-se por utilizar a análise de conteúdo. Essa, por sua vez, consiste em técnicas que permitem analisar o conteúdo encontrado nas diferentes formas que um indivíduo utiliza para se comunicar, tratando os dados para se chegar às informações presentes em cada mensagem (Bardin, 1977).

Para Moraes (1999), a matéria-prima para esse tipo de análise pode ser encontrada em materiais originados em uma comunicação, verbal ou não-verbal; por exemplo, cartas, relatos, gravações, entrevistas, etc. São dados brutos que o investigador deve aferir e interpretar para que compreenda o seu sentido efetivo.

3 O PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E A INCLUSÃO DE PESSOAS SURDAS EM BIBLIOTECAS

Esta seção aborda a acessibilidade e a inclusão de pessoas surdas nas bibliotecas, com foco para o planejamento dos elementos que possibilitam esse direito. Para isso, apresenta-se inicialmente o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), instrumento que estabelece as diretrizes gerais para o funcionamento e desenvolvimento estratégico da instituição, incluindo aspectos relacionados à inclusão e acessibilidade.

Na sequência, desenvolve-se uma reflexão sobre o processo histórico de reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiência, destacando a evolução das percepções sociais, os avanços na terminologia adotada e a importância da categorização dos diferentes tipos de deficiência para a formulação de políticas inclusivas. Além disso, são analisados os avanços legislativos relacionados aos direitos das pessoas com deficiência no Brasil, com especial atenção às políticas de acessibilidade.

Em relação às pessoas surdas, é traçado um percurso histórico que destaca sua exclusão social e o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como fator essencial de identidade e inclusão. Reconhecer a Libras como meio legítimo de comunicação e acesso à informação é uma condição indispensável para a construção de práticas verdadeiramente inclusivas.

Por fim, o capítulo dedica-se à análise da acessibilidade para pessoas surdas em bibliotecas, discutindo os desafios, práticas e possibilidades para a construção de espaços verdadeiramente inclusivos no âmbito do IFRJ. A fundamentação teórica apresentada sustenta a análise crítica das práticas institucionais e busca propor caminhos que ampliem o acesso e a inclusão das pessoas surdas nas bibliotecas da instituição.

3.1 Plano de Desenvolvimento Institucional

O planejamento é uma ferramenta essencial no sistema de controle gerencial, pois desempenha um papel importante no suporte à tomada de decisões, promovendo a eficiência e a eficácia organizacional. Ao planejar suas atividades, as organizações, como é o caso dos Institutos Federais de Educação (IFEs), podem

alinhar seus recursos de maneira mais estratégica, o que facilita o alcance dos objetivos estabelecidos. Com uma abordagem bem estruturada, é possível reduzir erros, tomar decisões mais fundamentadas e evitar imprevistos, assegurando, assim, resultados superiores (Branco, 2014; Gaudereto, 2023; Chiavenato, 2016).

Devido à sua relevância e complexidade, o planejamento organizacional pode ser dividido em três categorias principais: Planejamento Estratégico, Planejamento Tático e Planejamento Operacional (Nogueira Júnior; Oliveira, 2017). Esses três tipos de planejamento estão presentes nos IFs, sendo que nesses institutos, assim como em outras Instituições de Ensino Superior (IES), o planejamento estratégico recebe o nome de Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

O planejamento estratégico é voltado para o longo prazo, estabelece a visão, missão, metas e objetivos da organização bem como as estratégias necessárias para alcançá-los. Em contraste, o planejamento tático, direcionado para a média gestão, concentra-se em tarefas específicas e práticas que visam atingir os objetivos estratégicos. Finalmente, o planejamento operacional, que se ocupa do curto prazo, enfoca as ações rotineiras e operacionais necessárias para a realização dos objetivos táticos (Pereira; Matos; Sakai, 2021).

Especificamente em relação ao planejamento estratégico (que corresponde ao PDI na IES), Pereira (2010, p.47) apresenta a seguinte definição:

[...] é um processo que consiste na análise dos pontos fortes (competências) e fracos (incompetências ou possibilidades de melhorias) da organização e das oportunidades e ameaças do ambiente externo, com o fim de formular (formar) estratégias e ações estratégicas com a intenção de aumentar a competitividade e seu grau de resolutividade.

Embora originalmente desenvolvido para atender às necessidades das empresas privadas, o planejamento estratégico também se mostrou essencial para o setor público (Branco, 2014; Silva; Gonçalves, 2011). A adoção dessa prática ocorreu gradualmente com as reformas do Estado e a transição do modelo burocrático para o gerencial nas organizações públicas. Com isso, a estratégia de longo prazo tornou-se indispensável na gestão pública, visando otimizar os recursos e aprimorar a qualidade dos serviços prestados, contribuindo para o sucesso dessas organizações (Branco, 2014; Ota, 2014).

De acordo com Camargo Dias, Costa Sousa e Cavalcanti Dias (2018), na Administração Pública, o planejamento estratégico abrange não apenas aspectos técnicos, mas, também, um compromisso político por parte dos gestores, com o objetivo de assegurar a gestão eficiente e eficaz dos recursos disponíveis.

Além das exigências legais, a implementação do planejamento estratégico proporciona benefícios significativos, tais como a promoção da sinergia entre as diferentes áreas funcionais da organização, o incentivo a modelos organizacionais mais eficazes, o aumento da interação com o ambiente externo e a transição de uma postura reativa para uma postura proativa. Ademais, essa abordagem estimula a liderança dos gestores, orienta o processo de tomada de decisões e otimiza o planejamento orçamentário (Rebelo; Almeida, 2008).

Como já citado, um exemplo prático da aplicação do planejamento estratégico no setor público é o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), implantado pelo Ministério da Educação (MEC). O PDI direciona as IES para a realização de seus objetivos futuros, articulando ações e metas estratégicas e definindo indicadores que abordam as oportunidades e desafios presentes em seu contexto. Além disso, o PDI contribui para a definição da identidade institucional ao detalhar a filosofia de trabalho, esclarecer a missão organizacional, estabelecer diretrizes pedagógicas e descrever a estrutura existente, bem como as atividades acadêmicas em curso ou planejadas (Dal Magro; Rauch, 2012; MEC, 2007; Mizael *et al.*, 2013; Eberhardt; Fernandes, 2021).

Para Gesteira (2002), a elaboração do PDI representa um momento singular na trajetória de uma instituição, proporcionando a oportunidade de uma reflexão aprofundada sobre seu passado, presente e futuro. Esse processo permite a revelação de seus pontos fortes e fragilidades, bem como a identificação de suas ameaças e oportunidades.

Neste contexto, o PDI é considerado um recurso estratégico fundamental para a administração das IES, capaz de fomentar e perpetuar uma cultura de inovação contínua e transformação autorregulada, ao mesmo tempo que orienta tanto as ações acadêmicas quanto as administrativas, posicionando a instituição de ensino superior em um ambiente marcado por alta complexidade e competitividade (Macedo, 2000; Francisco *et al.*, 2016).

Todavia, essa visão mais abrangente do PDI nem sempre foi a predominante. Historicamente, as IES compreendiam o PDI como um simples documento para

cumprir exigências legais, enquanto o MEC fazia uso dele como uma ferramenta de controle e avaliação da educação superior, em resposta ao crescimento do número de instituições e cursos. Foi apenas nos últimos anos que tanto as IES como o MEC passaram a reconhecer o PDI como uma verdadeira ferramenta de gestão, capaz de proporcionar uma visão de longo prazo para os serviços educacionais (Cardoso, 2006).

Cabe ressaltar que essa mudança de perspectiva não ocorreu isoladamente; foi, na verdade, influenciada por um conjunto de normas e diretrizes estabelecidas pelo sistema educacional nacional. Portanto, antes de avançar na abordagem sobre o PDI, é fundamental compreender o quadro regulatório que o sustenta, destacando as principais leis envolvidas.

Esse conjunto normativo tem suas origens na Lei nº 9.394/1996, que trata das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e trouxe a necessidade de implementar processos avaliativos nas IES e nos cursos de graduação, com o objetivo de assegurar a qualidade e a eficácia das práticas educacionais (Brasil, 1996). Nesse cenário, o PDI assume um papel central, tornando-se um instrumento fundamental para garantir que as IES alinhem suas missões e metas às orientações constitucionais, sendo, também, objeto de avaliações externas (Guedes; Scherer, 2015).

Embora previsto na LDB, o PDI teve sua regulamentação formalizada apenas cinco anos depois, por meio do Decreto nº 3.860/2001, que o introduziu como um dos elementos fundamentais para o credenciamento e credenciamento das IES, podendo, também, ser exigido no âmbito das ações de supervisão realizadas pelo SESU/MEC (Brasil, 2001a). Em dezembro do mesmo ano, sua importância na definição da missão de cada instituição e nas estratégias para alcançar metas e objetivos é ressaltada pelo Parecer CNE/CES 1366/2001 (Brasil, 2001b).

Em março de 2002, a Resolução CNE/CES nº 10 complementou esse panorama ao definir diretrizes claras para a elaboração, avaliação e implementação do PDI, consolidando ainda mais seu papel central no processo de credenciamento e credenciamento das IES. Entre seus dispositivos, dois artigos merecem destaque: o artigo 6º, que aborda a necessidade de o PDI ser desenvolvido conjuntamente entre a mantenedora e a mantida e especifica os documentos que devem ser incluídos no plano; e o artigo 7º, que estabelece que o PDI é um compromisso da instituição com o MEC e um requisito para os atos de credenciamento e credenciamento das

instituições de ensino superior. Esse artigo também prevê que o PDI pode ser exigido durante as ações de supervisão realizadas pela SESu/MEC e estabelece que o plano deve ser atualizado sempre que houver modificações (Brasil, 2002).

Posteriormente, em abril de 2004, com o objetivo de atender de forma mais eficaz às necessidades específicas do ensino superior, o Ministério da Educação (MEC) instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) por meio da Lei nº 10.861/2004. De acordo com o artigo 3º da lei, a avaliação das IES objetiva “identificar o seu perfil e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais” (Brasil, 2004, p. 1). O mesmo artigo apresenta, também, as diferentes dimensões institucionais, tornando obrigatórios os seguintes itens, conforme o Quadro 1:

Quadro 1 - Dimensões Institucionais Obrigatórias do PDI - artigo 3 da Lei nº 10.861/2004

	Dimensões Institucionais Obrigatórias do PDI
1	A missão e o plano de desenvolvimento institucional;
2	A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;
3	A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;
4	A comunicação com a sociedade;
5	As políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;
6	Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;
7	Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;
8	Planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional;
9	Políticas de atendimento aos estudantes;
10	Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

Fonte: Elaborado pelo(a) autor(a) com base na legislação mencionada (2024).

Considerando as dimensões instituídas pela referida lei, observa-se que o PDI desempenha um papel fundamental como instrumento de suporte na avaliação das IES. Em função disso, o PDI estabelece-se em resposta à exigência do SINAES, que torna obrigatória a sua elaboração para que as IES possam ser avaliadas em qualquer fase de sua trajetória (Silva *et al.*, 2013).

Complementando as diretrizes estabelecidas pelo SINAES, a Portaria MEC nº 40/2007 criou o Sistema e-MEC, um sistema eletrônico destinado ao gerenciamento dos processos regulatórios da educação superior no Brasil. Essa portaria ressalta a importância do PDI ao incorporá-lo como um elemento fundamental no processo de avaliação institucional das IES (Brasil, 2007b; Mello *et al.*, 2013). O Sistema e-MEC substituiu o anterior sistema SAPIENS, passando a ser o principal meio para a tramitação de pedidos relacionados ao credenciamento, recredenciamento, autorização, renovação e reconhecimento de cursos, além da gestão de processos de aditamento que envolvem modificações nos procedimentos existentes (Brasil, 2010).

Mizael *et al.* (2013) destacam que, embora a legislação permita que a elaboração do PDI seja feita de forma livre, possibilitando às instituições exercerem sua criatividade e autonomia, dez eixos temáticos devem estar presentes na estrutura do relatório do PDI. Esses eixos são essenciais para a avaliação realizada por comissões designadas pela SESu/MEC e Setec/MEC. O quadro 2 lista os eixos temáticos mencionados.

Quadro 2 - Eixos Temáticos do PDI

Perfil Institucional;
 Projeto Pedagógico Institucional;
 Cronograma de Implantação e Desenvolvimento da Instituição e Cursos;
 Perfil do Corpo Docente;
 Organização Administrativa das IES;
 Políticas de Atendimento aos Discentes;
 Infraestrutura;
 Avaliação e Acompanhamento do Desenvolvimento Institucional;
 Gestão Financeira e Orçamentária;
 Anexos.

Fonte: Adaptado pela autora (2026), baseado em Sant'ana *et al.* (2017).

O Decreto nº 5.622/2005, em seu artigo de nº 12, especifica que o PDI deve, obrigatoriamente, incluir a oferta de educação a distância. A relevância do PDI para

esta modalidade de ensino superior é ainda mais destacada pela Portaria Normativa MEC nº 2/2007, que define os procedimentos para sua regulação e avaliação. Logo, o PDI continua a ser um documento essencial, especialmente para as instituições que buscam credenciamento para oferecer cursos e programas a distância.

Outro aspecto relevante na legislação que abrange o PDI é o Decreto nº 5.773/2006, que regulamenta o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de ensino superior e dos cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino (Brasil, 2006). Esse documento reforça a obrigatoriedade do PDI como um documento central no processo de credenciamento e credenciamento das IES, garantindo que essas instituições planejem e implementem suas atividades de acordo com diretrizes claras e objetivos bem definidos. Ao exigir o PDI, o decreto assegura que as instituições tenham uma visão estratégica de longo prazo, alinhada às exigências do MEC, promovendo a qualidade e a coerência no ensino superior.

Com a evolução das regulamentações, o Decreto nº 3.860/2001, que, inicialmente, regulamentava o PDI, foi substituído pelo Decreto nº 5.773/2006. Esse, por sua vez, também foi revogado, sendo substituído pelo Decreto nº 9.235/2017, que, atualmente, rege o PDI. O Decreto nº 9.235/2017 consolidou as normas anteriores e introduziu novas diretrizes para assegurar uma adequada supervisão e regulamentação dos processos nas IES, refletindo uma contínua adaptação às necessidades e exigências do cenário educacional (Brasil, 2017).

Nesse contexto, o artigo 21 do Decreto nº 9.235/2017 é relevante, particularmente, oferecendo orientações detalhadas para a formulação e atualização do PDI. A seguir, serão apresentados, no Quadro 3, os elementos básicos que devem constar no PDI, conforme especificado pelo referido artigo (Brasil, 2017, p. 6):

Quadro 3 - Elementos Básicos do PDI conforme artigo 21 do Decreto n. 9.235/2017

Elementos Básicos do PDI	
I	Missão, objetivos e metas da instituição em sua área de atuação e seu histórico de implantação e desenvolvimento, se for o caso;
II	Projeto pedagógico da instituição, que conterá, entre outros, as políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão;
III	Cronograma de implantação e desenvolvimento da instituição e de cada um de seus cursos, com especificação das modalidades de oferta, da programação de abertura de cursos, do aumento de vagas, da ampliação das instalações físicas e, quando for o caso, da previsão de abertura de campus fora de sede e de polos de educação a distância;

(continua)

Quadro 3 - Elementos Básicos do PDI conforme artigo 21 do Decreto n. 9.235/2017 (continuação)

IV	Organização didático-pedagógica da instituição, com a indicação de número e natureza de cursos e respectivas vagas, unidades e campus para oferta de cursos presenciais, polos de educação a distância, articulação entre as modalidades presencial e a distância e incorporação de recursos tecnológicos;
V	Oferta de cursos e programas de pós-graduação lato e stricto sensu, quando for o caso;
VI	Perfil do corpo docente e de tutores de educação a distância, com indicação dos requisitos de titulação, da experiência no magistério superior e da experiência profissional não-acadêmica, dos critérios de seleção e contratação, da existência de plano de carreira, do regime de trabalho, dos procedimentos para substituição eventual dos professores do quadro e da incorporação de professores com comprovada experiência em áreas estratégicas vinculadas ao desenvolvimento nacional, à inovação e à competitividade, de modo a promover a articulação com o mercado de trabalho;
VII	Organização administrativa da instituição e políticas de gestão, com identificação das formas de participação dos professores, tutores e estudantes nos órgãos colegiados responsáveis pela condução dos assuntos acadêmicos, dos procedimentos de autoavaliação institucional e de atendimento aos estudantes, das ações de transparência e divulgação de informações da instituição e das eventuais parcerias e compartilhamento de estruturas com outras instituições, demonstrada a capacidade de atendimento dos cursos a serem ofertados;
VIII	Projeto de acervo acadêmico em meio digital, com a utilização de método que garanta a integridade e a autenticidade de todas as informações contidas nos documentos originais;
IX	Infraestrutura física e instalações acadêmicas, que especificarão: a) com relação à biblioteca: 1. acervo bibliográfico físico, virtual ou ambos, inclusos livros, periódicos acadêmicos e científicos, bases de dados e recursos multimídia; 2. formas de atualização e expansão, identificada sua correlação pedagógica com os cursos e programas previstos; e 3. espaço físico para estudos e horário de funcionamento, pessoal técnico-administrativo e serviços oferecidos; e b) com relação aos laboratórios: instalações, equipamentos e recursos tecnológicos existentes e a serem adquiridos, com a identificação de sua correlação pedagógica com os cursos e programas previstos e a descrição de inovações tecnológicas consideradas significativas;
X	Demonstrativo de capacidade e sustentabilidade financeiras;
XI	Oferta de educação a distância, especificadas: a) sua abrangência geográfica; b) relação de polos de educação a distância previstos para a vigência do PDI; c) infraestrutura física, tecnológica e de pessoal projetada para a sede e para os polos de educação a distância, em consonância com os cursos a serem ofertados; d) descrição das metodologias e das tecnologias adotadas e sua correlação com os projetos pedagógicos dos cursos previstos; e e) previsão da capacidade de atendimento do público-alvo.

Fonte: Elaborado pela autora com base na legislação mencionada (2024).

Conforme descrito no Quadro 6, o PDI possui 11 elementos estruturantes. As bibliotecas são abordadas no item IX, que estabelece a necessidade de uma infraestrutura física e acadêmica adequada, com um acervo bibliográfico abrangente,

seja ele físico, virtual ou ambos. A gestão desse acervo deve assegurar sua permanente atualização, bem como seu alinhamento com os cursos e programas ofertados pela instituição, de modo a atender às exigências pedagógicas e curriculares vigentes.

Além da manutenção de um acervo coerente com as demandas acadêmicas, as bibliotecas devem prover ambientes propícios ao estudo, com horários de funcionamento compatíveis com as necessidades dos usuários e o suporte de uma equipe técnico-administrativa qualificada. No entanto, para além do cumprimento de requisitos estruturais e operacionais, é essencial que as bibliotecas exerçam plenamente sua função educativa e social, promovendo o desenvolvimento crítico dos usuários e assegurando o acesso à informação de forma ética e eficaz. Nesse sentido, como apontam Luck *et al.* (2000, p. 2), as bibliotecas devem responder às “necessidades de um grupo social ou da sociedade em geral, através da administração do seu patrimônio informacional e do exercício de uma função educativa, ao orientar os usuários na utilização da informação”.

A efetivação dessa missão demanda a elaboração de um planejamento específico para as bibliotecas, o qual deve estar em consonância com as diretrizes institucionais e integrado ao planejamento estratégico da instituição. Sobre esse aspecto, Almeida (2005) ressalta que o planejamento em bibliotecas deve ser concebido como um processo contínuo e sistemático, englobando diagnóstico, definição de objetivos, formulação de estratégias, implementação e avaliação. Tal abordagem é essencial para garantir a eficácia dos serviços ofertados, a gestão eficiente dos recursos informacionais e a capacidade de adaptação às mudanças do contexto educacional. Assim, planejar não se resume ao atendimento de exigências administrativas, mas implica assegurar uma atuação bibliotecária proativa, coerente com sua missão educativa e alinhada às necessidades da comunidade acadêmica.

Entre essas necessidades, destaca-se a atenção aos usuários com deficiência, cuja presença tem intensificado-se nas instituições de ensino superior. Essa realidade impõe a necessidade de ações planejadas e sistemáticas voltadas à acessibilidade física, informacional e comunicacional. Conforme salientam Moreira *et al.* (2024, p. 5), “qualquer usuário com deficiência deve estar apto para utilizar o ambiente das bibliotecas sem impedimento”, evidenciando a importância de um planejamento bibliotecário que contemple, desde sua concepção, adaptações no acervo, uso de tecnologias assistivas e estratégias de atendimento inclusivas.

Incluir esse público no planejamento das bibliotecas significa, portanto, antecipar e incorporar medidas concretas, tais como a adaptação dos materiais informacionais, a disponibilização de recursos tecnológicos de apoio, a capacitação contínua da equipe e o desenvolvimento de práticas de mediação adequadas. Essas ações não apenas promovem a efetiva inclusão educacional, mas, também, conferem ao planejamento bibliotecário um caráter ético e socialmente comprometido. Assim, a biblioteca ultrapassa sua função técnica para se consolidar como um instrumento de justiça social, ao reconhecer e responder à diversidade de perfis e necessidades presentes no contexto acadêmico.

Retornando ao item IX, embora não mencione explicitamente a acessibilidade, é possível entender que sua implementação abrange a adaptação dos espaços físicos, a oferta de materiais em formatos acessíveis e a utilização de tecnologias assistivas. Essas considerações são essenciais para assegurar que a biblioteca cumpra sua função de maneira inclusiva e eficaz.

De forma análoga, o planejamento estratégico nas IES deve abranger múltiplas dimensões para assegurar sua eficácia⁸. Segundo Mendonça (2017), diversas metodologias e teorias de planejamento estratégico, aplicáveis tanto no setor privado quanto no público, possuem grande potencial para contribuir com a formulação, desenvolvimento e monitoramento do PDI. O autor enfatiza que, apesar da ampla aplicação dessas abordagens em contextos variados, é essencial adaptá-las ao específico ambiente das organizações públicas. Isso ocorre porque as características e demandas do setor público podem diferir significativamente das do setor privado.

Tendo em vista tal necessidade, o documento intitulado "Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI): um e-book de conhecimentos para Instituições Federais de Ensino", resultado das reflexões do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Planejamento e Administração das Instituições Federais de Ensino Superior (FORPLAD), apresenta-se como "um ponto de partida para a elaboração de uma estrutura completa que atenda às demandas das IES de forma efetiva e, ao mesmo tempo, consiga ser aprovado nas instâncias governamentais necessárias" (Sant'ana *et al.*, 2017, p. 9).

Dada a experiência dos profissionais envolvidos na elaboração do documento, bem como seu foco direcionado às IES, que coincidem com o foco desta pesquisa,

⁸ Segundo Sander (1982, p. 12), este conceito pode ser compreendido como a "capacidade ou potencialidade para alcançar os resultados almejados".

decidiu-se adotar esse material como referência orientadora para a compreensão da metodologia mais adequada à construção do PDI nesse contexto.

O e-book propõe cinco ferramentas estratégicas recomendadas para utilização pelos gestores das IES no processo de formulação do PDI: Análise SWOT, Construção de Cenários, Balanced Scorecard, Planejamento Estratégico Situacional (PES) e Canvas. A seleção dessas ferramentas é sustentada por uma pesquisa conduzida com 63 Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), a qual as identificou como as mais amplamente empregadas (Sant'ana *et al.*, 2017).

A seguir, o Quadro 4 aponta os principais atributos de cada ferramenta:

Quadro 4 - Instrumentos Gerenciais e Principais Características

Ferramenta	Principal Objetivo
Análise SWOT	Foca no diagnóstico dos ambientes interno e externo da organização, identificando forças, fraquezas, oportunidades e ameaças. Essa ferramenta oferece uma visão ampla do ambiente institucional, permitindo avaliar os fatores que podem impactar o desempenho.
Construção de Cenários	Propõe a análise de possíveis futuros da organização, permitindo a formulação de respostas rápidas e eficientes.
BSC	Utiliza indicadores de quatro dimensões – financeira, clientes, processos internos e aprendizado e crescimento – para apoiar a definição de estratégias e metas, possibilitando uma gestão eficaz do desempenho organizacional com acompanhamento contínuo de resultados.
PES	Estrutura o planejamento estratégico em quatro momentos fundamentais: explicativo, normativo-prescritivo, estratégico e tático-operacional, enfatizando as interações políticas, sociais e econômicas que influenciam o processo.
Canvas	Apresenta o modelo de negócios da IES, explicando como suas operações são organizadas para atender aos clientes. Com base em nove componentes principais, o Canvas proporciona uma visão integrada de como os elementos-chave do negócio se conectam para funcionar de maneira eficiente

Fonte: Adaptado pela autora (2026), baseado em Sant'ana *et al.* (2017, p. 27).

O Quadro 4 apresenta uma síntese dos principais instrumentos gerenciais utilizados para apoiar o planejamento e a gestão organizacional. A análise SWOT destaca-se por proporcionar um diagnóstico abrangente dos ambientes interno e externo, facilitando a identificação de fatores que influenciam o desempenho. A construção de cenários, por sua vez, permite a análise de possíveis futuros e a formulação de respostas rápidas e eficazes. O BSC (Balanced Scorecard) apoia a

gestão por meio de indicadores distribuídos em quatro dimensões, promovendo uma visão holística do desempenho. O Planejamento Estratégico Situacional (PES) organiza o planejamento em etapas distintas, com ênfase nas interações políticas, sociais e econômicas. Por fim, o Canvas oferece uma visão integrada do modelo de negócios, conectando seus principais componentes para otimizar a operação e o atendimento ao cliente. Esses instrumentos fornecem uma estrutura robusta para o planejamento e para gestão organizacional.

A seguir, os autores discutem que o processo de elaboração do PDI pode ser organizado em três grandes grupos de atividades, demonstrado na figura 7:

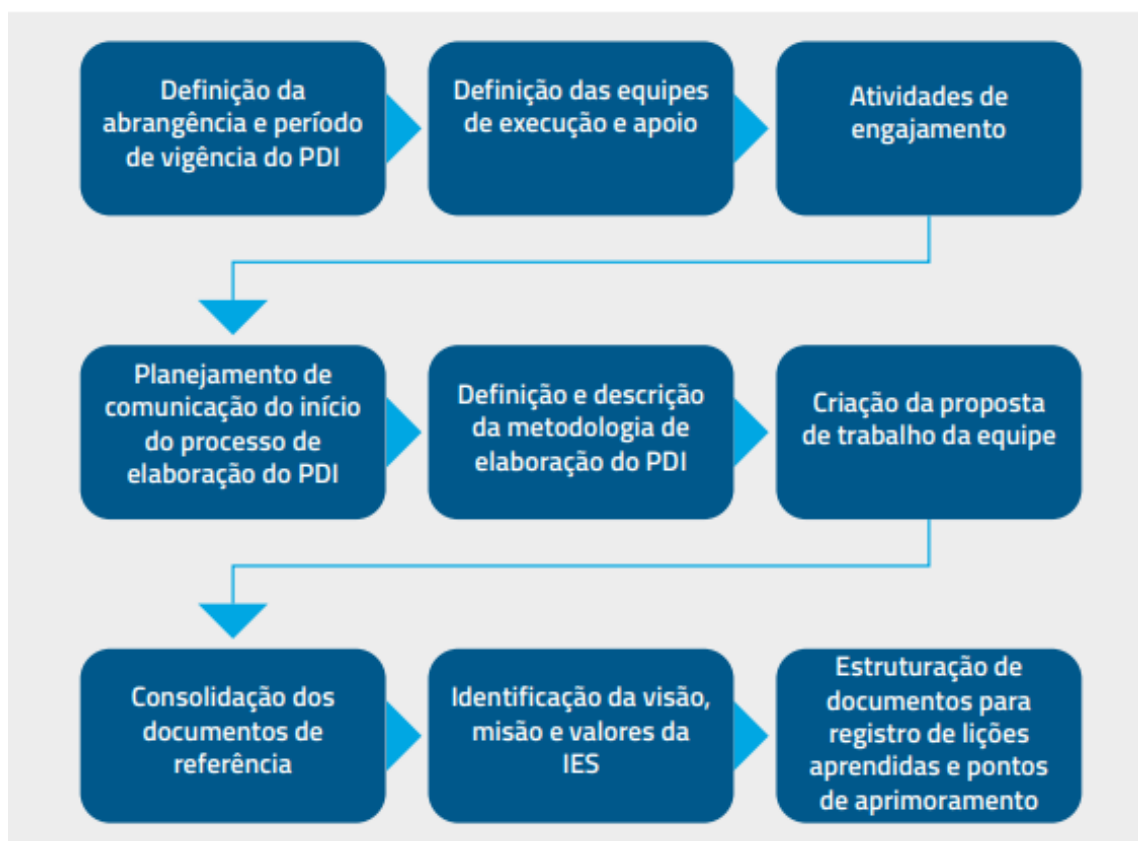
Figura 7 - Processo de Elaboração do PDI e suas Fases



Fonte: Sant'ana *et al* (2017, p. 58).

[Audiodescrição] Imagem azul em formato de seta apontando para a direita com três retângulos de fundo branco. O primeiro escrito “preparação” na cor verde, o segundo “diagnóstico” (situação atual) e o terceiro “planejamento” (situação desejada).

Na fase de Preparação para a elaboração do PDI, são definidos o escopo e a vigência do plano, bem como a equipe responsável pelo processo. É fundamental o engajamento das equipes de execução e apoio, além da comunicação eficaz entre todos os envolvidos. Diversos meios de divulgação, como sites institucionais e e-mails, são utilizados para promover o envolvimento dos públicos relevantes. Após essas etapas, procede-se à descrição da metodologia, à consolidação de documentos de referência e à identificação da missão, visão e valores da instituição, compondo a base para o desenvolvimento do PDI (Sant'ana *et al.*, 2017). A Figura 8 ilustra de forma concisa as principais atividades preparatórias descritas acima, que são essenciais para o início efetivo do processo de elaboração do PDI:

Figura 8 - Sequência de Atividades Preparatórias do PDI

Fonte: Sant'ana *et al.* (2017, p. 59).

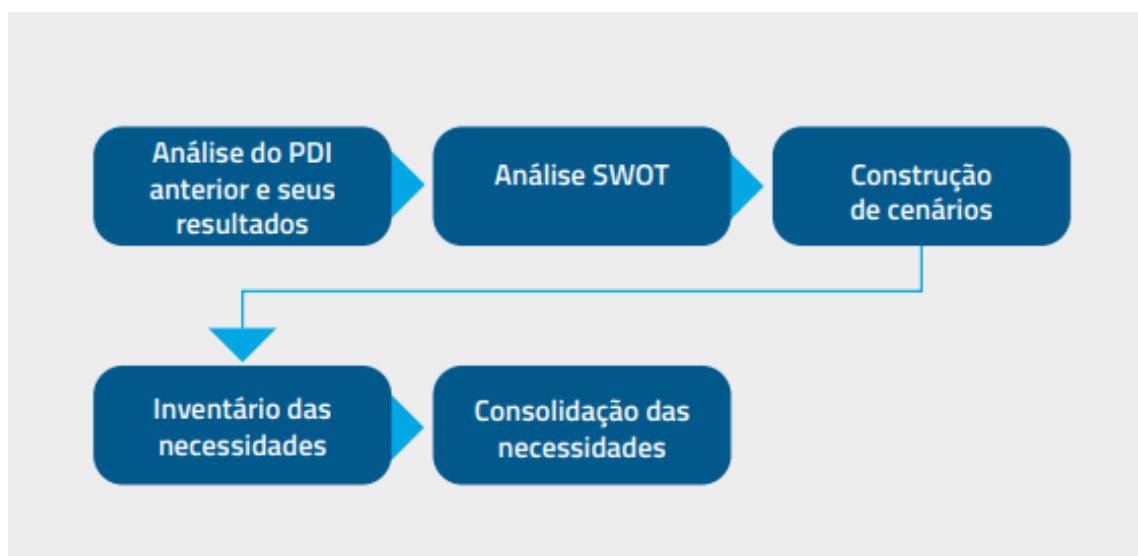
[Audiodescrição] Imagem apresentando um fluxograma com fundo cinza claro e nove retângulos em azul de cor branca escrito na sequência da esquerda para direita: definição da abrangência e período do PDI, definição das equipes de execução e apoio, atividades de engajamento, planejamento de comunicação do início do processo de elaboração do PDI, definição e descrição da metodologia de elaboração do PDI, criação da proposta de trabalho da equipe, consolidação dos documentos de referência, identificação da visão, missão, e valores da IES, estruturação de documentos para registro de lições aprendidas e pontos de aprimoramento.

Após a conclusão das etapas preparatórias para a elaboração do PDI descritas na Figura 8, inicia-se a fase de Diagnóstico, que visa avaliar a situação atual da IES. O propósito é identificar as oportunidades e ameaças do ambiente externo, bem como as forças e fraquezas do ambiente interno, para orientar a definição de ações futuras.

Nesta fase, podem ser empregadas as ferramentas estratégicas discutidas anteriormente (Quadro 7), conforme a escolha da instituição. A fase de diagnóstico requer ampla interação com diversos departamentos da instituição para a coleta e análise de dados e documentos. As atividades principais incluem a revisão do PDI anterior e seus resultados, a condução de uma análise SWOT, o levantamento das

necessidades e a consolidação dos pontos de melhoria nos diferentes eixos temáticos. A Figura 9 apresenta a sequência recomendada das atividades para a equipe responsável pela elaboração do PDI (Sant'ana *et al.*, 2017).

Figura 9 - Sequência de Atividades de Diagnóstico para a Elaboração do PDI



Fonte: Sant'ana *et al.* (2017, p. 60).

[Audiodescrição] Imagem apresentando um fluxograma com fundo cinza claro e cinco retângulos em azul de cor branca escrito na sequência da esquerda para direita: “análise do PDI anterior e seus resultados”, “análise SWOT”, “construção de cenários”, “inventário das necessidades”, “consolidação das necessidades”.

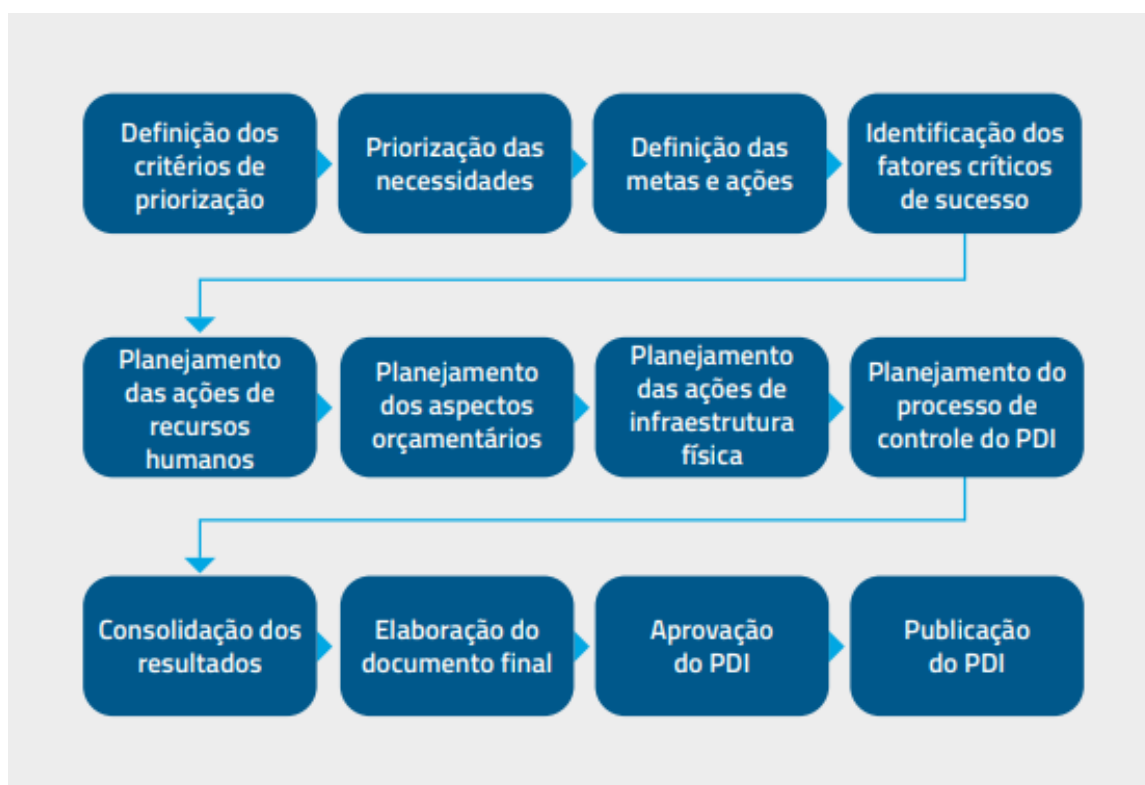
Na fase inicial do diagnóstico para a elaboração do PDI, as equipes devem realizar uma análise crítica do PDI anterior, identificando falhas e oportunidades de melhoria tanto em sua forma quanto em seu conteúdo. Deve-se, também, revisar o andamento dos projetos implementados, avaliar a continuidade ou exclusão de projetos em andamento e analisar projetos planejados, mas não iniciados ou descartados (Sant'ana *et al.*, 2017).

A etapa de diagnóstico é essencial para a construção de um PDI eficaz, pois fornece uma visão clara do ambiente interno e externo da instituição. Mais do que simplesmente levantar dados, o diagnóstico permite que as decisões sejam fundamentadas em uma compreensão aprofundada da realidade institucional, evitando erros e desperdícios de recursos. Ao alinhar as metas da instituição com seu contexto real, essa etapa torna o PDI mais relevante, viável e direcionado a um crescimento sustentável. No entanto, a omissão ou análise inadequada de aspectos relevantes pode comprometer a efetividade do novo PDI, afetando a implementação

de projetos futuros. Assim, a precisão e o rigor nessa fase são fundamentais para garantir que o PDI seja robusto e alinhado às reais necessidades da instituição, assegurando que as decisões estratégicas sejam baseadas em uma análise minuciosa e fundamentada.

Em seguida, é necessário levantar e analisar as demandas internas e externas da IES. Isso inclui uma avaliação das necessidades setoriais e da comunidade acadêmica, obtidas por meio de consultas públicas e questionários, assim como das expectativas da comunidade externa. Também, deve-se considerar diretrizes e recomendações, como o Plano Nacional de Educação (PNE), que influenciam o planejamento. Após concluir a análise SWOT, é recomendável construir cenários futuros e consolidar todas as informações e necessidades levantadas para a fase de planejamento estratégico, onde serão estabelecidos planos e ações prioritários para atender aos objetivos definidos (Sant'ana *et al.*, 2017). A Figura 10 ilustra detalhadamente a sequência de atividades proposta.

Figura 10- Sequência de Atividades de Planejamento para a Elaboração do PDI



Fonte: Sant'ana *et al.* (2017, p. 63).

[Audiodescrição] Imagem apresentando um fluxograma com fundo cinza claro e doze retângulos em azul de cor branca escrito na sequência da esquerda para direita: “definição dos critérios de priorização”, “priorização das necessidades”, “definição das metas e ações”,

“identificação dos fatores críticos de sucesso”, “planejamento de ações de recursos humanos”, “planejamento dos aspectos orçamentários”, “planejamento das ações de infraestrutura física”, “planejamento do processo de controle do PDI”, “consolidação dos resultados”, “elaboração do documento final”, “aprovação do PDI” e “publicação do PDI”.

Após a realização do diagnóstico, a próxima etapa é a definição dos critérios para a priorização das necessidades identificadas e sua subsequente ordenação por importância. Com base nessa priorização, são formulados os objetivos e metas da IES, os quais devem ser detalhados e quantificados, incluindo indicadores de desempenho, prazos e responsáveis pela execução. Recomenda-se a elaboração de um quadro síntese para essa finalidade (Sant’ana *et al.* 2017).

No contexto educacional, dentre outras, como exemplo de uma dessas prioridades pode ser citada a acessibilidade, devido à sua importância para a inclusão e equidade nas instituições de ensino. Inclusive, é uma prioridade por força de legislação, uma vez que a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) estabelece a necessidade de garantir acessibilidade física, pedagógica e comunicacional em todas as instituições. Logo, sua inclusão no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) vai além de uma exigência legal, refletindo um compromisso com a justiça educacional.

A ausência de um diagnóstico detalhado pode levar à negligência dessas questões no PDI, perpetuando barreiras físicas e digitais e comprometendo a conformidade legal e a reputação institucional. Portanto, é essencial que as questões prioritárias sejam rigorosamente avaliadas e priorizadas durante a fase de diagnóstico do planejamento estratégico.

Considerando a forma de diagnóstico pela ferramenta análise SWOT, a legislação vigente representa uma oportunidade significativa para a melhoria da acessibilidade nas IES. A conformidade com as normas estabelecidas proporciona um direcionamento claro para a criação de ambientes mais inclusivos e adaptados às necessidades dos alunos com deficiência. Além disso, o aumento no número de estudantes com deficiência nessas instituições, também, constitui uma oportunidade valiosa, pois reflete uma demanda crescente por adequações e recursos específicos. A combinação desses fatores oferece uma base sólida para o desenvolvimento e a implementação de práticas que promovam a inclusão e garantam um ambiente educacional acessível e equitativo para todos os alunos.

Entretanto, ao lado dessas oportunidades, é preciso reconhecer fragilidades ainda presentes no contexto institucional. Uma delas é a permanência de estudantes com deficiência nas instituições sem a devida garantia de recursos adequadamente acessíveis. Conforme apontam Castro e Almeida (2014), entre os principais desafios enfrentados pelas IES estão a superação de barreiras (especialmente atitudinais) e a necessidade de antecipar e prover condições de acessibilidade física, comunicacional e pedagógica. Além disso, observa-se a carência de estratégias docentes inclusivas que assegurem a efetiva participação e permanência desses estudantes na vida acadêmica. Esse cenário evidencia a importância de que tais fragilidades sejam identificadas e tratadas já na etapa de diagnóstico, para que o planejamento institucional responda de forma consistente às demandas da inclusão.

Dessa forma, ao reconhecer e tratar essas fragilidades no início do processo, a instituição aumenta, significativamente, suas chances de tornar a acessibilidade uma prioridade efetiva no planejamento. Com isso, estará mais bem equipada para promover a inclusão, atender às exigências legais e aprimorar tanto a experiência acadêmica dos estudantes quanto sua imagem institucional.

Após esse exemplo, cabe mencionar que a próxima fase depois do diagnóstico e o estabelecimento de prioridades, é o estabelecimento de um plano de ação para o acompanhamento da implementação do PDI, uma vez que o controle estratégico é um processo cíclico e fundamental para alcançar as metas estabelecidas. Esse acompanhamento envolve a avaliação contínua do desempenho, a comparação entre os resultados obtidos e as metas previstas e a correção de desvios. Com a conclusão e publicação do PDI, inicia-se a fase de implementação e controle, que requer vigilância constante para assegurar que as ações estejam alinhadas com a missão, visão e estratégias da IES, ajustando quaisquer desvios para otimizar o desempenho (Sant'ana *et al.*, 2017).

Diante do apresentado, considera-se a importância do planejamento para as instituições educacionais, inclusive, para garantir a acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência, temática que será abordada na seção seguinte.

3.2 Acessibilidade e Inclusão de Pessoas com Deficiência

A acessibilidade e a inclusão de pessoas com deficiência são pilares fundamentais para a construção de uma sociedade equitativa e justa. Esta seção

abrange a trajetória das pessoas com deficiência, que evoluiu ao longo da história, refletindo as transformações sociais que levaram à sua maior inclusão. Além disso, serão analisados os avanços significativos nos direitos dessas pessoas no Brasil, com foco nas políticas de acessibilidade que visam garantir a igualdade de oportunidades. Será abordada, também, a evolução terminológica referente às pessoas com deficiência, refletindo as mudanças na percepção social e nas abordagens relacionadas ao tema. Por fim, a seção examinará os diferentes tipos de deficiência reconhecidos legalmente, buscando esclarecer as especificidades e necessidades de cada grupo. Ao abordar esses aspectos, busca-se enfatizar a importância de promover ambientes inclusivos que respeitem e valorizem a diversidade, assegurando a plena participação de todos na sociedade.

3.2.1 Da marginalização à inclusão: o percurso histórico-social das Pessoas com Deficiência

Ao longo da história, as pessoas com deficiência foram, frequentemente, vistas de forma negativa, associadas a fraquezas, desvios ou anomalias. Em diversas sociedades antigas, essa condição era interpretada como resultado de maldições ou punições divinas, o que, algumas vezes, resultava em marginalização e exclusão social. Em casos extremos, esses indivíduos eram submetidos a práticas como o abandono ou até mesmo a eliminação (Aubert, 2021).

Tais práticas eram comuns nos primórdios das civilizações, quando a sobrevivência humana dependia exclusivamente da caça e da coleta. O abandono ou eliminação de pessoas com deficiência era considerado uma estratégia necessária para garantir a sobrevivência do grupo. Moisés (2019, p. 40) observa:

Na existência de fator que poderia pôr fim ou causar grave prejuízo à totalidade do grupo ou tribo (por exemplo, uma pessoa enferma, seja por acometimento de doenças, seja por ferimentos em virtude de caça ou guerra), o mesmo deveria ser abandonado ou sacrificado em benefício da manutenção do coletivo.

Na Idade Média, a questão da bruxaria/feitiçaria emergiria de forma mais contundente, tendo uma das explicações o domínio absoluto da Igreja Católica nas questões da sociedade sob um amplo aspecto, não mais sob a alegação da vontade

de deuses, mas na presumida manifestação demoníaca em indivíduos que não se moldassem às vontades da corte e do clero (Santos, 2023).

Adiante, no século XVIII, com os avanços da medicina, as deficiências começaram a ser encaradas como uma questão médica. Os profissionais de saúde defendiam a importância de tratar essas condições, levando as pessoas com deficiência a serem vistas, predominantemente, como pacientes que necessitavam de cuidados e intervenções. Nessa perspectiva, o destino dessas pessoas era a institucionalização, sob a justificativa de proteger a sociedade do "risco" que elas representariam ou como uma forma "caridosa" de cuidar dos "desvalidos sociais" (Carvalho *et al.*, 2023). Como resultado, as decisões sobre a vida dessas pessoas recaíam sobre esses grupos, gerando uma visão reducionista, onde elas eram tratadas como objetos de cuidado.

Sobre esse período, Ramm e Machado (2022, p. 4) esclarecem:

A partir do século XVI, com o aprimoramento da ciência médica através da geração de novos conhecimentos sobre a etiologia, funcionamento e tratamento das doenças, passou-se a considerar as deficiências como resultantes fatores físicos e naturais, não como metafísicos, como até então a humanidade cria. Neste mesmo período, foi estabelecido um padrão formal, [...] denominado como paradigma da institucionalização, onde os deficientes eram extraídos de suas comunidades originais e mandados para institutos isolados ou para escolas especiais, frequentemente situados em locais que ficavam longe do local de moradia dos familiares.

Na visão de Santos (2023), essa institucionalização seria o marco da segregação do indivíduo ao convívio social mais amplo, cujas regras e tratamentos davam-se à parte da dinâmica encontrada no tratamento de sujeitos considerados normais.

Um dos elementos que motivou a crítica à institucionalização foi a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, que apresentou ideias de liberdade, igualdade, fraternidade e diversidade aplicadas a todos os indivíduos (UNESCO, 2007).

Com o surgimento da Idade Moderna e, concomitantemente, da ciência, observou-se uma preocupação com a educação e socialização dessas pessoas. Mazzotta (2011, p. 24) assinala que "foi principalmente na Europa que os primeiros movimentos pelo atendimento aos deficientes, refletindo mudanças na atitude dos

grupos sociais, se concretizaram em medidas educacionais”. Contudo, prevalecia ainda uma visão patológica do indivíduo e, em consequência, o desprezo da sociedade (Miranda, 2008).

Posteriormente, as pessoas com deficiência deixaram de ser vistas pela sociedade como inúteis ou desnecessárias, desde que fossem submetidas a processos de reabilitação. Esse movimento buscava a normalização dos indivíduos com deficiência, ainda que, para tal, fosse necessário suprimir ou ocultar as características que refletiam a diversidade humana. Assim, em vez de reconhecer e valorizar as diferenças, prevalecia uma tentativa de homogeneização, visando a adaptação dos corpos à norma social estabelecida (Lanna Júnior, 2010; Vigentim, 2014).

Esse período histórico foi marcado por esforços no sentido de garantir o direito ao trabalho para pessoas com deficiência, o que impulsionou o desenvolvimento de diversas invenções, como cadeiras de rodas, bengalas, muletas e próteses, entre outros dispositivos assistivos. Nesse contexto, destaca-se, também, a contribuição de Louis Braille, que, sendo cego desde os três anos de idade, criou o sistema de leitura tátil conhecido como código braille, publicado em 1829 e amplamente utilizado até os dias atuais (Lanna Júnior, 2010; Vigentim, 2014; Rezende, 2013).

Logo, à medida que a sociedade avançava, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, registrou-se um aumento significativo no número de pessoas com deficiência, resultado não apenas das lesões de guerra, mas, também, de mudanças demográficas e sociais. Assim, o paradigma que anteriormente as relegava à margem da sociedade e ignorava suas necessidades começaria a ser contestado e reformulado, promovendo mudanças nas políticas públicas e nas percepções sociais (Silva, 2023b).

A partir do final da década de 1970, o movimento das pessoas com deficiência começou a se organizar de forma mais estruturada, reivindicando autonomia e protagonismo, rompendo com o modelo assistencialista que predominava até então. Nesse contexto, pela primeira vez, os próprios indivíduos com deficiência passaram a assumir a liderança de suas lutas (Gomes, 2016).

Um símbolo dessa ruptura com as políticas de cunho tutelar e assistencialista, que impunham às pessoas com deficiência o papel de coadjuvantes nas decisões que as afetavam diretamente, está no lema "nada sobre nós sem nós". Segundo Sassaki (2007), esse lema representa a ideia de que nenhuma decisão ou política

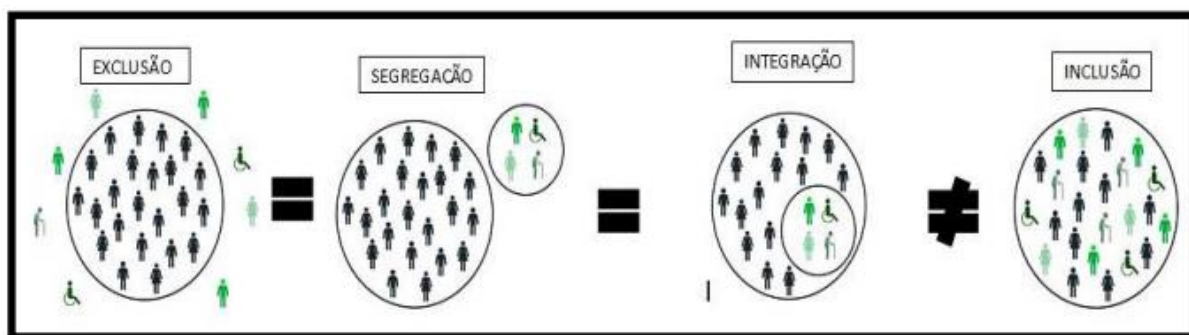
referente às pessoas com deficiência deve ser tomada sem sua plena participação. Isso marcou uma mudança significativa na forma como esses indivíduos passaram a ser vistos e ouvidos, assegurando que as políticas e decisões fossem construídas com sua contribuição ativa, rompendo definitivamente com o modelo em que as pessoas com deficiência eram tratadas como meros objetos de intervenção.

Ademais, Miranda (2015) observa que a criação de entidades representativas das pessoas com deficiência ocorreu no contexto de um movimento global, impulsionado por iniciativas internacionais, tais como o Ano Internacional das Pessoas com Deficiência, realizado em 1981, e o Programa Mundial de Ação para Pessoas com Deficiência, de 1982, que contribuíram para a consolidação de uma abordagem baseada em direitos e para o reconhecimento das especificidades das diferentes deficiências. Nesse cenário, a mobilização em âmbito internacional reforçou a luta por igualdade e inclusão, promovendo a troca de experiências e o fortalecimento de redes de apoio, o que ampliou a visibilidade das demandas e dos desafios enfrentados pelas pessoas com deficiência em diferentes contextos e contribuiu para a consolidação de uma agenda global de direitos.

Dessa maneira, inicia-se o período denominado social ou inclusivo, no qual o princípio central sustenta que as pessoas com deficiência possuem a mesma capacidade de contribuir para as demandas da comunidade, em condições de igualdade com aqueles sem deficiência (Piccolo; Mendes, 2012).

Para facilitar a compreensão das características associadas a esses processos evolutivos, apresenta-se, a seguir, a Figura 11:

Figura 11 - Dinâmicas Sociais e Movimentos das Pessoas com Deficiência



Fonte: Adaptado pela autora (2026), baseado em Sasaki (2007).

[Audiodescrição] Imagem apresentada em quatro círculos que representam diferentes políticas sociais. No primeiro quadro, a “Exclusão” é representada por um círculo. Dentro do

círculo estão as pessoas sem deficiência, enquanto, fora do círculo, estão as pessoas com deficiência, a seguir o símbolo matemático igual. No segundo quadro, a “Segregação” é representada por dois círculos. No círculo maior estão as pessoas sem deficiência, enquanto, no círculo menor, estão as pessoas com deficiência, seguido do símbolo matemático igual. No terceiro quadro, temos a “Integração”, na qual há um círculo com pessoas sem deficiência e outro círculo dentro dele mesmo, com as pessoas com deficiência, seguido pelo símbolo matemático diferente. No último quadro, temos a representação da “Inclusão” com apenas um círculo, no qual estão abrigadas todas as pessoas, com e sem deficiência.

Conforme a Figura 11, nos três primeiros períodos históricos (exclusão, segregação e integração), nota-se que o movimento das pessoas com deficiência na sociedade é limitado, sendo marcado pela exclusão, segregação e uma tentativa frustrada de integração em um contexto social rígido e despreparado para acolhê-las. Somente no período mais recente é que a sociedade começa a reconhecer a importância de incluir as pessoas com deficiência. No entanto, essa inclusão ainda enfrenta desafios significativos devido à falta de preparo adequado. Apesar dessas dificuldades, vislumbra-se o surgimento de um novo paradigma, voltado para a criação de uma sociedade inclusiva e acessível, que busca acolher as diversidades de maneira plena.

Com o intuito de sintetizar os principais marcos históricos que moldaram a trajetória dos direitos humanos das pessoas com deficiência, apresenta-se a seguir o Quadro 5:

Quadro 5 - Evolução Internacional dos Direitos Humanos das Pessoas com Deficiência

Ano	Evento
Antiguidade Clássica - Alta Idade Média	Fase de intolerância: pessoas com deficiência eram vistas como impuras ou punidas por Deus.
Idade Média	Mudança gradual: reconhecimento de que as pessoas com deficiência eram filhos de Deus, mas continuavam invisíveis.
Final do século XVIII - Início do século XIX	Fase assistencialista: aceitação das pessoas com deficiência como objetos de assistência, sem reconhecimento de direitos.
Início do século XX	Primeiros movimentos pela inclusão: a sociedade começa a ver as pessoas com deficiência como sujeitos de direitos.
1945	Fim da Segunda Guerra Mundial: retorno de soldados com deficiência, exigindo reabilitação e acessibilidade.
1948	Proclamação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, afirmando que todos os seres humanos têm direitos iguais.

(continua)

Quadro 5 - Evolução Internacional dos Direitos Humanos das Pessoas com Deficiência (continuação)

Década de 1950	Adoção de documentos internacionais como a Recomendação nº 99 da OIT (1955) e a Convenção nº 111 (1958) sobre discriminação.
1971	Aprovação da Declaração dos Direitos do Retardado Mental, afirmando os direitos das pessoas com deficiência intelectual.
1975	Aprovação da Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes, reconhecendo que gozam dos mesmos direitos que os demais.
1981	Ano Internacional das Pessoas Deficientes (AIPD) proclamado pela ONU, com lema "Participação Plena e Igualdade".
1983-1992	Década das Nações Unidas para as Pessoas com Deficiência, com foco em prevenção, reabilitação e equiparação de oportunidades.
1999	Aprovação da Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação, primeiro documento regional vinculante.
2001	Publicação da Classificação Internacional de Funcionalidade, Deficiência e Saúde (CIF) pela OMS, introduzindo um novo paradigma.
2006	Aprovação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência pela ONU, mudando o paradigma para o modelo social de direitos humanos.
2007	Assinatura da Convenção de Nova York sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu protocolo facultativo.

Fonte: Adaptado pela autora (2026), baseado em Farias; Soares Júnior (2020).

O Quadro 5 fornece uma visão abrangente e cronológica dos principais marcos que moldaram a trajetória dos direitos humanos das pessoas com deficiência no cenário internacional. Ele ilustra a transição histórica desde a intolerância e exclusão, passando por fases assistencialistas e o reconhecimento gradual dos direitos, até a afirmação do modelo social de inclusão. Essa evolução demonstra como, ao longo dos séculos, a percepção da sociedade sobre as pessoas com deficiência tem transformado-se, refletindo mudanças culturais, políticas e sociais significativas. Cada evento destacado no quadro não apenas representa uma conquista, mas, também, um desafio a ser superado na luta por igualdade e dignidade.

3.2.2 Evolução terminológica referente às Pessoas com Deficiência

A evolução terminológica das pessoas com deficiência reflete as transformações sociais, culturais e políticas ocorridas ao longo do tempo. Desde os termos utilizados no passado, que frequentemente carregavam conotações

pejorativas e marginalizadoras, até as expressões contemporâneas que enfatizam a dignidade e os direitos humanos, cada fase dessa evolução não apenas indica uma mudança na linguagem, mas, também, uma nova compreensão sobre a deficiência e a inclusão.

Nesse contexto, Sassaki (2003a) ressalta que a construção de uma sociedade verdadeiramente inclusiva está intrinsecamente ligada ao uso cuidadoso da linguagem, que, de forma consciente ou inconsciente, pode expressar tanto respeito quanto discriminação em relação às pessoas com deficiência. Diante disso, torna-se relevante examinar como se processou a evolução das nomenclaturas no Brasil, uma vez que a terminologia reflete o modo como a sociedade enxerga e trata essas pessoas.

Essa evolução pode ser ilustrada a partir do Código Civil de 1916, que, em seu artigo 5º, inciso II, utilizava a expressão "loucos de todos os gêneros" para designar pessoas consideradas absolutamente incapazes de exercer os atos da vida civil, especialmente aquelas com distúrbios psiquiátricos. O termo, carregado de conotação pejorativa, foi posteriormente substituído no Código Civil vigente pela expressão "enfermidade ou deficiência mental", prevista no artigo 3º, inciso II, para caracterizar a ausência de discernimento.

Na mesma linha de evolução, a Constituição de 1967, por meio da Emenda nº 1 de 1969, introduziu o termo "deficiente", que, sob a ótica contemporânea, é considerado discriminatório por ressaltar a falta, incapacidade ou defeito do indivíduo. Além disso, o Decreto nº 60.501/1967 empregava a expressão "inválido". Como assinala Sassaki (2003b), naquela época, a sociedade, em geral, tendia a enxergar as pessoas com deficiência como "sem valor" ou "incapazes" de participar da vida social ou do trabalho, perpetuando sua exclusão e marginalização.

Esse cenário começou a mudar em 1981, com o advento do Ano Internacional das Pessoas Deficientes, quando termos como "aleijado", "defeituoso", "incapacitado" e "inválido", comuns até a década de 1980, começaram a ser substituídos por "pessoa deficiente". A introdução da palavra "pessoa" — atribuindo à deficiência o papel de adjetivo — representou um avanço significativo e, gradualmente, a expressão "pessoa portadora de deficiência" ganhou espaço, frequentemente abreviada para "portadores de deficiência" (Sassaki, 2003). Esse novo enfoque refletia um passo importante na humanização e respeito às pessoas com deficiência.

Nesse contexto de transformação, a Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988 e vigente até os dias atuais, adotou o termo “portador de deficiência” para se referir a esse grupo social. Segundo Araújo (2017), a expressão “deficiente”, anteriormente utilizada em instrumentos legais, já não era considerada apropriada, pois implicava uma conotação de falta, defeito ou incompletude. Contudo, a partir da Convenção da ONU, a terminologia mais adequada passou a ser “pessoa com deficiência”, uma vez que:

[...] a pessoa não “porta” uma deficiência. As deficiências não são portáteis. Assim, a expressão adequada é “pessoa com deficiência”, nos termos da Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que foi incorporada ao texto constitucional por força do Decreto Legislativo 186/2008 e pelo Decreto 6.949/2009 (Araújo, 2017, p. 3).

Assim, segundo Sassaki (2003b), a terminologia “pessoas com deficiência” representa o mais recente termo formalmente adotado pela legislação internacional e nacional.

A imagem a seguir apresenta o percurso terminológico da evolução da linguagem utilizada para se referir às pessoas com deficiência no Brasil, evidenciando as mudanças sociais e jurídicas ao longo do tempo.

Figura 12 - Evolução da Terminologia Pessoas com Deficiência



Fonte: Diniz (2023a, p. 7).

[Audiodescrição] Imagem apresentada em um quadro com bordas verde-claro e fundo cinza-claro. Apresenta uma seta direcionada da esquerda para direita. Na base da seta, há uma bolinha marrom pequena com “nomes depreciativos”, após, uma bolinha vinho com o dizer: “1945: “inválido””; em seguida, uma bolinha maior na cor laranja com o dizer: “1980: defeituoso, inválido”; depois, em ritmo crescente, uma bola vermelha com o dizer: “1983: Pessoa portadora de deficiência”; a seguir, uma bolinha maior em tom amarelo escuro com o dizer: “1990: Pessoa com necessidades especiais ou portador de necessidades especiais” e, por último, no topo da seta uma bola maior, em tom amarelo com o dizer: “2015: Pessoa com deficiência, cego, surdo, autista”. Na parte superior, o dizer “Evolução da Terminologia”.

Assim, a evolução terminológica relacionada às pessoas com deficiência reflete uma mudança significativa na maneira como a sociedade aborda e compreende essa questão. A adoção do termo "pessoa com deficiência" reafirma a dignidade e a individualidade do sujeito, reconhecendo a deficiência como um aspecto de sua identidade, sem que isso a defina por completo.

Nesse sentido, Leme e Fontes (2017) complementam essa perspectiva ao enfatizar que, atualmente, a pessoa com deficiência é vista como um indivíduo com amplas possibilidades, capaz de tomar decisões e conduzir sua vida cotidiana com autonomia e independência. No entanto, as autoras ressaltam que o reconhecimento dessa capacidade plena não exclui a eventual necessidade de apoio de terceiros para o exercício eficaz de sua autonomia.

Logo, esse reconhecimento da individualidade e potencial das pessoas com deficiência é um passo crucial para a construção de uma sociedade mais inclusiva, que valorize a diversidade e promova a igualdade de oportunidades para todos.

3.2.3 Classificação dos Tipos de Deficiência

As deficiências podem ser classificadas em diversos tipos, refletindo as diferentes condições que impactam a funcionalidade e a participação social dos indivíduos. Tal categorização é essencial para a compreensão das necessidades específicas de cada pessoa, bem como para a formulação de políticas e práticas que promovam a inclusão e a acessibilidade. Dessa forma, garante-se que todos tenham a oportunidade de participar de maneira plena e equitativa na sociedade.

No entanto, antes de se abordar os tipos específicos de deficiência, é fundamental compreender como a legislação brasileira define as pessoas com deficiência. O artigo 2º da Lei nº 13.146/2015, que institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência, define pessoa com deficiência como "aquela que tem impedimento de

longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas" (Brasil, 2015, p. 1).

Além disso, de acordo com o Decreto nº 5.296/2004, as pessoas com mobilidade reduzida são aquelas que, embora não se enquadrem no conceito de pessoa com deficiência, apresentam, por qualquer motivo, dificuldade de movimentar-se, seja de forma permanente ou temporária, resultando em uma efetiva redução da mobilidade, flexibilidade, coordenação motora e percepção.

Com essas definições em mente, é possível avançar para a análise das diferentes categorias de deficiência estabelecidas pela legislação. Em particular, as categorias previstas no Decreto nº 5.296/2004 detalham os tipos de deficiência e suas especificidades. Essa categorização é fundamental para a promoção de políticas inclusivas e acessíveis.

A seguir, apresenta-se um quadro com os tipos de deficiência previstos no artigo 5º do Decreto nº 5.296/2004, que descreve as categorias de deficiência reconhecidas legalmente no Brasil:

Quadro 6 - Classificação dos Tipos de Deficiência

Tipo de Deficiência	Descrição
Deficiência Física	Alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física. Inclui paraplegia, tetraplegia, amputações, entre outros.
Deficiência Auditiva	Perda bilateral, parcial ou total, de audição, variando de 41 decibéis (dB) até surdez profunda, que prejudica o entendimento de sons e fala.
Deficiência Visual	A cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho com a melhor correção, e a baixa visão, com acuidade visual entre 0,3 e 0,05.
Deficiência Mental/Intelectual	Funcionamento intelectual significativamente inferior à média, associado a limitações adaptativas, manifestadas antes dos 18 anos.
Deficiência Múltipla	Associação de duas ou mais deficiências, como física e auditiva, ou física e mental, acarretando limitações severas ao indivíduo.

Fonte: Adaptado pela autora (2026), baseado em Brasil (2004, p. 1).

A partir da norma supracitada, observa-se que a caracterização das deficiências auditiva e visual é baseada em critérios objetivos. Além disso, a deficiência mental é definida como um desenvolvimento intelectual incompleto,

manifestando-se por meio de uma capacidade intelectual reduzida. Por outro lado, a deficiência física pode resultar de uma variedade de fatores, incluindo condições genéticas, amputações ou paralisias. Finalmente, a deficiência múltipla é caracterizada pela combinação de dois ou mais tipos de deficiência, configurando uma condição mais complexa que requer atenção diferenciada.

3.2.4 Avanços nos direitos das pessoas com deficiência no Brasil: um olhar sobre a Acessibilidade

A realidade das pessoas com deficiência no Brasil, desde a colonização até o final da década de 1960, foi caracterizada por um contexto de exclusão e estigmatização, sustentado por uma abordagem predominantemente assistencialista. Todavia, a partir da década de 1970, observou-se uma gradual transformação desse cenário, impulsionada pelo surgimento de movimentos sociais que reivindicavam os direitos das pessoas com deficiência. Apesar da persistência de inúmeros desafios, essa década representou o início de um processo de conscientização acerca da relevância da inclusão social e dos direitos civis, refletindo uma mudança significativa na percepção e na luta por dignidade e cidadania (Lanna Júnior, 2010).

Em meio a essas transformações, a abertura política e o processo de redemocratização no país propiciaram a união do movimento das pessoas com deficiência a outros grupos historicamente marginalizados, como mulheres, negros e homossexuais. Essa aliança fortaleceu a luta conjunta pela plena integração social, reconhecendo que os direitos dos indivíduos com deficiência estão interligados às lutas mais amplas por igualdade e justiça (Ramm; Machado, 2022).

Consequentemente, a partir dessa articulação, os grupos sociais começaram a se organizar de maneira mais estruturada, buscando superar as condições históricas de exclusão e segregação. O objetivo era assegurar seus direitos, fundamentados no princípio democrático da igualdade para todos os cidadãos. Assim, em 1979, foi criada a Coalizão Pró-Federação Nacional de Entidades de Pessoas Deficientes, culminando no primeiro Encontro Nacional em 1980, que se destacou por estabelecer diretrizes organizacionais e ampliar a visibilidade do movimento. Posteriormente, em 1981, diversas associações surgiram, entre elas a Associação de Amigos do Autista (AMA) e a Associação Brasileira de Paralisia Cerebral (ABPC),

além da constituição de comitês em diferentes níveis governamentais voltados à discussão e promoção dos direitos dessa população (Ramm; Machado, 2022).

Adiante, em 1988, a promulgação da Constituição Federal tornaria-se um marco central na legislação brasileira relacionada aos direitos das pessoas com deficiência, consolidando os avanços obtidos nas décadas anteriores. Esse documento não apenas garante a igualdade formal para todos os cidadãos, mas, também, promove, de maneira específica, os direitos dos indivíduos com deficiência em diversas esferas.

Em seu artigo 7º, inciso XXXI, por exemplo, é vedada a discriminação na contratação e na remuneração, enquanto o artigo 37, inciso VIII, assegura a reserva de vagas em cargos públicos. No campo educacional, o artigo 208, inciso III, estabelece a obrigatoriedade de atendimento especializado na rede regular de ensino.

Já no âmbito da assistência social, o artigo 203, inciso IV, garante um benefício mensal de um salário mínimo para pessoas com deficiência e idosos sem meios de subsistência (Brasil, 1988). Esses dispositivos, entre outros, são fundamentais para a construção de uma sociedade mais inclusiva e igualitária, ressaltando o compromisso da Constituição com a promoção da inclusão social e a salvaguarda dos direitos dos cidadãos com deficiência.

A partir desse marco histórico, o ordenamento jurídico brasileiro começou a incorporar um conjunto de legislações voltadas à proteção dos direitos das pessoas com deficiência, reafirmando o compromisso do Estado com a garantia da igualdade de oportunidades e a inclusão social. A seguir, no Quadro 7, apresentam-se as principais leis nacionais que regulamentam esses direitos.

Quadro 7 - Principais Leis Brasileiras destinadas às Pessoas com Deficiência

Lei	Ano	Descrição
Constituição Federal (Art. 205 e Art. 208)	1988	Garante o direito à educação e à inclusão escolar das pessoas com deficiência.
Lei 7.853	1989	Dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiência e sua integração social, abrangendo educação, saúde, trabalho e assistência.
Decreto 3.298 (Regulamenta Lei 7.853)	1999	Regulamenta a Lei 7.853/1989, instituindo a Política Nacional para Integração da Pessoa com Deficiência.

(continua)

Quadro 7 - Principais Leis Brasileiras destinadas às Pessoas com Deficiência (continuação)

Lei 10.048	2000	Estabelece atendimento prioritário às pessoas portadoras de deficiência.
Lei 10.098 (Lei da Acessibilidade)	2000	Define normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade às pessoas com deficiência.
Lei 10.436 (Língua Brasileira de Sinais - Libras)	2002	Reconhece a Libras como meio legal de comunicação e expressão das pessoas surdas.
Decreto 5.626	2005	Regulamenta a Lei de Libras, garantindo sua inclusão nos sistemas educacionais e a formação de intérpretes.
Lei 11.126 (Cão-E-book)	2005	Garante o direito de pessoas com deficiência visual de ingressar com cão-e-book em espaços públicos e privados.
Lei no 11.133	2005	Institui o Dia Nacional de Luta da Pessoa Portadora de Deficiência.
Decreto 6.949	2009	Promulga a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU no Brasil, com força de emenda constitucional.
Lei no 11.796	2008	Institui o Dia Nacional dos Surdos.
Decreto no 7.612	2011	Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência
Lei 12.764 (Lei Berenice Piana)	2012	Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.
Lei 13.146 (Lei Brasileira de Inclusão - LBI)	2015	Também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, assegura a inclusão plena e os direitos das pessoas com deficiência.
Lei 13.409	2016	Garante a reserva de vagas para pessoas com deficiência em instituições federais de ensino superior.
Decreto 9.508	2018	Regulamenta a reserva de vagas para pessoas com deficiência em concursos públicos da administração pública federal.
Lei 13.825	2019	Altera a Lei 8.742/1993 para incluir o Benefício de Prestação Continuada (BPC) para pessoas com deficiência.
Lei 14.019	2020	Institui a obrigatoriedade da acessibilidade em prédios públicos e privados, promovendo a inclusão das pessoas com deficiência.
Lei 14.191	2021	Altera a Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos.

(continua)

Quadro 7 - Principais Leis Brasileiras destinadas às Pessoas com Deficiência
(continuação)

Lei 14.605	2023	Instituiu o Dia Nacional da Pessoa com Surdocegueira, comemorado em 12 de novembro.
------------	------	---

Fonte: Elaborado pela autora com base na legislação mencionada (2024).

O Quadro 7 contempla as principais legislações brasileiras voltadas para a proteção e promoção dos direitos das pessoas com deficiência. A sequência dessas normativas reflete não apenas o desenvolvimento legislativo no Brasil, mas, também, a progressiva conscientização acerca da inclusão social e da igualdade de direitos para as pessoas com deficiência.

Essa evolução normativa encontra-se em consonância com o paradigma contemporâneo das políticas públicas, que, segundo Diniz (2023b), entende a deficiência não como uma característica intrínseca à pessoa, mas como uma consequência dos obstáculos presentes no ambiente em que ela vive.

Tais obstáculos, denominados de barreiras, muitas vezes, permanecem invisíveis para a maioria da população sem deficiência e, por não afetarem diretamente esse grupo, não geram demandas por sua remoção. Para as pessoas com deficiência, no entanto, essas barreiras tornam-se concretas; devido às suas condições, elas não conseguem superá-las de forma autônoma, o que as coloca em desvantagem competitiva (Diniz, 2023b).

Assim, a superação dessas barreiras requer a adaptação do ambiente, por meio de soluções que promovam a participação autônoma das pessoas com deficiência (Diniz, 2023b). A autora enfatiza que, sem essas barreiras, as pessoas com deficiência poderiam competir em igualdade de condições com a população sem deficiência.

Nesse contexto, a Lei nº 13.146/2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), define, em seu artigo 3º, inciso IV, o conceito de barreiras e as classifica em seis categorias distintas:

Art. 3º Para fins de aplicação desta Lei, consideram-se:

[...] IV - **barreiras**: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à

comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros, classificadas em:

- a) **barreiras urbanísticas**: as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo;
- b) **barreiras arquitetônicas**: as existentes nos edifícios públicos e privados;
- c) **barreiras nos transportes**: as existentes nos sistemas e meios de transportes;
- d) **barreiras nas comunicações e na informação**: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação;
- e) **barreiras atitudinais**: atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas;
- f) **barreiras tecnológicas**: as que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias (Brasil, 2015, p.2, grifo nosso).

Logo, a superação dessas barreiras é possibilitada pela implementação de medidas de acessibilidade, descrita pela Lei Brasileira de Inclusão em seu artigo 3º, inciso I, como:

[...] possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (Brasil, 2015, p.2).

A NBR 9050 (2020, p. 2), que define os critérios técnicos a serem adotados na elaboração de projetos visando garantir as condições de acessibilidade, complementa essa conceituação ao descrever acessibilidade como:

[...] possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado, de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida.

Por fim, a Lei nº 10.098/2000, em seu artigo 2º, inciso I, conhecida como Lei de Acessibilidade, também define acessibilidade como:

[...] possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (Brasil, 2000, p.1).

Diniz (2023b) ressalta que, embora a acessibilidade seja reconhecida como um direito fundamental, ela não foi subdividida e classificada no texto da Lei nº 13.146/2015, ao contrário do que ocorreu com as barreiras. Todavia, ainda segundo a autora, de maneira informal, durante discussões sobre a operacionalização da acessibilidade, emergiu uma tipologia baseada nas diferentes categorias de barreiras, que visa facilitar a implementação de medidas práticas e a promoção da inclusão.

Nesse contexto, a partir da consolidação do conceito, foram estabelecidos seis tipos de acessibilidade: arquitetônica, urbanística, nos sistemas e meios de transportes, na comunicação e informação, atitudinal e tecnológica. A acessibilidade arquitetônica refere-se à eliminação de barreiras físicas em edificações; a urbanística, à adaptação dos espaços públicos; a relativa aos transportes, à adequação de veículos e sistemas de mobilidade; a comunicacional e informacional, à garantia de compreensão das informações por todos; a atitudinal, à superação de preconceitos e discriminações; e a tecnológica, ao desenvolvimento e uso de recursos digitais acessíveis (Diniz, 2023b).

Essa tipologia pode servir como uma ferramenta útil para identificar áreas específicas que requerem atenção e intervenção, assegurando que as necessidades das pessoas com deficiência sejam plenamente atendidas.

No âmbito dessas discussões, destaca-se o Desenho Universal (DU) como uma proposta significativa para a transformação de ambientes em espaços mais inclusivos e equitativos, independentemente das características e habilidades individuais dos usuários (Souza; Silva, 2022). Trata-se de uma abordagem que visa, desde a concepção, garantir o acesso e a usabilidade para o maior número possível de pessoas, sem necessidade de adaptações posteriores.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência, define o Desenho Universal em seu artigo 3º, inciso II, como a “concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva” (Brasil, 2015, p. 2). Essa

definição legal reitera a importância de pensar a acessibilidade de forma ampla e integrada, incorporando soluções universais desde as etapas iniciais do planejamento e do desenvolvimento de espaços e serviços.

Mesmo antes da promulgação do Estatuto, Sasaki (2007, p. 141) já enfatizava que o Desenho Universal poderia ser compreendido como “Desenho Inclusivo”, uma vez que se trata de uma concepção voltada à inclusão de todas as pessoas. Para o autor, os produtos e ambientes desenvolvidos sob essa perspectiva não são direcionados exclusivamente a pessoas com deficiência, pois são pensados para atender a qualquer indivíduo, com ou sem limitações funcionais. Tal entendimento amplia a concepção de acessibilidade, apresentando-a como um direito coletivo e um elemento essencial à organização do espaço social.

A proposta do Desenho Universal é ilustrada na Figura 13 a seguir:

Figura 13 - Conceito de Acessível versus Conceito de Universal



Fonte: Adaptado pela autora (2026), baseado em Souza e Silva (2022).

[Audiodescrição] Imagem apresenta dois quadros com um X entre elas. A primeira imagem, na parte superior, está escrito: “no conceito acessível” e, abaixo, uma moça em uma cadeira de rodas usando um terminal telefônico exclusivo para pessoas com deficiência. Ao lado, há um rapaz sem deficiência em outro terminal para pessoas sem deficiência e um aparelho vazio no outro lado. No segundo quadro, na parte superior, a escrita: “no conceito de universal”, e apresentam-se três terminais iguais que podem ser utilizados pelas pessoas com e sem deficiência. No primeiro, uma moça cadeirante está utilizando e, ao lado, há um rapaz sem deficiência utilizando o outro de igual modelo e o terceiro terminal está vazio.

3.2.5 Desenho Universal

À luz dessas discussões, o Desenho Universal passa a constituir um referencial importante para a aplicação prática da acessibilidade em bibliotecas. Nesses espaços, o DU contribui ao orientar a organização do ambiente físico de modo a favorecer a circulação, a permanência e o uso autônomo dos ambientes. Esse entendimento estende-se aos serviços e aos sistemas informacionais, uma vez que estudos indicam que a acessibilidade em bibliotecas envolve fatores que interferem diretamente no acesso e no uso dos serviços por pessoas com deficiência, abrangendo condições físicas, comunicacionais e de usabilidade dos recursos informacionais (Torres; Mazzoni; Oliveira, 2002). Assim, princípios universais podem orientar desde a disposição do acervo e a sinalização até a concepção de catálogos, mobiliários e serviços de atendimento.

Nesse sentido, diagnósticos realizados em bibliotecas universitárias brasileiras demonstram que muitas unidades ainda não atendem plenamente aos critérios de acessibilidade e de Desenho Universal, evidenciando a necessidade de intervenções estruturais e de planejamento orientadas por esses princípios (Bezerra *et al*, 2011). Tal constatação reforça a importância de incorporar o DU não apenas como diretriz arquitetônica, mas como princípio transversal ao planejamento dos espaços, serviços e recursos informacionais.

Essa perspectiva articula-se, também, à compreensão da biblioteca como espaço coletivo e instituição de inclusão, responsável por promover acesso à informação e participação cultural de diferentes grupos da comunidade. Araújo *et al* (2024) destacam que projetos de construção e reforma de bibliotecas, enquanto espaços públicos e coletivos, precisam buscar atender a todos os tipos de usuários, ampliando o entendimento de acessibilidade para além da dimensão física. De modo complementar, Silva (2012) caracteriza a biblioteca como fator de inclusão social e digital, enquanto Jacinto (2008) ressalta a necessidade de desenvolvimento de ações que possibilitem às pessoas com deficiência usufruírem efetivamente dos direitos à informação, à cultura, ao lazer e à socialização. A partir dessas contribuições, compreende-se que princípios orientados pelo Desenho Universal favorecem a ampliação das condições de uso dos serviços por diferentes públicos.

Além disso, estudos recentes indicam que, embora reconhecido como relevante, o Desenho Universal ainda é pouco incorporado de forma sistemática nas

bibliotecas brasileiras. A pesquisa de Pinheiro e Pereira (2025) aponta que sua aplicação nas bibliotecas universitárias federais é incipiente, apesar de ser percebida como fundamental para a promoção de ambientes, produtos e serviços mais acessíveis. Materiais orientadores reforçam essa necessidade ao defender que a acessibilidade deve ser pensada de maneira ampla, contemplando dimensões arquitetônicas, comunicacionais, atitudinais e tecnológicas, em consonância com os princípios do Desenho Universal. De modo semelhante, o *Guia Bibliotecas Inclusivas* (Nunes; Melo Filho, 2021) destaca a adoção do DU para bibliotecas como estratégia para garantir atendimento à diversidade e ampliar o acesso universal aos conteúdos.

Dessa forma, o Desenho Universal, quando incorporado desde as etapas iniciais do planejamento, orienta a concepção de soluções capazes de atender a um público heterogêneo, articulando espaço físico, serviços e sistemas informacionais de forma integrada. Ao incorporar princípios de acessibilidade ao projeto original, minimiza-se a ocorrência de barreiras e se reduz a necessidade de adequações posteriores, favorecendo a constituição de ambientes que promovem autonomia, equidade e participação dos diferentes usuários. Nessa perspectiva, o Desenho Universal não apenas amplia as possibilidades de acesso aos bens informacionais, mas, também, contribui para o fortalecimento do papel social das bibliotecas como espaços públicos comprometidos com a inclusão, a cidadania e os direitos humanos (Silva; Bortolin, 2016).

Entretanto, quando se considera que as bibliotecas, especialmente em contextos educacionais, também se configuram como ambientes de aprendizagem, torna-se necessário estender essa discussão para além das dimensões espacial, tecnológica e informacional, alcançando as práticas pedagógicas e os processos de ensino e aprendizagem. É nesse cenário que o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) emerge como um desdobramento conceitual e operacional do DU, voltado à construção de ambientes pedagógicos inclusivos, capazes de contemplar as diferentes formas de aprender e interagir com o conhecimento.

A partir dessa perspectiva, torna-se imprescindível romper com concepções e práticas excludentes que, frequentemente, resultam no empobrecimento curricular e na marginalização de estudantes com diferentes perfis. O DUA, ao aplicar os princípios da acessibilidade ao contexto educacional, propõe uma abordagem pedagógica flexível e responsiva, pautada na equidade e na valorização da

pluralidade de estilos de aprendizagem. Com isso, ampliam-se as possibilidades de participação e sucesso de todos os estudantes no processo educativo.

No entendimento de Zerbato e Mendes (2018. p. 150):

[...] O DUA consiste em um conjunto de princípios baseados na pesquisa e constitui um modelo prático que objetiva maximizar as oportunidades de aprendizagem para todos os estudantes PAEE ou não. O DUA tem como objetivo auxiliar os educadores e demais profissionais a adotarem modos de ensino de aprendizagem adequados, escolhendo e desenvolvendo materiais e métodos eficientes, de forma que seja elaborado de forma mais justas e aprimorados para avaliar o progresso de todos os estudantes.

Diante disso, o DUA contribui para a superação das desigualdades educacionais, na medida em que sua dinâmica de organização pedagógica permite que o ambiente acadêmico ajuste-se às necessidades dos alunos, favorecendo sua participação ativa na experiência educacional. Para que isso se concretize, torna-se fundamental que toda a comunidade escolar esteja comprometida com uma postura inclusiva e preparada para estruturar o trabalho pedagógico de acordo com os princípios do DUA.

Logo, observa-se que tanto o Desenho Universal quanto o Desenho Universal para a Aprendizagem exercem funções complementares no processo de inclusão. Enquanto o DU orienta a concepção de espaços, produtos, serviços e sistemas acessíveis desde sua origem, o DUA direciona esses mesmos princípios para o campo educacional, promovendo igualdade de oportunidades no acesso, na participação e na aprendizagem. Ambas as abordagens, portanto, alinham-se aos pressupostos da Lei Brasileira de Inclusão ao reforçar o compromisso com a eliminação de barreiras, a garantia de direitos e a construção de uma sociedade mais inclusiva e equitativa.

3.3 Acessibilidade e Inclusão de Pessoas Surdas

A promoção da acessibilidade e da inclusão de pessoas surdas revela-se essencial para assegurar que tais indivíduos disponham de igual acesso à informação, bem como possam participar de maneira plena e efetiva nas diversas esferas sociais, culturais e educacionais. Com o intuito de contribuir para o aprofundamento da discussão sobre essa temática, esta seção dedicar-se-á à análise

da trajetória histórica da comunidade surda, destacando os desafios por ela enfrentados ao longo do tempo, como a marginalização social e o reconhecimento tardio da Língua Brasileira de Sinais (Libras) enquanto língua oficial.

Logo após, abordará as práticas de acessibilidade e inclusão de pessoas surdas em bibliotecas, enfocando as estratégias indispensáveis para garantir a igualdade de acesso ao conhecimento e à cultura. Dessa forma, busca-se promover uma reflexão acerca dos avanços alcançados e das barreiras ainda remanescentes na construção de uma sociedade efetivamente inclusiva para as pessoas surdas.

3.3.1 Percurso histórico dos Surdos: da exclusão ao reconhecimento da Libras

A trajetória histórica das pessoas surdas, assim como a de outros grupos com deficiência, é marcada por um longo processo de luta contra o preconceito, em busca de reconhecimento, inclusão social e acesso equitativo à educação.

O estigma associado à surdez tem raízes profundas na Antiguidade, período em que começaram a se consolidar as primeiras concepções preconceituosas sobre a deficiência auditiva, amplamente reforçadas pela filosofia grega, especialmente nos escritos de Aristóteles, que atribuía à audição um papel fundamental tanto na aquisição do conhecimento quanto no desenvolvimento da inteligência. Como resultado, consolidou-se a ideia de que as pessoas surdas seriam incapazes de desenvolver, plenamente, suas capacidades intelectuais, uma visão que se perpetuou ao longo dos séculos, sustentando sua exclusão social (Strobel, 2009).

Posteriormente, com a propagação da doutrina cristã, na Idade Média, observa-se uma atenuação desse panorama. Inicialmente, a Igreja Católica considerava os surdos como sujeitos sem alma, mas, com o tempo, essa visão foi sendo progressivamente alterada. No entanto, essa mudança não resultou na superação do estigma, mas em sua remodelagem: os surdos passaram a ser vistos não mais como pessoas sem salvação (pois a audição da palavra de Cristo era considerada essencial para a salvação), mas como alvo de assistencialismo e de incipientes esforços educacionais (Silva; Campos, 2017).

Todavia, com a separação entre religião e ciência na Idade Moderna, a concepção sobre as pessoas surdas passou a se modificar. A partir do século XVI, o médico italiano Gerolamo Cardano (1501-1576), ao investigar a fisiologia dos processos auditivos, introduziu uma nova perspectiva ao afirmar que os indivíduos

surdos possuíam plena capacidade de aprendizagem (Isaac; Valadão, 2014). Esse novo entendimento abriria caminho para o reconhecimento da língua de sinais como uma abordagem potencial para o desenvolvimento cognitivo e comunicativo dos surdos.

Impulsionado por essa nova perspectiva, o Padre Pedro Ponce de León fundou, no ano de 1555, em Madri, a primeira escola dedicada ao ensino de surdos na Espanha. Em sua instituição, ele introduziu métodos pedagógicos inovadores, como a representação datilológica do alfabeto e o uso de sinais adotados tanto por famílias de surdos quanto por monges beneditinos espanhóis. Além disso, o religioso estabeleceu uma escola voltada à formação de professores especializados, ampliando o alcance de seu modelo educacional e promovendo avanços significativos no acesso dos surdos à educação e à comunicação (Souza; Marques; Sampaio, 2014; Strobel, 2009; Freire; Vieira; Saldanha, 2021).

Desse modo, o líder religioso emergiu como uma figura de destaque nos primórdios da educação de surdos, notabilizando-se, especialmente, por sua crença na capacidade de aprendizado desses indivíduos. Cabe ressaltar, entretanto, que, nesse período, apenas os surdos pertencentes à nobreza tinham acesso à educação especializada, o que evidencia a influência dos fatores socioeconômicos no acesso à educação. Essa limitação reflete o contexto elitista da época, no qual as oportunidades educacionais eram restritas às camadas privilegiadas, excluindo a maioria da população surda e perpetuando as desigualdades sociais no âmbito educacional.

Outro importante colaborador na educação de surdos foi o também devoto, católico e espanhol Juan Pablo Bonet, reconhecido por sua contribuição decisiva, especialmente com a publicação de sua obra fundamental em 1620, *Reducción de las Letras y Arte de Enseñar a Hablar los Mudos*. Neste trabalho, Bonet introduziu metodologias inovadoras para o ensino de surdos, incluindo o primeiro registro desenhado do alfabeto datilológico (Reily, 2007). Sua contribuição foi essencial para o avanço do ensino da língua de sinais, ampliando as possibilidades de comunicação e aprendizado para os surdos e consolidando o alfabeto datilológico como uma ferramenta imprescindível para a educação nesse período.

No mesmo contexto, destaca-se o abade Charles Michel de l'Épée, religioso e educador filantrópico francês, pioneiro ao reconhecer a eficácia da língua de sinais no desenvolvimento dos surdos. Entre suas contribuições, estão a criação, em 1760,

do Instituto Nacional de Surdos-Mudos, em Paris, a primeira escola para surdos na França, que inspirou o surgimento de instituições semelhantes em diversas partes do mundo e a comprovação de que os surdos podem aprender a linguagem escrita quando o ensino baseia-se na língua gestual. Além disso, l'Épée foi fundamental para o reconhecimento oficial da língua de sinais e para a promoção da educação coletiva para surdos (Silva, 2010; Nobre, 2015; Sofiato; Carvalho; Coelho, 2021).

Em 1815, o reverendo Thomas Hopkins Gallaudet, ao não conseguir acesso à metodologia oralista inglesa, foi à França, onde conheceu o método de ensino gesto-visual defendido pelo abade Sicard e por Laurent Clerc, aluno de l'Épée. Fascinado, Gallaudet levou Clerc aos EUA, onde, juntos, fundaram a primeira escola para surdos na América, que integrava a língua de sinais francesa ao ensino do inglês falado (Campos, 2013).

Retornando ao cenário europeu, embora o método gesto-espacial estivesse ganhando terreno na França e em diversos outros países, na Alemanha e na Inglaterra, consolidou-se um caminho distinto, com o método oral tornando-se a abordagem predominante. Segundo Marchesi (1987), os debates realizados entre l'Épée, defensor do uso de sinais e o alemão, Samuel Heinicke, partidário do método oralista, no final do século XVIII, deram início à polêmica sobre os métodos educacionais mais adequados para ensinar pessoas surdas. Esse debate, que se intensificou ao longo do século XIX, culminou em um marco decisivo para a educação de surdos: o Congresso de Milão, realizado em 1880, na Itália. Durante este evento, educadores de diferentes partes do mundo reuniram-se para discutir as abordagens mais eficazes para a educação de surdos, com o objetivo de estabelecer um método universalmente superior para o ensino dessa população. A decisão tomada no congresso, que consagrou o oralismo, teve repercussões duradouras nas práticas pedagógicas, influenciando decisivamente os modelos educacionais adotados para surdos nas décadas seguintes (Isaac; Valadão, 2014).

Foram determinações do Congresso, segundo Silva e Campos (2017):

A fala é incontestavelmente superior aos sinais e deve ter preferência na educação dos surdos; o método oral puro deve ser preferido ao método combinado. Nessa perspectiva, o método oral foi adotado em vários países da Europa, acreditando-se que esta seria a melhor maneira para os surdos receberem instrução no ambiente escolar. Foi uma fase de grande importância para se entender o processo que se deu na educação dos surdos, quando eles já estavam em uma

situação diferenciada, sendo instruídos, educados e usuários de uma língua que lhes permitia conhecimento de mundo, uma determinação mundial lhes colocou de novo em uma posição submissa, proibindo-os, a partir daquela data, de usar a língua que lhes era de direito (Silva; Campos, 2017, p. 10-11).

Observa-se, portanto, que a adoção do método oral na educação de surdos, buscou integrar os surdos à sociedade ouvinte, priorizando a fala em detrimento da língua de sinais, ignorando a identidade e as necessidades culturais dos surdos, impondo uma forma de comunicação que limitava seu desenvolvimento pleno. Ao proibir o uso da língua de sinais, esse movimento colocou os surdos em uma posição secundária, negando-lhes um direito fundamental à comunicação e ao acesso a uma educação mais inclusiva. A partir desse período, seguiu-se um século de domínio da filosofia oralista na educação de surdos em âmbito global, tido como os anos de fracasso para muitos especialistas.

No entanto, ao longo de sua trajetória de lutas e conquistas, a comunidade surda manteve uma postura de resistência frente ao modelo ouvintista. Como destaca Abreu (2020, p. 715): "Com a proibição do uso de sinais durante a supremacia do oralismo, a comunidade surda encontrou uma maneira de se organizar, o que levou ao desenvolvimento e à expansão da língua de sinais em todo o mundo".

Esse contexto de resistência, somado aos avanços nos estudos sobre a língua de sinais a partir da década de 1960, especialmente na Suécia, resultou no surgimento de uma nova filosofia educacional. Entre essas iniciativas, destaca-se a abordagem conhecida como Comunicação Total (Ciccione, 1996).

A abordagem da Comunicação Total defende o uso de diversas formas de comunicação — como língua de sinais, gestos, mímicas, leitura labial, entre outras — com o objetivo de promover a retomada da interação comunicativa das pessoas surdas, facilitando, assim, o desenvolvimento da língua oral. Dessa forma, em vez de rejeitar completamente o oralismo, essa metodologia buscava oferecer uma interação mais inclusiva e eficaz entre surdos e ouvintes. Contudo, essa abordagem, também, enfrentou limitações e não alcançou os resultados esperados (Magalhães; Melo, 2023).

A partir da década de 1980, em virtude dos insucessos na tentativa de integrar os surdos à comunidade ouvinte por meio do método oralista, a língua de sinais passou a ser reconhecida como uma língua independente, com características e

estruturas próprias, distintas da língua oral. Nesse período, ganhou destaque a ideia de que os surdos deveriam ter a língua de sinais como sua primeira língua, com a língua oral (falada ou escrita) sendo considerada secundária. Assim, o conceito de bilinguismo passou a ser defendido, reconhecendo a língua de sinais como uma linguagem com regras e estruturas próprias, distintas da língua oral (Strobel, 2009).

Miranda (2015) relembra que, em 1994, a Declaração de Salamanca - Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, no capítulo II, intitulado "Linhas de ação em nível nacional". Política e organização", no item 19, enfatizou a importância da língua de sinais para as pessoas surdas. O documento sublinhou a necessidade de seu reconhecimento e adoção como uma ferramenta essencial para garantir que todos os surdos tenham acesso à educação por meio de sua língua de sinais nacional.

No Brasil, o marco inicial da educação para surdos remonta ao ano de 1855, quando D. Pedro II convidou o professor surdo francês Ernest Huet para desenvolver um trabalho voltado à inclusão e educação das pessoas surdas no país (Duarte *et al.*, 2013). Esse esforço resultou, em 26 de setembro de 1857, na fundação do Instituto Nacional de Educação de Surdos-Mudos, atualmente conhecido como Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), localizado no Rio de Janeiro, tornando-se a primeira instituição dedicada, exclusivamente, à educação de surdos no Brasil.

Concebido, a princípio, para promover a educação de surdos por meio da língua de sinais criada por Huet, o instituto sofreu uma mudança drástica em 1911. A partir dessa data, adotou, exclusivamente, a metodologia oralista, proibindo o uso de sinais como forma de comunicação, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Congresso de Milão (Novais; Grando, 2021). Com continuidade, as metodologias de ensino foram sendo discutidas e reformuladas, culminando na adoção de práticas mais inclusivas que permitiram diversas formas de comunicação, como gestos, língua de sinais, fala, leitura labial e leitura-escrita, buscando atender, de forma mais abrangente, às necessidades educacionais dessa comunidade.

A partir do final dos anos 1970 e início dos anos 1980, com o processo de redemocratização, a luta pela cidadania ganhou força e os grupos minoritários, incluindo os surdos, passaram a se organizar por direitos sociais. De início, alinhados a outros movimentos, os surdos começaram a focar na luta pela inclusão social, especialmente após a Constituição de 1988, que garantiu igualdade e combate à discriminação. Na década de 1990, o movimento surdo passou a reivindicar o

reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como direito linguístico (Brito, 2016).

O reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio legal de comunicação e expressão das comunidades surdas no Brasil ocorreu por meio da Lei nº 10.436/2002. Essa legislação estabelece que a Libras deve ser utilizada em processos de comunicação, instrução e prestação de serviços públicos, garantindo sua presença em contextos educacionais e em políticas de acessibilidade linguística.

Complementando essa legislação, o Decreto nº 5.626/2005 regulamenta a aplicação da Libras em diferentes contextos sociais. Ele estabelece, entre outros aspectos, a obrigatoriedade da inclusão da Libras como disciplina curricular nos cursos de formação de professores e de fonoaudiologia, além de definir diretrizes para a formação de instrutores e docentes bilíngues. O decreto prevê, também, que a formação desses profissionais deve priorizar pessoas surdas, contribuindo para a valorização da Libras e para a ampliação do acesso à comunicação e à educação. Dessa forma, fortalecem-se as políticas de acessibilidade linguística e se promovem avanços significativos na inclusão das pessoas surdas em ambientes educacionais e institucionais.

Assim, a construção histórica dos surdos, observada neste texto sob o viés educacional, revela uma luta constante por inclusão e respeito à identidade linguística. Do elitismo inicial ao reconhecimento da Libras como direito, avanços significativos foram alcançados, embora desafios permaneçam. Nesse contexto, as bibliotecas, como parte essencial do ambiente educacional, têm um papel essencial na promoção da acessibilidade, atuando como espaços que podem ampliar as oportunidades de aprendizado e fortalecer a inclusão. Portanto, integrar, plenamente, as bibliotecas ao processo educacional dos surdos representa um passo fundamental na construção de uma sociedade mais equitativa e inclusiva. Nesse contexto, na seção a seguir, é abordado sobre a acessibilidade e inclusão de pessoas surdas em bibliotecas.

3.3.2 Acessibilidade e inclusão de pessoas surdas em bibliotecas

Por séculos, as bibliotecas foram compreendidas como espaços dedicados exclusivamente à preservação de livros, caracterizando-se pelo silêncio e pela introspecção de seus usuários, que se refugiavam entre estantes repletas de

volumes. A própria etimologia do termo *biblioteca*, derivado de *biblío* (livro) e *thèke* (caixa, depósito ou estante), reflete seu papel inicial como guardião de acervos (Chartie, 1995).

Com o decorrer dos anos, entretanto, o papel das bibliotecas sofreu transformações significativas. Se no passado eram instituições restritas, muitas vezes acessíveis apenas a elites, na atual sociedade da informação, as bibliotecas adotaram uma abordagem centrada no usuário, priorizando serviços e produtos que atendam às suas demandas informacionais. Pupo (2009, p. 52) enfatiza essa evolução ao afirmar que “[...] de serviços herméticos a serviço das elites, [as bibliotecas] evoluíram para unidades de informação abrangentes, atualmente conectadas ao mundo e focadas nas necessidades por informação da parte de seus usuários”.

Nesse contexto, a função tradicional de guarda e organização da informação, essencial desde os tempos da Biblioteca de Alexandria, passou a ser compreendida em uma perspectiva mais ampla. Hoje, as bibliotecas não apenas garantem o acesso sistemático e eficiente aos recursos informacionais, mas, também, assumem um papel social essencial, oferecendo serviços que promovem o acesso igualitário ao conhecimento. Essa transformação alinha-se à visão de Bandeira (2009, p. 36 *apud* Silva, 2011, p. 17), que defende as bibliotecas como espaços que “[...] contribuem para o social, educacional e cultural, oferecendo a todos, sem restrições, o direito de acessar o acervo e adquirir o conhecimento desejado [...]”.

Destaca-se, assim, a importância de possibilitar o acesso livre à informação às pessoas com necessidades especiais, como enfatizado por Coneglian e Silva (2006, p. 3):

Possibilitar o acesso livre à informação às pessoas com necessidades especiais deve ser uma meta a ser perseguida, não por estar em consonância com as políticas públicas [...], como também e principalmente por respeitar a dignidade humana das pessoas com deficiência, dignidade expressa pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948). Entendendo a biblioteca como promotora e difusora do conhecimento acumulado na história, qualquer caráter e/ou ação de exclusão devem ser eliminados e/ou minimizados.

Neste sentido, a biblioteca tem o dever de buscar alternativas eficazes para garantir às pessoas surdas o pleno acesso à comunicação, à informação e à educação, promovendo uma inclusão real e livre de barreiras. Contudo, antes de avançar nesta discussão, faz-se necessário abordar alguns aspectos relacionados a essa população.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referentes ao ano de 2022, aproximadamente 14,4 milhões de brasileiros declararam possuir algum tipo de deficiência, o que representa cerca de 7,3% da população nacional. Dentre esse total, estima-se que cerca de 2,6 milhões de pessoas apresentavam algum grau de dificuldade auditiva, correspondendo a 1,3% da população do país. No contexto educacional, o Censo Escolar de 2022 apontou a existência de 61.594 estudantes com deficiência auditiva matriculados na educação básica em todo o Brasil.

A distinção entre surdez e deficiência auditiva é formalmente tratada pela legislação brasileira, especialmente, pelo Decreto nº 5.626/2005, que regulamenta a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e estabelece diretrizes para a educação de surdos. Nesse contexto, as categorias são definidas da seguinte forma:

Art. 2º: Para os fins deste Decreto, considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras.

Parágrafo único. Considera-se deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz (Brasil, 2005b, p. 1).

No entanto, essa diferenciação terminológica não é amplamente consensual. Lanna Júnior (2010, p. 58) argumenta que a expressão "deficiente auditivo" reflete uma abordagem clínico-patológica, que trata a surdez como uma condição a ser corrigida por meio de intervenções, como o uso de aparelhos auditivos ou o treinamento da fala. Em contrapartida, o termo "surdo" é valorizado por incorporar uma perspectiva socioantropológica, que entende a surdez não como deficiência, mas como uma identidade cultural. Por isso, muitos estudiosos e integrantes da comunidade surda rejeitam o uso de "deficiente auditivo", preferindo serem reconhecidos como surdos, pois consideram que a noção de "deficiência" carrega uma conotação de limitação, destoando de sua vivência cultural e identitária.

Nesse sentido, a valorização do termo "Surdo" está diretamente relacionada ao reconhecimento da Cultura Surda como uma manifestação legítima de identidade, comunicação e pertencimento, ancorada em uma forma específica de experiência humana: a surdez. Ao contrário do que foi amplamente difundido ao longo da história, especialmente sob uma ótica medicalizante, ser surdo não equivale a ser limitado ou

incapaz, mas sim a integrar uma comunidade linguística e cultural com valores, práticas e formas de expressão próprias (Bernardino, 2024).

Ao tratar da Cultura Surda, Strobel (2013, *apud* Miranda, 2015, p. 50) apresenta a seguinte definição: “[...] é a vida que os sujeitos surdos levam; as suas conversas diárias, as lições que ensinam entre si, as suas artes, os seus desempenhos e os seus mitos compartilhados, o seu jeito de mudar o mundo, de entendê-lo e de viver nele”.

Nesse contexto, a Língua Brasileira de Sinais (Libras) surge como elemento fundamental para a construção e manutenção da Cultura Surda. Mais do que um simples meio de comunicação, a Libras é uma língua visual-espacial com estrutura gramatical própria, que carrega valores, histórias e tradições da comunidade surda. A presença e o uso constante da Libras nesses contextos favorecem o fortalecimento da identidade surda e a continuidade das práticas culturais dessa comunidade (Campos; Stumpf, 2012).

A identidade surda é construída e fortalecida em espaços onde a Língua de Sinais e a Cultura Surda são reconhecidas e compartilhadas, como escolas bilíngues, associações de surdos e famílias sinalizantes⁹. Nesses ambientes, os sujeitos surdos encontram meios de socialização, resistência à perspectiva medicalizante da surdez e afirmação de sua cultura por meio de manifestações artísticas, sociais e comunicativas (Strobel, 2008).

Diante disso, torna-se fundamental compreender que a comunidade surda é composta por indivíduos com diferentes corpos, línguas, identidades e culturas, embora façam parte de um mesmo grupo. O que os une é uma percepção visual do mundo, que não depende necessariamente da oralidade para o desenvolvimento cognitivo ou para a vivência social. Assim, as bibliotecas devem reconhecer e respeitar essa diversidade, planejando espaços e serviços inclusivos que atendam às necessidades dessa comunidade e eliminem barreiras, garantindo plena acessibilidade (Santos; Valério, 2021; Sassaki, 2010).

A respeito das barreiras de acessibilidade para usuários surdos em bibliotecas, Lipschultz (2010) observa múltiplos desafios em diferentes dimensões que comprometem o acesso e a participação plena dessa comunidade. Entre as principais

⁹ Famílias sinalizantes são aquelas em que a Língua de Sinais é utilizada como principal meio de comunicação entre seus membros, favorecendo o desenvolvimento linguístico, cultural e identitário da pessoa surda desde o ambiente familiar.

dificuldades apontadas pela autora, destacam-se aspectos atitudinais, como o desconhecimento das equipes sobre os diferentes graus de perda auditiva e posturas comunicacionais inadequadas. No âmbito físico, as barreiras incluem a ausência de sistemas de alerta visual, ruídos de fundo, iluminação deficiente e baixo contraste, fatores que prejudicam a leitura labial e o uso da Língua de Sinais. Já na comunicação, observam-se: escassez de materiais informativos acessíveis, a falta de profissionais treinados em Língua de Sinais e o uso restrito de ferramentas tecnológicas, como e-mail e mensagens instantâneas, que poderiam facilitar o contato. Além disso, a ausência de políticas institucionais que assegurem profissionais capacitados para coordenar esses serviços contribui para a persistência dessas barreiras.

Com o intuito de enfrentar tais desafios e subsidiar as bibliotecas na formulação e implementação de serviços mais inclusivos para a comunidade surda, a Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA) elaborou, em 2000, as *Diretrizes para Serviços de Biblioteca para Surdos* (DSBS). Destinado a bibliotecas de todos os tipos — públicas, escolares, acadêmicas ou especializadas —, o documento fornece orientações essenciais para atender às necessidades específicas da população surda, promovendo a acessibilidade de forma ampla e integrada (IFLA, 2000).

As diretrizes estão organizadas em cinco categorias principais: Pessoal, Comunicação, Acervo, Serviços e Divulgação dos Programas. Cada uma dessas categorias apresenta aspectos fundamentais que as bibliotecas devem considerar para garantir a inclusão da comunidade surda, promovendo o acesso pleno à informação e à cultura. A seguir, são detalhadas as principais recomendações de cada categoria, com base nas orientações fornecidas pela IFLA.

Quadro 8 - Diretrizes para Serviços de Biblioteca para Surdos (DSBS) da IFLA

Categoria	Recomendações
Pessoal	- Atribuição da responsabilidade dos serviços para surdos a bibliotecários qualificados, com credenciamento ou treinamento específico; - Treinamento contínuo da equipe sobre como fornecer serviços para a comunidade surda; - Inclusão de treinamento sobre serviços para surdos nos currículos de Biblioteconomia e em programas de educação continuada para bibliotecários e funcionários; - Bibliotecas com responsabilidades nacionais ou regionais devem ter um setor dedicado ao aconselhamento sobre serviços para surdos; - Criação de grupos dentro das associações nacionais de bibliotecas com foco em serviços para surdos.
Comunicação	- Treinamento da equipe técnica sobre comunicação efetiva com surdos; - Disponibilidade de telefone de texto (TTY) em pontos principais de serviço e equipamentos para chamadas externas, quando aplicável; - Uso de amplificadores de som em telefones utilizados por funcionários e usuários da biblioteca; - Garantir a acessibilidade total da presença da biblioteca na Internet; - Utilização de tecnologias avançadas para melhorar a comunicação com surdos; - Disponibilidade de dispositivos auxiliares, como sistemas de escuta e equipamentos de legendagem em tempo real; - Prover decodificadores de legendas ocultas em instalações de exibição de programas de televisão; - Oferecer intérpretes de Língua de Sinais e intérpretes orais, legendagem em tempo real ou anotação auxiliada por computador para programas da biblioteca, mediante solicitação; - Instalar sinais de alerta visíveis para alertar os surdos sobre emergências ou problemas.
Acervo	- Aquisição de materiais sobre surdez e cultura surda de interesse para surdos e ouvintes; - Coleta de informações sobre opções educacionais, agências de referência e programas para surdos de forma neutra; - Desenvolvimento de acervo de materiais de fácil leitura e de alto interesse para a comunidade surda; - Inclusão de materiais audiovisuais acessíveis, como vídeos legendados ou sinalizados, no acervo da biblioteca; - Aquisição de fitas de vídeo ou filmes em Língua de Sinais, com equipamento apropriado para uso.
Serviços	- Todos os serviços e programas devem ser acessíveis à comunidade surda; - Envolvimento da comunidade surda no planejamento e desenvolvimento de serviços, incluindo a criação de conselhos consultivos ou redes de contatos; - Oferta de programas conduzidos em Língua de Sinais; - Disponibilização de informações sobre programas de letramento para surdos não-leitores e garantia de sua acessibilidade; - Inclusão de informações específicas para a comunidade surda nas bases de dados online da biblioteca; - Disponibilidade de links eletrônicos relacionados à surdez nas bases de dados online da biblioteca.
Divulgação dos Programas	- Divulgação ampla dos programas e serviços da biblioteca para a comunidade surda; - Garantir que toda a publicidade da biblioteca seja acessível para surdos.

Fonte: Adaptado pela autora (2026), baseado em IFLA (2000); Miranda (2015).

O quadro 8 apresenta diretrizes voltadas à promoção da inclusão e acessibilidade nas bibliotecas para a comunidade surda, abordando aspectos fundamentais como a qualificação do pessoal, a adaptação da comunicação, a disponibilização de acervo acessível, a criação de serviços especializados e a divulgação eficaz dos programas. Cada categoria propõe ações práticas para assegurar que os surdos tenham pleno acesso à informação, à cultura e aos serviços da biblioteca, respeitando suas necessidades linguísticas e culturais. Assim, as diretrizes enfatizam a importância de um ambiente inclusivo, no qual as barreiras à participação sejam minimizadas, promovendo equidade no acesso e no uso dos recursos.

Reconhecendo as significativas transformações no cenário das pessoas com deficiência ao longo dos anos, a IFLA publicou, em 2024, o documento *Diretrizes da IFLA para Tornar as Bibliotecas Acessíveis para Pessoas com Deficiência*, que revisa e atualiza a *Lista de Verificação para Acesso às Bibliotecas para Pessoas com Deficiência*, originalmente lançada em 2005. O documento destaca o progresso substancial dos serviços bibliotecários voltados para esse público, refletido, notadamente, em áreas como tecnologia assistiva, formatos eletrônicos e ferramentas de comunicação online, entre outras (IFLA, 2024).

A seguir, no Quadro 9, serão apresentadas as melhores práticas para garantir a acessibilidade e a inclusão de pessoas surdas no ambiente bibliotecário, com base nas recomendações contidas no Capítulo 7 do referido documento.

Quadro 9 - Recomendações da IFLA para Acessibilidade e Inclusão de Pessoas Surdas nas Bibliotecas

Capacitação e Sensibilização da Equipe Bibliotecária: A equipe bibliotecária deve possuir conhecimento geral sobre surdez, suas diversas formas e as necessidades de comunicação das pessoas surdas, promovendo uma abordagem inclusiva e respeitosa.
Garantia de Comunicação Efetiva: Ao se comunicar com usuários surdos, é essencial que os bibliotecários falem de forma clara, em velocidade natural, evitem exageros nas movimentações labiais e proporcionem um ambiente sem ruídos excessivos, facilitando o uso de aparelhos auditivos ou outras tecnologias assistivas.
Uso de Língua de Sinais: Para melhor comunicação, é importante disponibilizar intérpretes de Língua Brasileira de Sinais (Libras) e oferecer cursos de Libras para os funcionários. Além disso, promover a presença de materiais e conteúdos acessíveis, como livros e vídeos em Libras, é fundamental para uma experiência inclusiva.

(continua)

Quadro 9 - Recomendações da IFLA para Acessibilidade e Inclusão de Pessoas Surdas nas Bibliotecas (continuação)

Materiais Acessíveis: A biblioteca deve garantir que seus recursos de mídia, como vídeos e DVDs, possuam legendas e/ou sinais, sempre que possível. Além disso, os materiais impressos devem ser adequados e acessíveis, com o uso de fontes grandes e de fácil leitura, para atender às necessidades de pessoas surdas que possam ter, também, dificuldades de leitura.
Tecnologias Assistivas: A biblioteca deve estar equipada com sistemas de auxílio à audição, como loops de indução, dispositivos de amplificação de som, e tecnologias que permitem o uso da comunicação por texto (SMS, aplicativos de mensagens) para facilitar a interação com usuários surdos.
Promoção de Atividades e Programas Inclusivos: Organizar eventos e atividades culturais que envolvam a comunidade surda, incluindo apresentações teatrais em Libras e exposições de artistas surdos e garantir que essas ações sejam devidamente divulgadas nas plataformas digitais e redes sociais, com a acessibilidade necessária.
Consultoria com Associações e Organizações Surdas: A biblioteca deve engajar-se com associações e grupos representativos da comunidade surda, buscando sempre uma troca constante de experiências e diretrizes sobre como melhorar a acessibilidade e inclusão no espaço bibliotecário.

Fonte: Adaptado pela autora (2026), baseado em IFLA (2024).

O Quadro 9 sintetiza um conjunto abrangente de ações recomendadas pela IFLA para garantir a inclusão plena de pessoas surdas nas bibliotecas. As diretrizes destacam não apenas a importância de uma infraestrutura acessível, mas, também, a necessidade de uma abordagem sensível e educada por parte dos profissionais bibliotecários, garantindo que as interações e o acesso aos recursos aconteçam de maneira efetiva e respeitosa.

O engajamento com a comunidade surda e a promoção de eventos e programas inclusivos fortalecem a ideia de que as bibliotecas devem ser espaços de convivência, aprendizado e cultura para todos, sem exceções. Tais recomendações refletem uma evolução nas práticas de acessibilidade, ampliando a compreensão de que a acessibilidade não se limita a aspectos físicos, mas envolve uma integração de recursos humanos e tecnológicos para promover a participação ativa e equitativa no ambiente bibliotecário.

Outros documentos e normativas complementam e fortalecem as orientações voltadas à promoção da acessibilidade de pessoas surdas em bibliotecas. A seguir, apresentam-se algumas recomendações propostas por Lipschultz (2010) nesse contexto:

Quadro 10 - Recomendações para serviços de biblioteca destinados a usuários Surdos

Área de Ação	Recomendações
Ambiente Físico	Garantir sistemas visuais de alerta, iluminação adequada e redução de ruídos para facilitar a comunicação.
Capacitação da Equipe	Promover formação contínua sobre comunicação em Libras e necessidades específicas da comunidade surda.
Comunicação	Disponibilizar materiais informativos acessíveis, intérpretes de Libras e recursos tecnológicos de apoio (e-mail, mensagens instantâneas).
Tecnologia e Ferramentas	Oferecer tecnologias assistivas como TTY, videofones, legendas em vídeos e softwares de transcrição.
Materiais Informativos	Criar conteúdos visuais claros e acessíveis, incluindo instruções, sinalização e websites acessíveis.
Políticas Institucionais	Implementar diretrizes e protocolos que assegurem serviços inclusivos e a presença de profissionais especializados.
Participação da Comunidade	Envolver a comunidade surda no planejamento e avaliação dos serviços para garantir adequação e efetividade.

Fonte: Adaptado pela autora (2026), baseado em Lipschultz (2010).

As recomendações reunidas no Quadro 10 evidenciam a importância de um compromisso institucional permanente com a promoção da acessibilidade em bibliotecas, abrangendo desde adequações na estrutura física até a formulação de políticas inclusivas e o incentivo à participação ativa da comunidade surda.

Alinhado a esse propósito, o e-book elaborado pela biblioteca da *Gallaudet University* (2003) apresenta um panorama abrangente de recursos e práticas voltadas ao atendimento de pessoas surdas em bibliotecas universitárias. O documento destaca a relevância da oferta de um atendimento bilíngue, da presença de intérpretes qualificados e da disponibilização de materiais com legendas ou transcrições textuais. Ressalta-se, ainda, a adoção de tecnologias assistivas, como softwares de transcrição automática, sistemas de alerta visual e ferramentas de comunicação em tempo real. O e-book enfatiza, também, a necessidade de capacitação contínua das equipes, da inclusão de representantes da comunidade surda nos processos de avaliação dos serviços e da implementação de políticas institucionais que garantam práticas inclusivas de forma consistente e eficaz.

Ampliando essa perspectiva, a American Library Association (ALA) propõe um conjunto de práticas voltadas à acessibilidade atitudinal, especialmente no relacionamento com pessoas surdas ou com deficiência auditiva. Essas recomendações visam orientar os profissionais quanto às posturas e comportamentos adequados que favorecem a comunicação, o acolhimento e a autonomia desses usuários no ambiente bibliotecário.

A seguir, no Quadro 11, serão apresentadas nove principais práticas atitudinais sugeridas pela ALA para a promoção da inclusão de pessoas surdas em contextos de serviços de referência.

Quadro 11 - Práticas de Acessibilidade Atitudinal recomendadas pela ALA para a inclusão da pessoa surda

1. Tocar suavemente no ombro ou chamar atenção no campo de visão;
2. Olhar e falar diretamente com o usuário surdo, não com o intérprete;
3. Manter contato visual durante a conversa;
4. Evitar desviar o olhar;
5. Falar naturalmente, sem exagerar, gritar ou falar devagar;
6. Usar frases curtas;
7. Repetir, reformular ou soletrar palavras não compreendidas;
8. Usar gestos, escrever ou digitar para facilitar a comunicação;
9. Divulgar serviços virtuais (mensagens instantâneas, etc.) para a comunidade surda.

Fonte: Adaptado pela autora (2026), baseado em ALA (2025).

Após a exposição de diretrizes internacionais, direciona-se a atenção para documentos normativos nacionais que versam sobre acessibilidade. Nesse âmbito, a NBR 15599/2008, que trata da acessibilidade em comunicação na prestação de serviços, apresenta um conjunto de diretrizes voltadas para assegurar que informações e serviços sejam plenamente acessíveis, incluindo aqueles destinados a pessoas com deficiência auditiva. A norma enfatiza a relevância de recursos como legendas, tradução em Língua Brasileira de Sinais (Libras) e a utilização de informações visuais claras, elementos indispensáveis para a inclusão de pessoas surdas em ambientes de leitura e pesquisa (ABNT, 2008). A seguir, apresenta-se um quadro com os principais pontos abordados por essa normativa:

Quadro 12 - Diretrizes da NBR 15599/2008 para a Inclusão de Pessoas com Deficiência Auditiva/Surdos

Diretriz	Descrição	Aplicações em Bibliotecas
Tradução e Interpretação em Libras	Uso de intérpretes de Libras para comunicação direta em atendimentos e serviços. Vídeos explicativos em Libras.	Disponibilizar intérpretes para eventos ou atendimentos e vídeos em Libras sobre serviços e uso de catálogos.
Legendas em Vídeos	Inclusão de legendas em todos os materiais audiovisuais para garantir acessibilidade.	Inserir legendas em vídeos institucionais, tutoriais e apresentações exibidos em eventos ou materiais digitais.
Informações Visuais Claras	Apresentação de informações por meio de telas, displays ou cartazes com clareza e lógica.	Apresentação de informações por meio de telas, displays ou cartazes com clareza e lógica.
Tecnologias Assistivas	Uso de painéis visuais, sistemas de legendagem ao vivo e dispositivos de comunicação adaptados.	Instalar totens interativos, painéis visuais e sistemas de chamada adaptados para usuários surdos.
Capacitação de Funcionários	Treinamento para atender pessoas surdas, incluindo noções de Libras e comunicação inclusiva.	Capacitar bibliotecários e funcionários para atender surdos e promover um ambiente acolhedor e acessível.
Materiais Escritos e Digitais	Produção de materiais com linguagem clara e objetiva, acessíveis em formatos digitais e físicos.	Criar e-books, tutoriais e instruções em linguagem simples e disponibilizar conteúdo digital acessível.
Sinalização Inclusiva	Utilização do símbolo internacional de surdez e sinalizações visíveis e organizadas em sequência lógica.	Inserir o símbolo em locais que ofereçam recursos para surdos e sinalização clara nas áreas de circulação.
Comunicação Emergencial	Utilização de alertas visuais (luzes, mensagens em telas) para emergências.	Instalar sistemas de aviso com sinais luminosos e telas que informem evacuações ou instruções emergenciais.

Fonte: Adaptado pela autora (2026), baseado na NBR 15599 (2008).

Já a NBR 9050/2020, que regulamenta a acessibilidade em edificações, no mobiliário, em espaços e equipamentos urbanos, destaca a importância de garantir que esses ambientes sejam plenamente acessíveis e acolhedores para todos os usuários. No caso específico de pessoas surdas, a norma enfatiza a necessidade de recursos como sinalização visual eficiente, sistemas de comunicação visual e

tecnologias assistivas que permitam uma interação autônoma com os serviços oferecidos, incluindo aqueles disponíveis em bibliotecas (ABNT, 2020).

Adicionalmente, a norma reforça a obrigatoriedade do uso do símbolo internacional de surdez, o qual deve ser utilizado “em todos os locais que se destinem equipamentos, produtos, procedimentos ou serviços para pessoas com deficiência auditiva” (ABNT, 2020, p. 42). Esses requisitos visam assegurar a inclusão e a equidade no acesso aos espaços e serviços, promovendo a autonomia e a participação plena desse público. Na sequência, apresenta-se uma imagem ilustrativa do símbolo internacional de surdez, conforme preconizado pela norma.

Figura 14 - Símbolo Internacional de Pessoas com Deficiência Auditiva



Fonte: ABNT (2020, p. 42).

[Audiodescrição] Imagem apresenta três retângulos: um azul com uma orelha em contorno branco atravessada por uma seta de ponta dupla. No segundo quadro, há um retângulo de fundo preto com uma orelha em contorno branco atravessada por uma seta de ponta dupla e, na terceira imagem, há fundo branco com uma orelha em contorno branco atravessada por uma seta de ponta dupla.

Observa-se, portanto, que ambas as normas compartilham o objetivo de promover a acessibilidade, eliminando barreiras que dificultam o pleno acesso de pessoas com deficiência a serviços e espaços. Embora abordem aspectos diferentes (a primeira foca na acessibilidade comunicacional e a seguinte na acessibilidade física), elas convergem em sua aplicação para garantir a inclusão de pessoas surdas no ambiente das bibliotecas.

Miglioli e Santos (2017) enriquecem a discussão ao lembrar as seis dimensões de acessibilidade propostas por Sassaki (2010): arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal. No contexto da acessibilidade para surdos em bibliotecas, destacam a centralidade das

dimensões comunicacional e atitudinal como fundamentais para a promoção da inclusão, embora envolvam, também, de forma interdependente, todas as demais dimensões. Além disso, os autores oferecem orientações para outras bibliotecas sobre o atendimento a pessoas surdas, que serão apresentadas a seguir por meio de um quadro conciso.

Quadro 13 - Orientações para o Atendimento a Pessoas Surdas em Bibliotecas

Área	Recomendações
Coleção e Materiais	- Explorar a coleção para incluir livros sobre surdez, língua de sinais e temas relacionados; - Buscar materiais gratuitos sobre surdez e contactar editoras e organizações para surdos.
Tecnologia Assistiva	- Utilizar softwares de tradução (ex.: Viable Brasil, VLibras, ProDeaf) e aplicativos atualizados.
Capacitação de Funcionários	- Contratar funcionários surdos qualificados para melhor atendimento e orientação; - Treinar a equipe em Libras, datilologia e técnicas de comunicação inclusiva (leitura labial, gestos, etc.).
Atitude e Comunicação	- Comunicação clara, respeitosa e sem estereótipos; evitar atitudes paternalistas; - Estar atento à linguagem corporal e gestual, focando na pessoa, não na deficiência.
Política Institucional	- Estabelecer uma política de atendimento a surdos ou, caso não viável, uma política inclusiva mais ampla.
Acessibilidade Arquitetônica	- Melhorar a iluminação, acústica e sinalização, favorecendo a leitura labial e o uso de dispositivos assistivos.
E-books e Tutoriais	- Criar e-books e tutoriais com Libras e legendas para facilitar o acesso à informação.
Treinamento e Empatia	- Capacitar a equipe para entender e interagir de forma inclusiva com surdos, promovendo empatia.
Grupo Consultivo	- Criar um grupo consultivo formado por surdos para garantir relevância nos serviços oferecidos.
Inclusão e Sensibilização	- Realizar treinamentos em Libras e leitura labial, com foco na cultura surda e em atendimento especializado.
Tecnologias Facilitadoras	- Implementar tecnologias de acessibilidade, como serviços de tradução e vídeos com sinais e legendas.

Fonte: Adaptado pela autora (2026), baseado em Miglioli e Santos (2017, p. 143-145).

O quadro 13 sintetiza as orientações de Miglioli e Santos (2017) para o atendimento de pessoas surdas em bibliotecas, com base nas seis dimensões de

acessibilidade propostas por Sassaki (2010). Estas evidenciam como a implementação dessas diretrizes pode assegurar a inclusão efetiva desse público, destacando as dimensões comunicacional e atitudinal como elementos fundamentais. Adicionalmente, enfatiza a relevância das dimensões arquitetônica, metodológica, instrumental e programática, apresentando um conjunto de diretrizes práticas para a adaptação dos serviços bibliotecários, com o objetivo de promover um ambiente mais acessível e inclusivo para pessoas surdas.

Um exemplo de boas práticas em acessibilidade no contexto de bibliotecas pode ser observado no Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Paraná (SiBi-UFPR). Por meio da implantação do Laboratório de Acessibilidade, localizado na Biblioteca de Ciência e Tecnologia, a instituição consolidou um conjunto articulado de recursos e estratégias voltadas à promoção do acesso equitativo à informação por parte de usuários com deficiência. Entre as iniciativas implementadas, destacam-se os vídeos institucionais em Libras, que orientam os usuários surdos acerca dos serviços oferecidos e incentivam a autonomia na utilização dos espaços, conforme ilustrado a seguir nas Figuras 15 e 16.

Figura 15 - Apresentação do Laboratório de Acessibilidade (SiBi/UFPR) em Libras



Fonte: UFPR (2024).

[Audiodescrição] Imagem apresenta uma tela do canal Youtube. Lado direito um interprete de Libras um homem branco, barba e bigode preto, cabelo preto liso, uma tatuagem no braço direito, vestindo camisa preta. Ao fundo, estantes cheia de livros de uma biblioteca. Piso em taco na cor caramelo.

Figura 16 - Apresentação da Biblioteca de Ciências Humanas da UFPR em Libras



Fonte: UFPR (2024).

[Audiodescrição] Imagem apresenta uma imagem de Youtube. Uma mulher branca, cabelos longos, castanhos claros e compridos, camisa branca, comunicando-se em Libras em frente a um balcão de empréstimo de uma biblioteca. Em cima do balcão, um cartaz com o dizer: “Proibida entrada com: bolsas, sacolas, mochilas, fichários, capas, de notebooks, comida, bebida”. Ao fundo, aparecem as estantes de livros da biblioteca.

O SiBi-UFPR disponibiliza, também, a Biblioteca Digital em Libras, que reúne trabalhos acadêmicos, especialmente trabalhos de conclusão de curso (TCCs) de estudantes do curso de Letras-Libras, em formato de videolibras, elaborados com o apoio de intérpretes qualificados, ampliando significativamente o acesso à produção científica por parte da comunidade surda (UFPR, 2024).

Por fim, constata-se que a efetivação da acessibilidade para a comunidade surda nas bibliotecas requer uma abordagem integrada e sensível às especificidades culturais e linguísticas desse público. Enquanto instituições mediadoras do conhecimento, as bibliotecas devem adotar políticas e práticas que garantam não apenas o acesso equitativo à informação, mas, também, a participação ativa dos usuários surdos em suas dinâmicas informacionais e culturais. Para isso, torna-se imprescindível investir na formação contínua das equipes, na adoção de tecnologias assistivas e na oferta de materiais e serviços bilíngues. Experiências como a do SiBi-UFPR evidenciam que, por meio de iniciativas planejadas e sustentadas institucionalmente, é possível consolidar ambientes verdadeiramente inclusivos, que promovam a cidadania, o protagonismo e a autonomia das pessoas surdas no espaço bibliotecário.

4 RESULTADOS DA ANÁLISE DO PDI/IFRJ

Esta seção tem como propósito apresentar os resultados da análise do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), referente ao período de 2024 a 2028 com ênfase nas ações, diretrizes e metas voltadas à inclusão e acessibilidade da comunidade discente surda, especialmente no que concerne ao contexto das bibliotecas da instituição.

As subseções foram organizadas conforme categorias identificadas durante a análise do PDI, a partir da recorrência de núcleos de sentido relacionados à acessibilidade, inclusão e diversidade linguística, em consonância com os pressupostos da Análise de Conteúdo de Bardin. Tais categorias subsidiam a organização e a interpretação dos resultados e correspondem às seguintes: Perfil Institucional, Diagnóstico Institucional, Políticas de Acessibilidade, Biblioteca e Infraestrutura, Laboratórios e Tecnologia da Informação e Extensão e Cultura, apresentadas a seguir.

4.1 Perfil Institucional

A análise do perfil institucional delineado no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), referente ao período de 2024 a 2028, tem como propósito investigar em que medida os elementos centrais desse documento (missão, visão e valores) incorporam, de forma clara, objetiva e operacional, os princípios da inclusão, da acessibilidade e da valorização da diversidade linguística e cultural. O foco recai, em particular, sobre a comunidade surda, reconhecendo sua centralidade na formulação de políticas institucionais que se proponham a promover equidade e justiça social no âmbito educacional.

Conforme evidencia o PDI (IFRJ, 2024c), a trajetória histórica do IFRJ reafirma seu caráter público e seu compromisso com a excelência na formação técnica, tecnológica e científica. Criada na década de 1940 por meio do Curso Técnico de Química Industrial (CTQI), então vinculado à antiga Escola Nacional de Química da Universidade do Brasil (atualmente UFRJ), a instituição passou por diversas transformações institucionais (ETQ, ETFQ-GB, ETFQ-RJ, CEFET Química), sendo oficialmente constituída como Instituto Federal em 2008, por meio da promulgação da

Lei nº 11.892/2008. Desde então, consolidou-se como uma instituição multicampi, de perfil pluricurricular e estrategicamente distribuída no território fluminense, com 15 unidades em funcionamento, refletindo sua política de interiorização e ampliação do acesso à educação.

A missão institucional, conforme estabelecido no documento para o quadriênio, explicita o objetivo de “promover educação pública, gratuita, inclusiva e de qualidade, integrando ensino, pesquisa, extensão e inovação para formar cidadãos comprometidos com a transformação da sociedade” (IFRJ, 2024c, p. 58). Embora a redação adote terminologia compatível com valores democráticos e humanistas, nota-se a ausência de menções explícitas às diversas formas de acessibilidade, como a física, comunicacional e instrumental, bem como à Língua Brasileira de Sinais (Libras) e à comunidade surda. Tal omissão, além de terminológica, o que revela um descompasso entre o discurso institucional e os marcos legais, como a Lei nº 10.436/2002 (Brasil, 2002) e o Decreto nº 5.626/2005 (Brasil, 2005b), os quais reconhecem a surdez como uma diferença linguística e cultural e não, meramente, como uma deficiência.

Em perspectiva semelhante, a visão institucional expressa a aspiração de consolidar o IFRJ como referência em educação profissional, científica e tecnológica, promotora da inclusão, diversidade, sustentabilidade e inovação (IFRJ, 2024c, p. 58). Todavia, o texto não explicita os sujeitos dessa inclusão, o que pode fragilizar o comprometimento institucional com a efetivação de políticas específicas direcionadas à comunidade surda. Conforme argumentam Campos e Stumpf (2012), a nomeação explícita dos sujeitos da diversidade é essencial para sua visibilidade política e para o reconhecimento como destinatários legítimos das ações afirmativas.

Em relação aos valores institucionais, o PDI elenca princípios como ética, justiça social, equidade e valorização das pessoas. Todavia, a formulação desses princípios permanece genérica, não explicitando compromissos operacionais com a diversidade linguística e os direitos comunicacionais da população surda. Conforme defendem Miglioli e Santos (2017), a efetividade das políticas inclusivas depende da institucionalização da diferença como valor fundante, a ser incorporado em todas as dimensões da gestão educacional, incluindo as esferas: pedagógica, comunicacional, atitudinal, informacional e tecnológica.

O próprio PDI, ao apresentar a Tabela 2 com o painel de metas e indicadores da perspectiva “Processos Internos”, no objetivo estratégico P2, “Implantar

programas, projetos e ações inclusivas com vistas à equidade e justiça social” (IFRJ, 2024c, p. 68), menciona a acessibilidade comunicacional via Libras de forma pontual, sem articulá-la claramente a outras dimensões relevantes para a inclusão da comunidade surda. Embora estejam previstas metas relacionadas à formulação de políticas institucionais de diversidade (P2-02), à educação especial inclusiva (P2-03) e ao fortalecimento de núcleos como NAPNE (Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas), NUGED (Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual) e NEABI (Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (P2-04), não se identificam referências específicas à produção de materiais didáticos bilíngues, à formação continuada em práticas pedagógicas bilíngues, ao uso de tecnologias assistivas ou à sinalização visual nos espaços institucionais. Do mesmo modo, o Quadro 2, que apresenta os Projetos Estratégicos, não contempla iniciativas voltadas diretamente à Libras ou à promoção da cultura surda. Esses aspectos indicam que a abordagem da inclusão, embora presente no plano em termos gerais, carece de ações mais específicas e integradas às demandas da comunidade surda.

Acresce-se a essa constatação o fato de que, apesar do reconhecimento da importância da participação da comunidade acadêmica na construção de diretrizes institucionais, não há menção, no PDI, a mecanismos que assegurem a participação ativa de pessoas surdas em instâncias decisórias, como conselhos e colegiados. Tal omissão pode comprometer a efetividade do princípio da gestão democrática e da escuta qualificada das especificidades sociolinguísticas desse grupo, evidenciando a necessidade de medidas mais concretas para garantir representatividade inclusiva.

A invisibilidade da diversidade linguística também repercute nas políticas setoriais, notadamente aquelas voltadas às bibliotecas, que são espaços fundamentais para a mediação do conhecimento e a democratização da informação. Entretanto, o PDI não contempla essas unidades com ações específicas de adaptação linguística. As metas, indicadores e projetos associados às bibliotecas não apresentam menções explícitas à diversidade linguística nem à acessibilidade para usuários que utilizam Libras como primeira língua. Conforme assinala Lipschultz (2010), a construção de bibliotecas acessíveis demanda políticas linguísticas institucionais, equipes capacitadas e acervos em múltiplos formatos, elementos ausentes no documento em questão.

Ainda que o plano utilize metodologias participativas como SWOT¹⁰, PESTEL¹¹ e Balanced Scorecard (BSC)¹², verifica-se que essas ferramentas, conforme descritas no próprio PDI, não resultaram na proposição de estratégias voltadas à promoção da Libras ou à acessibilidade comunicacional. As metas relativas à expansão territorial, formação docente, infraestrutura e gestão de pessoas, apesar de relevantes, não contemplam ações específicas voltadas à inclusão da comunidade surda.

A estrutura de planejamento do PDI 2024–2028 organiza-se em torno de quatro grandes perspectivas: Resultados para a Sociedade, Processos Internos, Pessoas e Infraestrutura e Orçamento. Todavia, não se observam indicadores de desempenho que considerem métricas relacionadas à acessibilidade linguística ou à participação de estudantes surdos. Metas como a ampliação da oferta de cursos e o fortalecimento dos núcleos NEABI e NUGED, embora positivas, revelam-se genéricas e desarticuladas das demandas específicas desse público.

O Portfólio de Projetos Estratégicos (PEI), fundamentado na metodologia do *Project Management Body of Knowledge* (PMBOK), estrutura os projetos em cinco fases: iniciação, planejamento, execução, monitoramento e encerramento, em consonância com os objetivos estratégicos vinculados às quatro perspectivas do Mapa Estratégico do IFRJ (IFRJ, 2024c, p. 79–81). Trata-se de uma proposta metodológica robusta, orientada por resultados e integrada às diretrizes institucionais. Entretanto, apesar da diversidade temática dos projetos e do reconhecimento da importância das políticas de diversidade e inclusão, especialmente por meio de ações como o PJT-P2-01 (Política Institucional de Diversidade, Equidade e Inclusão), o PJT-P2-03 (núcleos NEABI, NAPNE e NUGEDS) e o PJT-P2-05 (Política de Educação Especial Inclusiva), não se identificam iniciativas que abordem diretamente a acessibilidade comunicacional, o uso da Libras ou ações voltadas à inclusão da comunidade surda.

¹⁰ **SWOT** (Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats) é uma ferramenta de análise estratégica que permite avaliar os ambientes interno e externo de uma organização, identificando suas forças e fraquezas, bem como as oportunidades e ameaças do contexto em que está inserida (Chiavenato; Sapiro, 2016; Oliveira, 2018).

¹¹ **PESTEL** (Political, Economic, Social, Technological, Environmental, Legal) é um modelo de análise do ambiente externo que considera fatores políticos, econômicos, sociais, tecnológicos, ambientais e legais que podem influenciar o desempenho e as decisões estratégicas de uma organização (Chiavenato; Sapiro, 2016; Oliveira, 2018).

¹² **Balanced Scorecard (BSC)** é um modelo de gestão estratégica que traduz a missão e a estratégia organizacional em objetivos e indicadores distribuídos em diferentes perspectivas, geralmente financeira, clientes, processos internos e aprendizado e crescimento, visando ao monitoramento e à melhoria do desempenho (Kaplan; Norton, 2004; Herrero Filho, 2005).

Observa-se, ainda, a ausência de indicadores desagregados que possibilitem avaliar, de maneira específica, o impacto financeiro das emendas parlamentares sobre ações de acessibilidade linguística. Tal lacuna pode comprometer a capacidade de monitoramento eficaz dos investimentos na área e representa um obstáculo à transparência, à prestação de contas e à promoção da equidade nas políticas institucionais.

Embora o PDI contemple iniciativas relevantes, como a Política de Educação Especial Inclusiva, a Política Institucional de Diversidade, Equidade e Inclusão, e a elaboração de um Manual Institucional de Boas Práticas contra o Racismo Estrutural, nota-se a ausência de indicadores voltados à promoção da Libras, à formação docente bilíngue e à representatividade da comunidade surda em espaços decisórios. Essa constatação aponta para uma lacuna no detalhamento das estratégias de acessibilidade linguística e de inclusão plena.

À luz do exposto, conclui-se que, apesar dos avanços evidenciados no PDI 2024–2028, quanto à estrutura de planejamento e à gestão participativa, persistem lacunas significativas na formulação e no monitoramento de políticas linguísticas e comunicacionais voltadas à comunidade surda. Nesse contexto, infere-se que a transversalização da acessibilidade linguística, desde a concepção dos projetos até os mecanismos de avaliação institucional, é condição necessária para assegurar que a missão inclusiva da instituição transcenda o discurso e se concretize na prática.

4.2 Diagnóstico Institucional

O diagnóstico institucional, enquanto etapa analítica e estratégica do PDI, tem como objetivo subsidiar a formulação de metas, ações e alocação de recursos ao longo do ciclo de planejamento. No caso do PDI 2024–2028 do IFRJ, a acessibilidade é abordada, principalmente, na seção 7.5, intitulada “Promoção da acessibilidade e do atendimento diferenciado às pessoas com necessidades específicas” (IFRJ, 2024c, p. 226). Ainda que essa seção demonstre uma intenção institucional de consolidar práticas inclusivas nos campos pedagógico e administrativo, a análise detalhada do conteúdo revela omissões importantes, sobretudo no tocante à visibilidade e ao atendimento às demandas da comunidade surda.

O documento reconhece, ainda que de maneira generalista, a presença de estudantes com deficiência nos diversos campi e destaca a atuação dos NAPNEs

como instâncias de apoio à permanência e ao sucesso acadêmico. Entretanto, não se observam dados quantitativos ou qualitativos desagregados por tipo de deficiência, o que inviabiliza a identificação precisa da população surda matriculada na instituição. Essa ausência de dados estatísticos específicos pode dificultar a elaboração de políticas públicas direcionadas e contribuir para a perpetuação de abordagens genéricas que tendem a homogeneizar sujeitos sob a rubrica ampla de “pessoas com deficiência”.

Tal lacuna, mais do que técnica, representa uma fragilidade conceitual e política. Conforme argumentam Sant’Anna et al. (2017), a sistematização e a visibilização de dados sobre os diferentes grupos sociais são essenciais para a formulação de políticas inclusivas efetivas. No caso da comunidade surda, cuja inclusão pressupõe o reconhecimento de uma identidade linguística e cultural singular, a ausência de dados reflete uma postura institucional que ainda não contempla de forma plena os direitos linguísticos garantidos por normativas nacionais.

A análise do PDI evidencia, também, a ausência de metas, prazos ou estratégias institucionalizadas que visem diretamente à inclusão da comunidade surda. A Libras é mencionada de forma pontual como possibilidade de capacitação para servidores, mas não há diretrizes que contemplem a sua implementação como política linguística institucional. Não se identificam planos articulados com setores estratégicos, como bibliotecas ou plataformas de educação digital, para garantir o uso sistemático de Libras em contextos formais e informais de aprendizagem. Essa lacuna desconsidera as disposições do Decreto nº 5.626/2005, que regulamenta a Lei nº 10.436/2002, e que estabelece a obrigatoriedade da oferta de Libras nas instituições de ensino, além de sua incorporação nos diversos níveis de comunicação institucional.

Outra questão sensível é a participação da comunidade surda nos processos de elaboração do diagnóstico institucional. Embora o documento afirme ter realizado consultas públicas com a comunidade acadêmica, não há informações que comprovem a escuta ativa de sujeitos com deficiência, particularmente surdos. Não tendo havido essa participação, violaria os princípios da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI, 2008), que enfatiza a necessidade de envolvimento dos grupos minorizados no planejamento educacional como condição para a legitimidade das ações propostas.

No que diz respeito à articulação intersetorial, o PDI demonstra fragilidade ao não estabelecer vínculos entre os NAPNEs e outros setores fundamentais, como bibliotecas, tecnologia da informação e gestão pedagógica. A acessibilidade, nesse cenário, é tratada como um atributo pontual e periférico, em detrimento de uma abordagem sistêmica e transversal. Essa concepção restrita contraria normativas como a NBR 15599/2008, que orienta sobre acessibilidade na comunicação, e a própria LBI, que reconhece a acessibilidade como um direito transversal e estruturante.

No campo das bibliotecas, por exemplo, a ausência de menções à acessibilidade informacional¹³ e comunicacional para estudantes surdos é notória. Não há referências à aquisição de acervos acessíveis, ao uso de tecnologias assistivas, à formação de bibliotecários em Libras ou à oferta de materiais em formatos visuais e bilíngues. Essa ausência pode comprometer o papel das bibliotecas como mediadoras do conhecimento e da cultura e as distanciar em relação às práticas inclusivas. Lipschultz (2010) argumenta que a acessibilidade nas bibliotecas não se limita à adequação física, mas exige ações formativas e políticas de acolhimento que reconheçam as diversidades comunicacionais dos sujeitos.

Por fim, a formação em Libras aparece no PDI de forma periférica, desvinculada de um plano de capacitação contínuo e institucionalizado. A oferta de cursos isolados, sem integração com o projeto político-pedagógico da instituição ou com as metas de formação de servidores, tende a resultar em ações episódicas, de baixo impacto e escassa sustentabilidade. A efetivação da acessibilidade comunicacional demanda políticas formativas estruturadas, pautadas na permanência, na qualificação e no compromisso institucional com a valorização da diversidade.

Em suma, o diagnóstico institucional apresentado pelo IFRJ no PDI 2024–2028 revela um reconhecimento inicial da acessibilidade como princípio orientador. Todavia, a análise crítica evidencia lacunas substanciais no tocante à inclusão da comunidade surda. A ausência de dados desagregados e de metas específicas, a

¹³ Entende-se por acessibilidade informacional o conjunto de condições que viabiliza o acesso e a apropriação da informação por todos os usuários, considerando não apenas a disponibilidade formal dos dados, mas, também, os aspectos cognitivos e sociais que permitem a efetiva compreensão e uso desses conteúdos. No contexto da legislação brasileira e dos regimes de informação, a acessibilidade informacional envolve práticas de disseminação e mediação que considerem as necessidades específicas dos usuários, de modo que direitos legais ao acesso à informação se traduzam em inclusão real no processo informacional (Fujino, 2017).

desarticulação entre setores-chave e a invisibilidade das bibliotecas como agentes promotores da acessibilidade informacional indicam que a acessibilidade comunicacional, entendida como a eliminação de barreiras nos processos de comunicação, de modo a garantir que todas as pessoas possam compreender e ser compreendidas em diferentes meios e linguagens (Goerck; Areosa, 2021), ainda não constitui um eixo estruturante no planejamento institucional.

Diante dessas limitações, torna-se necessário adotar uma abordagem paradigmática que compreenda a acessibilidade não como exceção ou ajuste pontual, mas como elemento fundacional de uma cultura institucional comprometida com a equidade, a diversidade e a justiça comunicacional.

4.3 Políticas de Acessibilidade

As políticas de acessibilidade constituem um componente essencial do planejamento institucional voltado à consolidação de uma educação inclusiva, equitativa e democrática. No contexto do IFRJ, o PDI aborda o tema de maneira mais concentrada no item 7.5, intitulado “Promoção da acessibilidade e do atendimento diferenciado às pessoas com necessidades específicas” (IFRJ, 2024c, p. 226). Ainda que esse item reforce o reconhecimento institucional da importância da acessibilidade, a análise do conteúdo revela a existência de lacunas entre o discurso e a materialização efetiva das ações planejadas, sobretudo quanto à comunidade surda.

O próprio documento reconhece um dado expressivo: nos últimos cinco anos, a instituição registrou um crescimento de aproximadamente 300% no número de estudantes com deficiência, transtornos do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Esse aumento sinaliza avanços significativos em termos de democratização do acesso ao ensino público federal por parte de grupos historicamente sub-representados. Entretanto, tal expansão não parece ter sido acompanhada, na mesma medida, por investimentos sistemáticos em ações estruturantes de acessibilidade. O PDI aponta que cerca de 85% dos campi do IFRJ ainda não atendem plenamente aos critérios legais de acessibilidade, especialmente no que tange à infraestrutura física, o que evidencia desafios importantes para a consolidação de uma política inclusiva, abrangente e eficaz.

Nesse cenário, nota-se que a ausência de condições adequadas nos espaços acadêmicos é agravada pela inexistência de planos de acessibilidade institucionalizados nos campi. Conforme reconhecido no próprio PDI, essa lacuna pode comprometer o desenvolvimento de ações integradas e específicas voltadas à permanência e ao êxito acadêmico dos estudantes com deficiência. Ainda que o documento represente um avanço em termos de reconhecimento formal, a ausência de um planejamento sistemático tende a dificultar a articulação entre os diversos setores da instituição, sugerindo que a inclusão ainda não é plenamente tratada como diretriz transversal. Com isso, há indícios de uma tendência à fragmentação das responsabilidades, com iniciativas concentradas em núcleos especializados ou ações pontuais, muitas vezes desvinculadas de um projeto institucional mais abrangente.

Esse diagnóstico, sinalizado no próprio PDI, é respaldado por estudos acadêmicos que discutem os impactos da responsabilização fragmentada na implementação das políticas de inclusão no ensino superior. Costa e Pieczkowski (2020), por exemplo, observam que a gestão da acessibilidade, em muitas instituições, tende a ser delegada a setores isolados, sem articulação efetiva com a administração central, o que resulta em ações descontinuadas e com baixa institucionalização. De maneira convergente, Lima e Carmo (2023) apontam que, na ausência de planejamento intersetorial, as respostas às demandas de acessibilidade surgem de forma pontual e reativa, comprometendo sua continuidade. Complementando esse quadro, Sassaki (2007) destaca que a efetivação da inclusão requer mudanças culturais e estruturais nas instituições, sendo limitada quando tratada como tarefa exclusiva de núcleos especializados.

Esse entendimento teórico encontra eco no próprio PDI do IFRJ, que, embora registre a existência de uma política institucional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, também, reconhece dificuldades em sua implementação prática. Tal política visa orientar as ações voltadas ao atendimento de estudantes com deficiência, transtornos do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, estabelecendo diretrizes para acessibilidade nas práticas pedagógicas, bem como na infraestrutura física e comunicacional. Todavia, o documento indica que, até 2023, não haviam sido implementadas ações sistemáticas de capacitação voltadas à formação de servidores em temáticas fundamentais, como Libras e educação inclusiva. A ausência de formação estruturada compromete a

efetividade da política institucional e limita o alcance das diretrizes nela previstas, demonstrando um descompasso entre o planejamento estratégico e sua execução.

Essa fragilidade torna-se ainda mais evidente no que diz respeito à acessibilidade comunicacional, aspecto essencial à inclusão da comunidade surda. O PDI não apresenta metas ou estratégias voltadas à institucionalização da Libras como segunda língua da instituição, tampouco iniciativas destinadas à presença contínua de intérpretes, produção de materiais bilíngues ou uso sistemático de recursos visuais em ambientes presenciais e digitais. A formação de servidores em Libras é mencionada como uma “ação futura desejável”, mas carece de definição de metas, cronogramas, público-alvo e articulação com setores relevantes, como bibliotecas e tecnologia da informação.

Outro ponto que merece destaque diz respeito aos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNEs), reconhecidos pelo PDI como instâncias institucionais importantes para o acompanhamento pedagógico dos estudantes com deficiência. Apesar desse reconhecimento, o documento admite que não há investimento institucional suficiente para sua consolidação e expansão. Em razão disso, a atuação dos núcleos permanece, em grande parte, fragmentada e reativa, impactada pela escassez de recursos humanos e orçamentários específicos. Outrossim, o PDI não explicita de que forma os NAPNEs articulam-se com os demais setores da instituição, tampouco estabelece critérios de monitoramento, avaliação ou replicação de suas ações nos diferentes campi. Essa ausência de planejamento intersetorial e de estrutura de apoio dificulta a consolidação de uma política de inclusão que seja, de fato, transversal e institucionalizada.

As bibliotecas, por sua vez, não são mencionadas como espaços estratégicos para a promoção da acessibilidade informacional e comunicacional. O documento não apresenta diretrizes voltadas à formação das equipes em Libras, à disponibilização de acervos acessíveis em múltiplos formatos ou ao uso de tecnologias assistivas para estudantes surdos. Essa omissão compromete a função social das bibliotecas como ambientes de promoção da cidadania acadêmica e do acesso equitativo ao conhecimento.

Considerando esse conjunto de elementos, percebe-se que, embora o PDI manifeste uma preocupação legítima com a temática da acessibilidade, os dados internos evidenciam contradições importantes entre o planejamento e a implementação. O crescimento expressivo do número de estudantes com deficiência,

aliado à persistência de barreiras físicas, comunicacionais e pedagógicas, aponta para a urgência de um planejamento institucional mais estruturado, articulado e abrangente. Como enfatizam Sant'Anna et al. (2017), o compromisso com a inclusão não pode estar dissociado de uma atuação sistêmica, planejada e intersetorial, que envolva os diferentes setores da comunidade acadêmica. A gestão da acessibilidade, nesse sentido, deve ser incorporada ao projeto político-pedagógico da instituição, superando a lógica de ações isoladas e promovendo a integração entre setores como bibliotecas, tecnologia da informação, gestão de pessoas e coordenações pedagógicas.

Ademais, Costa (2020) ressalta que a formação de profissionais da educação, especialmente com relação à educação bilíngue e ao ensino de Libras, não deve ser tratada como etapa acessória, mas como elemento estruturante das práticas pedagógicas inclusivas. A ausência de formação continuada e de espaços permanentes de escuta da comunidade surda contribui para a manutenção de assimetrias e para a limitação da participação plena desses sujeitos no ambiente educacional.

Nesse mesmo sentido, Miglioli e Santos (2017) reforçam que a acessibilidade deve ser compreendida como um direito à informação, à comunicação e à autonomia. Essa perspectiva amplia o escopo da inclusão e destaca o papel das instituições educacionais na promoção da justiça social, especialmente em relação à garantia do acesso à cultura e ao conhecimento.

Dessa forma, infere-se que o fortalecimento das políticas de acessibilidade no IFRJ requer não apenas a valorização da Libras como direito linguístico e a escuta ativa da comunidade surda, mas, também, a adoção de uma abordagem institucional integrada e contínua. A inclusão deve ser entendida como princípio orientador de todas as dimensões do planejamento, da formação e da gestão acadêmica, de modo a consolidar uma cultura educacional verdadeiramente democrática, plural e acessível.

4.4 Biblioteca e Infraestrutura

As bibliotecas institucionais, especialmente aquelas vinculadas a contextos educacionais, configuram-se como espaços fundamentais para a promoção do acesso à informação, à leitura e à produção do conhecimento, desempenhando um

papel essencial na preservação do patrimônio intelectual e no fomento à educação e à pesquisa (Hubner; Kuhn, 2017). Para cumprir esse papel de forma equitativa, é imprescindível que esses ambientes sejam projetados de maneira inclusiva, contemplando as diversas necessidades dos seus usuários, em especial daqueles com deficiência.

Nesse cenário, a análise do PDI 2024–2028 do IFRJ, especialmente da seção 7.2, que trata das bibliotecas da instituição, permite identificar lacunas relevantes no âmbito de promoção da acessibilidade nesses espaços. Observou-se que, embora o documento apresente de forma detalhada a estrutura e o funcionamento do Sistema Integrado de Bibliotecas (SiBI/IFRJ), composto por 15 bibliotecas sob a coordenação técnica da Coordenação Geral de Bibliotecas (CGBiblio), não há menção explícita à acessibilidade comunicacional, informacional ou arquitetônica nos serviços ofertados. Tampouco são identificadas ações voltadas à formação das equipes em Libras ou à incorporação de tecnologias assistivas para a comunidade surda. A ausência dessas referências compromete o alinhamento do planejamento institucional com os princípios contemporâneos de inclusão e evidencia que a inclusão comunicacional ainda não foi consolidada como um eixo estruturante da política bibliotecária do IFRJ.

Essa constatação torna-se ainda mais significativa ao se considerar que a Libras não é apenas uma ferramenta de comunicação, mas, parte integrante da constituição da identidade surda e da cultura dessa comunidade. Autores como Campos e Stumpf (2012) enfatizam que a valorização da Libras está diretamente relacionada ao reconhecimento da diversidade linguística e ao rompimento com modelos medicalizantes da deficiência auditiva. Nesse mesmo sentido, Strobel (2008) argumenta que espaços que não reconhecem a língua de sinais como legítima limitam a constituição de identidades positivas e práticas culturais próprias da comunidade surda. A inexistência de políticas bilíngues ou de ações voltadas à valorização da cultura surda nas bibliotecas do IFRJ, expressas no PDI, portanto, pode revelar um distanciamento crítico em relação a essas perspectivas.

Diante disso, é pertinente destacar que o planejamento institucional poderia beneficiar-se de maior aproximação com diretrizes internacionais, como as da *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA, 2024), que recomendam a adoção de políticas linguísticas inclusivas, a disponibilização de conteúdos acessíveis e a presença de bibliotecários capacitados em Libras. A incorporação dessas orientações contribuiria para fortalecer o papel das bibliotecas

como espaços de inclusão e promoção da diversidade, conforme discutido por Coneglian e Silva (2006). Todavia, o PDI atual não evidencia qualquer alinhamento com tais diretrizes, indicando a necessidade de revisão conceitual e operacional das práticas planejadas para o setor bibliotecário.

No plano técnico-normativo, observa-se, também, que a ausência de referências às normas da NBR 15599/2008¹⁴ e da NBR 9050/2020¹⁵ no PDI pode indicar uma lacuna significativa que fragiliza o compromisso institucional com a acessibilidade. Essas normativas orientam medidas como tradução em Libras, legendagem de vídeos, uso de sinalização visual clara, instalação de tecnologias assistivas e capacitação de funcionários. A não incorporação desses elementos ao planejamento estratégico da instituição pode comprometer a criação de ambientes acessíveis e autônomos, desconsiderando exigências legais e recomendações amplamente reconhecidas no campo da acessibilidade.

Além dessas dimensões, mostra-se relevante considerar que autores como Lipschultz (2010) e Costa (2020) destacam a centralidade de ações integradas entre setores institucionais, como bibliotecas, núcleos de acessibilidade e áreas de tecnologia da informação, para garantir uma abordagem inclusiva e eficaz. A leitura do PDI evidencia a ausência de articulação clara entre esses setores, o que dificulta a implementação de soluções interdisciplinares e sistêmicas voltadas à comunidade surda. A acessibilidade, nesse cenário, permanece fragmentada e dependente da iniciativa de núcleos isolados, o que limita seu alcance e efetividade.

Nesse mesmo sentido, as recomendações da *American Library Association* (ALA, 2025) oferecem diretrizes relevantes, propondo estratégias acessíveis e de fácil implementação no atendimento a usuários surdos. A ausência de ações, como: o uso de frases simples, recursos visuais de apoio, canais de comunicação acessíveis e práticas de acolhimento específicas evidencia um distanciamento preocupante entre o planejamento institucional e os padrões internacionais de acessibilidade bibliotecária.

¹⁴ A NBR 15599/2008 dispõe sobre a acessibilidade em comunicação na prestação de serviços, estabelecendo requisitos e critérios técnicos para garantir às pessoas com deficiência — especialmente surdos e pessoas com deficiência auditiva — condições de acesso à comunicação, à informação e ao atendimento em diferentes contextos.

¹⁵ Já a NBR 9050/2020 trata da acessibilidade a edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos, definindo parâmetros técnicos que asseguram o uso autônomo, seguro e confortável por todas as pessoas, com ou sem deficiência, em condições de igualdade.

Complementarmente, autores como Santos e Valério (2021) e Sassaki (2010) destacam a importância de reconhecer a percepção visual como elemento estruturante da identidade surda. A sensibilidade a essa característica pode orientar a criação de ambientes mais acolhedores e responsivos, contribuindo para a construção de uma política bibliotecária que valorize a diversidade cultural e promova a democratização do acesso à informação. Todavia, o PDI não apresenta propostas que considerem essa dimensão perceptiva em suas diretrizes, mantendo uma concepção ainda limitada de acessibilidade.

Diante dessas considerações, a análise do PDI evidencia avanços na organização técnica e estrutural do sistema de bibliotecas do IFRJ, mas, também, revela falhas relevantes no que tange à acessibilidade comunicacional e à inclusão da comunidade surda. A ausência de políticas bilíngues, a inexistência de metas para formação continuada das equipes, o não investimento em tecnologias assistivas e a falta de articulação intersetorial com os NAPNEs são elementos que podem comprometer a efetivação de uma política bibliotecária inclusiva. Para que as bibliotecas do IFRJ consolidem-se como espaços de pertencimento, autonomia e justiça informacional, é urgente que a instituição reveja suas diretrizes, incorporando marcos legais nacionais, diretrizes internacionais e fundamentos teóricos que reconheçam a diversidade linguística e cultural como valores centrais na construção da cidadania.

4.5 Laboratórios e Tecnologia da Informação

A infraestrutura laboratorial e tecnológica de uma instituição de ensino superior desempenha papel estratégico na consolidação de uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade. Quando concebida em consonância com princípios de acessibilidade, ela deve responder à pluralidade de corpos, modos de comunicação e processos de aprendizagem que constituem a diversidade da comunidade acadêmica. Entretanto, a análise do PDI do IFRJ revela fragilidades significativas no que tange à incorporação da acessibilidade como um princípio transversal na organização dos espaços laboratoriais e nos investimentos em tecnologia da informação.

A seção 7.3 do PDI apresenta um panorama detalhado da infraestrutura laboratorial do IFRJ, com destaque para a existência de mais de 200 laboratórios

distribuídos pelos campi, contemplando áreas como Eletrotécnica, Química, Informática, Ciências Ambientais, Artes e Agroindústria. Esses espaços são valorizados como ambientes de articulação entre teoria e prática e são apontados como fundamentais para o desenvolvimento técnico e científico dos estudantes. Todavia, nota-se que o documento silencia quanto à acessibilidade desses ambientes, não apresentando diretrizes ou metas voltadas à eliminação de barreiras arquitetônicas, comunicacionais ou tecnológicas que possam representar obstáculos ao acesso equitativo e à participação plena de estudantes com deficiência, em especial estudantes surdos.

Essa ausência de menção à acessibilidade nos espaços laboratoriais representa uma lacuna frente às exigências legais da LBI. Em seu artigo 28, inciso XI¹⁶, essa legislação estabelece que os ambientes escolares devem ser projetados com base no Desenho Universal, garantindo condições equitativas de participação para todos os estudantes.

Nesse contexto, Souza e Silva (2022) argumentam que o Desenho Universal promove soluções acessíveis desde a origem, sendo mais eficaz do que adaptações pontuais que, muitas vezes, resultam em exclusões involuntárias. Já Sassaki (2007) reforça que o Desenho Universal, ao ser entendido como "Desenho Inclusivo", amplia a concepção de acessibilidade como direito coletivo e não como benefício exclusivo para pessoas com deficiência. A ausência desse princípio no planejamento dos laboratórios do IFRJ reflete uma visão ainda restrita das demandas por inclusão.

No tocante à infraestrutura de Tecnologia da Informação (TI), a seção 7.4 do PDI apresenta um quadro de investimentos consideráveis, com previsão de aquisição de computadores, notebooks e servidores, além da modernização dos ambientes digitais institucionais. Embora essas iniciativas sinalizem uma valorização da inovação tecnológica, não se observa qualquer articulação com políticas de acessibilidade digital. O documento não menciona a adoção de softwares e hardwares assistivos, como leitores de tela, ampliadores de caracteres, tradutores automáticos de Libras ou sistemas de legendagem, tampouco a adesão às Diretrizes de Acessibilidade para Conteúdo Web (WCAG), internacionalmente reconhecidas.

¹⁶ A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) – Lei nº 13.146/2015, em seu artigo 28, inciso XI, estabelece como diretriz da educação a adoção de práticas pedagógicas inclusivas e o incentivo à oferta de recursos de acessibilidade e de tecnologias assistivas, assegurando a plena participação e aprendizagem das pessoas com deficiência no sistema educacional.

A ausência de tais dispositivos e normas no planejamento compromete diretamente o direito dos estudantes com deficiência, sobretudo, aqueles com deficiência auditiva, à participação plena nos ambientes digitais de aprendizagem. Lipschultz (2010) já advertia que barreiras informacionais, aliadas à negligência atitudinal e técnica, resultam na exclusão sistemática de estudantes surdos dos processos educativos mediados por tecnologia.

Miglioli e Santos (2017) reforçam essa compreensão ao indicar que a acessibilidade digital exige não apenas equipamentos, mas uma ecologia de interfaces e práticas pedagógicas intencionalmente acessíveis. Nesse sentido, a invisibilização da comunidade surda nos processos de informatização institucional indica uma compreensão limitada da acessibilidade como atributo técnico e não como um direito linguístico e cultural, perspectiva, também, compartilhada por Campos e Stumpf (2012), ao destacarem o papel da Libras como elemento central na construção de ambientes comunicacionalmente inclusivos.

Ademais, o PDI não apresenta nenhuma diretriz voltada à capacitação das equipes técnicas, docentes ou administrativas para o uso pedagógico de tecnologias acessíveis ou para o atendimento a estudantes com deficiência em ambientes laboratoriais e digitais. A ausência de estratégias de formação continuada pode dificultar a criação de uma cultura institucional comprometida com a inclusão. Costa (2020) aponta que a capacitação de servidores é um pilar central na construção de políticas educacionais inclusivas e sua omissão revela uma concepção tecnocrática da tecnologia, desconectada de sua função social e formativa.

Conforme defendem Santos e Valério (2021), a inclusão de estudantes surdos demanda a presença de sujeitos preparados para reconhecer e interagir com formas visuais e espaciais de construção do conhecimento, uma exigência ignorada quando a formação docente é dissociada da diversidade sensorial.

Por fim, nota-se que, mesmo diante do reconhecimento da importância dos recursos laboratoriais e digitais para a formação acadêmica, o PDI não considera as normas técnicas aplicáveis, como a NBR 17060/2022 (Acessibilidade em Tecnologia da Informação), nem estabelece articulações entre os setores de tecnologia e os núcleos de acessibilidade. Essa desarticulação enfraquece a implementação de soluções sistêmicas e compromete a efetividade das ações inclusivas, reproduzindo um modelo de gestão fragmentado, que trata a acessibilidade como um apêndice e não como eixo estruturante. Strobel (2008) já alertava que a negação da

especificidade surda nos espaços educacionais implica a reprodução de práticas assimilacionistas, que ignoram as singularidades linguísticas e culturais da comunidade surda.

Assim, a análise do PDI evidencia que os investimentos em infraestrutura física e tecnológica do IFRJ carecem de uma abordagem inclusiva e atenta às demandas específicas da comunidade surda. Para que esses ambientes cumpram sua função pedagógica e cidadã, é imprescindível que o planejamento institucional incorpore a acessibilidade como princípio norteador, alinhado às legislações vigentes, às diretrizes técnicas e às recomendações da literatura especializada. Somente a partir dessa inflexão, será possível garantir que a inovação tecnológica esteja a serviço da justiça educacional, da equidade e do direito de todos à aprendizagem plena.

4.6 Extensão e Cultura

A extensão e a cultura, como dimensões constitutivas da educação pública, representam espaços privilegiados de diálogo entre os saberes acadêmicos e os conhecimentos populares, favorecendo a formação integral dos sujeitos e a democratização do acesso à produção cultural. No contexto da educação inclusiva, essas esferas adquirem ainda maior relevância, pois configuram-se como instrumentos efetivos de participação cidadã, valorização das diferenças e afirmação de identidades linguísticas e culturais. Em consonância com esse entendimento, espera-se que as práticas extensionistas e culturais de uma instituição pública estejam orientadas por políticas de acessibilidade e equidade, garantindo a presença ativa da comunidade surda em todas as suas ações.

Ainda assim, a análise do PDI 2024–2028 do IFRJ evidencia lacunas importantes nessa perspectiva. Embora o documento reforce a importância da extensão como um dos pilares da educação profissional, científica e tecnológica, não contempla diretrizes, metas ou ações que assegurem a inclusão da população surda nas atividades culturais e extensionistas. Essa ausência pode indicar uma compreensão ainda limitada da extensão desarticulada de uma agenda de direitos humanos e de promoção da diversidade, o que enfraquece o compromisso institucional com a educação inclusiva e a política linguística bilíngue.

Não se identificam, por exemplo, menções à oferta de eventos com interpretação em Libras, à produção de materiais acessíveis, à realização de oficinas

culturais bilíngues ou à promoção de espaços de diálogo interlinguístico. Também, não há orientações relativas à formação de servidores e estudantes para atuação em práticas extensionistas inclusivas, tampouco articulações com os NAPNEs ou com coletivos surdos regionais. Essa ausência de planejamento revela a inexistência de uma política institucional de cultura acessível, limitando a construção de ambientes de pertencimento para estudantes surdos e contrariando os marcos normativos da inclusão.

Conforme salientam Coneglian e Silva (2006), ações culturais inclusivas devem ser concebidas como espaços de empoderamento coletivo e transformação institucional, não apenas como adaptações pontuais. Nesse sentido, Bandeira (2009 *apud* Silva, 2011) adverte que a presença simbólica de pessoas com deficiência em eventos culturais não garante, por si só, sua participação plena. Para que a inclusão concretize-se, é necessário eliminar barreiras comunicacionais, informacionais e atitudinais. O silêncio institucional frente a essas exigências configura-se, portanto, como um obstáculo à construção de uma cultura plural, acessível e democrática.

Essa observação estende-se à ausência de políticas linguísticas consistentes, especialmente quanto à Língua Brasileira de Sinais (Libras). Costa (2020) ressalta que a Libras não deve ser tratada como mera ferramenta funcional, mas como um direito linguístico e cultural da comunidade surda. Sua ausência nos espaços culturais e extensionistas do IFRJ, pode configurar a negação do reconhecimento da identidade surda e a limitação de sua participação cidadã. Para além do ensino formal, a Libras deve estar presente nas ações extensionistas, nos eventos, nos materiais de divulgação e nos canais de comunicação institucional.

Além disso, observa-se que o PDI não prevê o uso de tecnologia assistiva ou de Comunicação Alternativa Aumentativa (CAA)¹⁷ nas práticas culturais e extensionistas, o que pode dificultar o acesso de pessoas com deficiência às ações acadêmicas. Sant'Anna *et al.* (2017) enfatizam que a inclusão exige planejamento estratégico, alocação de recursos e monitoramento constante. Na ausência desses elementos, mesmo os espaços de maior potencial transformador, como a extensão, tornam-se reprodutores de exclusões históricas.

¹⁷ A Comunicação Alternativa Aumentativa (CAA) corresponde a um campo voltado ao desenvolvimento e ao fortalecimento das habilidades comunicativas de pessoas que apresentam limitações na aquisição ou no uso da linguagem (Manzini; Deliberato, 2004).

Na análise do PDI, não se identificaram a extensão e a cultura reconhecidas como dimensões estruturantes da política de inclusão institucional. A inexistência de ações bilíngues, a ausência de menção a Libras como direito linguístico, metas de acessibilidade cultural e a não articulação com os NAPNEs revelam uma política fragmentada, que não contempla as demandas da comunidade surda de forma efetiva. Essa constatação alinha-se à crítica de Costa (2020), segundo a qual a inclusão não pode ser pensada como apêndice da política educacional, mas como eixo central e articulador de todas as suas dimensões.

Em síntese, a ausência de propostas voltadas à comunidade surda nas ações extensionistas do IFRJ configura não apenas uma lacuna administrativa, mas uma dificuldade de proporcionar direito à cultura, à identidade e à comunicação plena. Superar essa realidade exige uma mudança paradigmática no planejamento institucional, que reconheça a diversidade como valor e a acessibilidade como direito. É fundamental que a instituição desenvolva uma política robusta de acessibilidade cultural, com formação continuada, eventos acessíveis, valorização da Libras e articulação intersetorial, a fim de consolidar uma extensão verdadeiramente transformadora, inclusiva e democrática.

4.7 Considerações Gerais da Análise do PDI

A análise do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2024–2028 do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), com ênfase nas políticas de inclusão da comunidade surda, revela avanços importantes na estruturação da gestão estratégica, na adoção de metodologias participativas e na valorização formal da diversidade. Entretanto, também, revela lacunas significativas na consolidação de uma política de acessibilidade ampla e efetiva, capaz de contemplar, de maneira integrada, as múltiplas dimensões que condicionam o acesso, a permanência e o êxito acadêmico de estudantes surdos.

Embora o documento explicita o compromisso institucional com a inclusão e a justiça social, nota-se que boa parte das proposições mantém-se no plano declaratório, sem desdobramentos práticos suficientemente robustos. A acessibilidade comunicacional, essencial para a população surda, aparece de modo pontual, desvinculada de ações sistemáticas que garantam a presença institucional da Libras como segunda língua, bem como a formação bilíngue de servidores e a

produção de materiais acessíveis. Essa ausência de sistematização pode comprometer a efetividade das políticas e sinaliza a necessidade de maior integração entre planejamento, execução e avaliação das ações voltadas à inclusão.

Ainda assim, é fundamental reconhecer que as barreiras enfrentadas por estudantes surdos vão além da comunicação, manifestando-se, também, nos âmbitos metodológico, físico, tecnológico, informacional e, sobretudo, atitudinal. A acessibilidade metodológica exige abordagens visuais que respeitem as especificidades linguísticas da comunidade surda. A acessibilidade física, por sua vez, envolve mais do que rampas e elevadores, incluindo sinalização adequada, disposição espacial que favoreça a comunicação visual e sistemas de alerta com recursos visuais acessíveis. No campo tecnológico, é urgente assegurar que plataformas digitais, materiais didáticos e ambientes virtuais atendam aos princípios da acessibilidade digital, com legendas, tradução em Libras, interfaces intuitivas e tecnologias assistivas. Assim, esses elementos não devem ser vistos como adaptações pontuais, mas como partes essenciais da arquitetura pedagógica e institucional.

Destaca-se, nesse contexto, o papel estratégico das bibliotecas como ambientes centrais na democratização da informação, da cultura e do conhecimento científico. Todavia, o PDI, ao longo de sua estrutura, aparenta não reconhecer as bibliotecas como espaços potenciais de promoção da acessibilidade. Elas são tratadas de forma funcional e administrativa, sem indicação clara de investimentos em acessibilidade informacional ou ações voltadas a públicos com necessidades específicas, o que pode revelar uma compreensão limitada do papel que esses espaços podem desempenhar na construção de uma instituição verdadeiramente inclusiva.

Para que as bibliotecas assumam sua função social plena, é necessário ampliar seus acervos com materiais bilíngues, implementar sinalização acessível, promover a digitalização inclusiva de conteúdos e capacitar continuamente as equipes que ali atuam. Tecnologias assistivas, materiais em Libras, vídeos legendados e recursos multimodais devem integrar a política institucional. A biblioteca, portanto, deve ser compreendida como um espaço pedagógico acessível e não apenas como suporte técnico. Ignorar essa dimensão pode contribuir para comprometer o direito à informação e reforçar barreiras silenciosas à permanência e ao sucesso acadêmico.

Outro aspecto relevante refere-se à dimensão atitudinal, que constitui uma das barreiras mais persistentes. A escassez de espaços institucionais de escuta da comunidade surda, a ausência de representatividade em colegiados e a naturalização da invisibilidade linguística são expressões de um modelo institucional ainda pouco sensível à diversidade sensorial e cultural dos sujeitos. Promover a inclusão exige, nesse aspecto, não apenas a criação de normativas, mas uma reconfiguração ética e relacional no interior da instituição. A mudança de cultura organizacional, nesse sentido, depende de ações continuadas de sensibilização, formação e participação ativa das pessoas surdas em todas as etapas do processo educacional.

Diante desse cenário, torna-se evidente a necessidade de ampliar a concepção institucional de acessibilidade, superando a lógica de ações fragmentadas e pontuais. É essencial que o IFRJ avance para um modelo que compreenda a inclusão como diretriz transversal, articulando setores como ensino, extensão, pesquisa, cultura, tecnologia da informação, bibliotecas e infraestrutura. Isso implica incorporar a acessibilidade aos projetos pedagógicos de curso, aos editais de fomento, às ações culturais e aos sistemas de avaliação institucional. A transversalidade da inclusão deve ser compreendida não como uma tarefa isolada de núcleos específicos, mas como responsabilidade compartilhada entre todos os setores da instituição.

Nesse contexto, a análise crítica evidenciou que a efetividade de uma política de inclusão está diretamente condicionada à elaboração de um diagnóstico institucional robusto. Um diagnóstico que vá além da simples caracterização genérica das demandas e que incorpore dados desagregados, escuta ativa da comunidade surda e avaliação qualitativa das barreiras existentes, sejam elas físicas, comunicacionais, informacionais, metodológicas, programáticas ou atitudinais. Essa abordagem é fundamental para assegurar que o PDI reflita, de fato, as múltiplas realidades dos sujeitos que compõem o IFRJ, orientando ações concretas e integradas que promovam a equidade educacional. Diagnósticos bem estruturados devem ser contínuos, participativos e institucionalizados e não apenas etapas formais de elaboração de documentos.

À luz do que foi analisado, conclui-se que o IFRJ encontra-se diante de uma oportunidade estratégica para reorientar seu planejamento institucional a partir de um compromisso mais concreto com a diversidade e a equidade. A adoção de uma política institucional de acessibilidade que contemple simultaneamente os aspectos comunicacionais, metodológicos, físicos, informacionais, tecnológicos e atitudinais é

uma condição indispensável para consolidar uma cultura educacional inclusiva e democrática.

A superação das fragilidades diagnosticadas demanda mais do que investimentos técnicos. Requer vontade política, continuidade das ações, formação de servidores, escuta qualificada e participação ativa dos sujeitos surdos nos processos decisórios. Reconhecer a diversidade como valor institucional significa garantir que todos os estudantes tenham assegurados os seus direitos de aprender, comunicar-se, circular, produzir e pertencer. Isso exige romper com práticas centradas na homogeneização e avançar na construção de espaços educacionais em que as diferenças não sejam vistas como obstáculos, mas como potencialidades.

Somente a partir dessa perspectiva será possível consolidar um modelo institucional que acolha, respeite e valorize a pluralidade linguística, sensorial e cultural de seus sujeitos. Como instituição pública de referência na educação profissional, científica e tecnológica, o IFRJ tem o dever de liderar esse processo com responsabilidade, escuta ativa e visão transformadora. O futuro da educação inclusiva dependerá, em grande medida, da capacidade das instituições de educar para a diversidade, garantir o direito à diferença e transformar realidades a partir de compromissos éticos e coletivos.

Não obstante, à luz da análise realizada, é possível afirmar que o Instituto ainda se encontra em estágio incipiente no que diz respeito à consolidação de uma política de acessibilidade institucional robusta e integrada. A fragilidade na articulação entre diretrizes, ações e resultados concretos indica que o IFRJ ainda dá seus primeiros passos rumo a uma inclusão efetiva e sistemática. Essa condição reforça a necessidade urgente de um diagnóstico institucional mais sensível às múltiplas dimensões da acessibilidade e mais conectado às vivências da comunidade surda. Avançar nesse campo não é apenas uma questão técnica ou normativa, mas um compromisso ético com a equidade e com o direito de todos os estudantes a uma educação plena, participativa e transformadora.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve por escopo analisar o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), referente ao ciclo 2024-2028, com especial atenção à forma como esse instrumento estratégico contempla ou, por vezes, não contempla diretrizes e ações voltadas às condições de acesso e à promoção da participação de estudantes surdos no âmbito das bibliotecas institucionais. Partiu-se do pressuposto de que o PDI, enquanto documento normativo e orientador das políticas institucionais, deve incorporar de maneira efetiva, sistemática e transversal os princípios da perspectiva inclusiva, assegurando que as necessidades específicas dos diferentes segmentos da comunidade acadêmica sejam reconhecidas e atendidas de forma equânime.

A partir desse direcionamento, no percurso investigativo desenvolvido, considera-se que o objetivo geral foi plenamente alcançado, uma vez que a pesquisa realizou a análise do PDI do IFRJ (2024-2028) no que se refere às condições de acessibilidade e à garantia de participação de discentes surdos nos espaços bibliotecários, com vistas a orientar ações a serem desenvolvidas por esse setor. Esse resultado foi possível mediante a articulação entre fundamentação teórica e exame crítico do documento institucional, o que permitiu evidenciar limites, lacunas e possibilidades de aprimoramento do planejamento estratégico no âmbito bibliotecário.

De igual modo, os objetivos específicos foram contemplados ao longo do trabalho, em consonância com os procedimentos adotados em cada etapa da pesquisa. O objetivo de discutir acerca da acessibilidade e dos processos inclusivos em bibliotecas para o público surdo foi alcançado por meio da revisão e problematização conceitual e normativa pertinente, com ênfase nas especificidades linguísticas e culturais da comunidade surda e no reconhecimento da Libras como elemento essencial para a garantia de direitos e para o acesso à informação.

Em seguida, a pesquisa atendeu ao objetivo de analisar o PDI criticamente do IFRJ no que se refere às políticas de acesso e participação de estudantes surdos, a partir do exame do conteúdo do documento e da identificação de suas diretrizes e formulações institucionais voltadas ao tema. No mesmo sentido, o objetivo de identificar como a biblioteca apresenta-se no PDI, sobretudo nos aspectos relacionados à acessibilidade educacional e à inserção de discentes surdos, foi alcançado mediante investigação sistemática das menções e encaminhamentos

sobre os serviços bibliotecários no instrumento. Por fim, o trabalho contemplou a apresentação de recomendações sistematizadas sob o formato de e-book (APÊNDICE B), em consonância com o caráter propositivo do estudo.

No âmbito dessas reflexões, reconheceu-se a biblioteca como instância essencial ao processo educacional, uma vez que se configura como espaço privilegiado de acesso ao conhecimento, de apoio à formação acadêmica e de promoção da leitura e do desenvolvimento crítico. Portanto, as bibliotecas em instituições públicas de ensino não devem ser compreendidas exclusivamente sob a ótica técnico-administrativa ou como meros setores de suporte, mas como ambientes estratégicos de democratização informacional e de garantia de direitos. Assim, torna-se imperativo que tais espaços alinhem-se aos princípios do acesso pleno, entendido não apenas em sua dimensão arquitetônica, mas, também, em seus aspectos comunicacionais, informacionais, metodológicos, programáticos, instrumentais e atitudinais, os quais constituem elementos fundamentais para a efetiva participação e permanência de pessoas com deficiência.

Sob essa perspectiva, a análise desenvolvida no estudo reafirmou a necessidade de se conceber o PDI como documento que extrapola seu caráter burocrático-regulatório, posicionando-se como instrumento estruturante e indutor de transformações institucionais. Conforme indicado no próprio Plano de Desenvolvimento Institucional do IFRJ (2024-2028), trata-se de compromisso formal estabelecido com o Ministério da Educação, servindo como referência para os processos de regulação, supervisão e avaliação institucional. Nesse sentido, o PDI assume papel decisivo na organização administrativa e acadêmica, bem como na definição de diretrizes e no planejamento das ações institucionais.

Entre os principais achados, verificou-se que, embora o PDI apresente menções gerais à infraestrutura e às políticas institucionais, persistem lacunas expressivas quanto à previsão de metas específicas destinadas à inserção de estudantes surdos nas bibliotecas do IFRJ. Tal insuficiência torna-se ainda mais evidente quando se observa que os instrumentos de diagnóstico utilizados para subsidiar o planejamento institucional não contemplam, de forma consistente, indicadores capazes de mapear com precisão as demandas comunicacionais e informacionais desse público. Conforme evidenciado na análise do questionário aplicado às bibliotecas, utilizado como instrumento de levantamento para subsidiar o planejamento institucional, apesar da inclusão de questões relacionadas às

condições de acessibilidade, constatou-se número reduzido de perguntas voltadas, especificamente, à experiência e às necessidades de pessoas surdas, o que fragiliza significativamente a escuta institucional e o planejamento de medidas adequadas.

Diante desse quadro, cabe salientar que a inexistência momentânea de discentes surdos em determinado campus ou unidade não exime a instituição de garantir condições efetivas de acolhimento, acesso e permanência, caso esse público venha a integrar a comunidade discente durante a vigência do PDI. A educação na perspectiva inclusiva deve ser concebida de maneira preventiva e estruturada e não apenas reativa, uma vez que a inclusão constitui princípio institucional e dever legal. Ademais, os dados mencionados no material evidenciam a presença significativa de pessoas surdas na educação básica e no ensino superior, reforçando que se trata de demanda concreta e relevante socialmente, a exigir planejamento antecipado, investimento e compromisso contínuo.

Somado a isso, ao longo do estudo, evidenciou-se que o acesso educacional de pessoas surdas exige estratégias específicas, sobretudo no que tange à comunicação e ao acesso à informação. Nesse sentido, o reconhecimento e o uso da Língua Brasileira de Sinais (Libras), assegurados por legislações e normativas nacionais, configuram-se como pilares para a garantia de direitos, uma vez que o acesso ao conhecimento não se limita à disponibilidade de conteúdos, mas depende das condições objetivas de compreensão, interação e participação nos espaços educativos. Consequentemente, o planejamento institucional voltado às bibliotecas inclusivas deve abranger diretrizes relacionadas à formação continuada de equipes, à presença de sinalização visual adequada, à oferta de materiais acessíveis e tecnologias assistivas, bem como à constituição de acervo compatível com as demandas do público surdo e à implementação de práticas de mediação informacional que respeitem sua singularidade linguística e cultural.

Além disso, as fragilidades constatadas não se restringem ao campo biblioteconômico, manifestando-se, também, em outros eixos estruturantes do PDI, como aqueles relacionados a laboratórios e tecnologia da informação. Embora o documento apresente detalhamento de infraestrutura e previsão de investimentos, permanece a ausência de metas explícitas vinculadas ao desenho universal e às condições de acessibilidade, o que sugere que a inclusão ainda não se encontra plenamente consolidada como diretriz transversal no planejamento institucional. Tal lacuna compromete não apenas as condições de atendimento ao público surdo, mas,

também, a coerência e a completude do planejamento estratégico, na medida em que fragiliza o alinhamento entre missão institucional e ações efetivamente implementáveis.

Diante do exposto, conclui-se que o PDI possui potencial decisivo para consolidar políticas inclusivas e materializá-las em ações concretas. Para tanto, não se mostra suficiente reconhecer a inclusão apenas como valor abstrato ou princípio genérico; torna-se imprescindível traduzi-la em metas objetivas, ações definidas claramente, indicadores mensuráveis, atribuição de responsabilidades e previsão orçamentária adequada. Assim, a participação de estudantes surdos nas bibliotecas do IFRJ deve ser incorporada ao PDI de maneira integrada, articulando-se às políticas de infraestrutura, tecnologia, atendimento ao discente, comunicação institucional e desenvolvimento de pessoal.

Como contribuição aplicada, o material propõe, ainda, a elaboração de recomendações sistematizadas em formato de e-book destinado a gestores, servidores e equipes técnicas das bibliotecas do IFRJ, com a finalidade de aprimorar o processo de diagnóstico institucional e qualificar a coleta de dados relativa às condições de acessibilidade. Trata-se de proposta coerente com o caráter profissional e socialmente orientado do estudo, na medida em que visa promover impactos diretos sobre as práticas institucionais, impulsionando a transformação dos serviços bibliotecários rumo a um modelo mais acessível, equitativo e condizente com os princípios da educação inclusiva.

Por fim, reafirma-se que a acessibilidade e a garantia de participação de estudantes surdos nas bibliotecas do IFRJ constituem temática estratégica para o cumprimento da função social da instituição e para a consolidação de uma educação pública pautada na equidade. Os achados desta pesquisa evidenciam fragilidades relevantes no planejamento institucional, especialmente no que se refere à previsão de metas, indicadores e ações orientadas às especificidades linguísticas e comunicacionais da comunidade surda. Nesse contexto, o aperfeiçoamento do PDI e de seus instrumentos de diagnóstico revelam-se medida necessária para assegurar que as bibliotecas possam desempenhar plenamente sua função educativa e informacional, alinhando-se de modo concreto aos princípios do acesso pleno e do direito universal à informação.

Dessa maneira, conclui-se que o fortalecimento de políticas institucionais voltadas à perspectiva inclusiva não deve permanecer circunscrito a declarações

genéricas, mas se traduzir em compromissos objetivos e verificáveis, com previsão de recursos, definição de responsabilidades e estratégias contínuas de avaliação. Ao reconhecer a biblioteca como espaço de formação, cidadania e mediação do conhecimento, torna-se imperativo concebê-la sob a perspectiva do acesso pleno, garantindo condições efetivas de participação e permanência para pessoas surdas. Espera-se, portanto, que as reflexões apresentadas contribuam para subsidiar decisões institucionais mais consistentes, fomentando a implementação de práticas inclusivas e consolidando o PDI como instrumento verdadeiramente operativo, capaz de impulsionar o IFRJ na construção de uma instituição pública mais acessível, democrática e socialmente comprometida.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. C. B. F. de. Abordagem socioantropológica da surdez, Língua de Sinais e Educação Bilíngue: uma perspectiva histórica e cultural. **Obutchénie: Revista de Didática e Psicologia Pedagógica**, Uberlândia, v. 4, n. 3, p. 711-734, set./dez. 2020. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/Obutchenie/article/view/58434/30361>. Acesso em: 08 nov. 2024.

ALMEIDA, M.C.B. **Planejamento de bibliotecas e serviços de informação**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2005.

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION (ALA). **Deaf or Hard of Hearing**. Reference and User Services Association (RUSA). Chicago: ALA, 2025. Disponível em: <https://www.ala.org/rusa/deaf-or-hard-hearing>. Acesso em: 30 mar. 2025.

ARAÚJO, L. A. D. Direito das pessoas com deficiência. In: CAMPILONGO, C. F.; GONZAGA, A. de A.; FREIRE, A. L. (coords.). **Enciclopédia jurídica da PUC-SP**. Tomo: Direito Administrativo e Constitucional. 1. ed. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017. Disponível em: https://enciclopediajuridica.pucsp.br/pdfs/direito-das-pessoas-comdeficiencia_58f4b8b1975b1.pdf. Acesso em: 22 set. 2024.

ARAÚJO, R. de P. *et al.* Desenho Universal em Biblioteca. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2024, Recife. **Anais[...]** Recife: FEBAB, nov. 2024. Disponível em: <https://portal.febab.org.br/cbbd2024/article/view/3557/2921>. Acesso em: 27 jan. 2026.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **NBR 15599**: gestão de bibliotecas – Requisitos para o planejamento, execução e avaliação de serviços. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/pessoa_com_deficiencia/NBR15599.pdf. Acesso em: 11 dez. 2024.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **NBR 9050**: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: https://acessibilidade.unb.br/images/PDF/NORMA_NBR-9050.pdf. Acesso em: 23 set. 2024.

AUBERT, A. C. P. A história da deficiência, a internação psiquiátrica e a atuação do Ministério Público em alguns casos paradigmáticos. **Revista da Escola Superior do Ministério Público do Ceará**, Fortaleza, v. 13, n. 1, p. 245-267, jan./jul. 2021. Disponível em: <https://revistaacademica.mpce.mp.br/revista/article/view/165/149>. Acesso em: 01 set. 2024.

ATVARS, T. D. Z.; SERAFIM, M. P.; SILVA, A. M. A. C. da. Interrelacionamento entre governança, gestão estratégica, administração e planejamento estratégico em instituições de ensino superior. **Revista Internacional de Educação Superior**,

Campinas, v. 11, p. 1-25, 2024. Disponível em:
<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8674421/33724>.
 Acesso em: 10 jul 2025.

BENELLI, R. S.; MELO, V. M. P. de. Inserção de alunos com deficiência no ensino superior. In: MONTEIRO, L. P. **A Universidade Pública no contexto das políticas educacionais**. Anápolis-GO: Editora UEG, 2021. p. 167-186. Disponível em:
https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/121003164/ebook_2022_a_universidade_publica_no_contexto_das_politicas_educacionais-libre.pdf?1737767762=&response-contentdisposition=inline%3B+filename%3DGOIANIA_IN_TIMES_OF_MODERNITY_SYMBOLIC_R.pdf&Expires=1749561498&Signature=F4rg9HFZtOAB2HSOEYvv0tARY4e6YMIqZRkxI5a7JV9H1CmQTsZzebklEWCv~oAZ-zWler1HLixYHKY01-MHht9jxGbZXLqzy15yYelDXW6Lr10ioe67ZrgDjnERAZawkiOuZbk8kCktOJzmux0a9K0m8qBMSXbJXvT1IXpk1ZS7RiUP0i2pCOfb3sUoSOTUMyU6JTvjEablD69rZZhtg8NvAXLM6hgSRgD5jbXbvBueNziF961VD91wUCTcdn2gtTapo460gUAln5weOGNf ehSwSZK7xKXwRVIL6VBenZTWEUG9xkqTU~qJadDtBU2VEsS1KyrBod3JU8ulQg&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA#page=167. Acesso em: 10 jun. 2025.

BERNARDINO, E. L. A. Cultura surda. Njinga & Sepé: **Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras**, São Francisco do Conde, v. 4, n. esp. II, p. 304-315, 2024. Disponível em:
<https://revistas.unilab.edu.br/index.php/njingaesape/article/view/1701/1448>. Acesso em: 26 mar. 2025.

BEZERRA, N. A. *et al.* A Biblioteca Universitária na Proposta do Desenho Universal: um diagnóstico do sistema de bibliotecas da Universidade Federal do Ceará. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 24., 2011, Maceió. **Anais**[...] Maceió: FEBAB, ago. 2011. Disponível em:
https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/10231/1/2011_eve_nabezerra.pdf. Acesso em: 27 jan. 2026.

BRANCO, L. S. C. O planejamento estratégico no setor público brasileiro. **GeCont**, v. 1, n. 1, Floriano-PI, jan.-jun. 2014, p. 173-182. Disponível em:
<https://revistas.ufpi.br/index.php/gecont/article/view/1556/1264>. Acesso em: 15 ago. 2024.

BRASIL. Código Civil brasileiro: **Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Rio de Janeiro, 5 jan. 1916. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3071.htm. Acesso em: 20 set. 2024.

BRASIL. Decreto-Lei nº 4.127, de 2 de fevereiro de 1942. Dispõe sobre a organização e a fiscalização do trabalho da mulher e do menor. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 4 fev. 1942. Disponível em:
<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4127-25-fevereiro-1942-414123-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 25 out. 2024.

BRASIL. Constituição (1967). Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 24 jan. 1967. Disponível

em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm. Acesso em: 20 set. 2024.

BRASIL. Decreto nº 60.501, de 14 de março de 1967. Regulamenta a execução da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com a redação dada pela Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 15 mar. 1967. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm. Acesso em: 20 set. 2024.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: [s.n.], 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 15 maio 2024.

BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Dispõe sobre a acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 dez. 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110098.htm. Acesso em: 01 out. 2024.

BRASIL. Decreto nº 3.860, de 9 de julho de 2001. Dispõe sobre a organização do ensino superior, a avaliação de cursos e instituições, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 jul. 2001a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/D3860.htm. Acesso em: 28 maio 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Parecer CNE/CES nº 1.366/2001**. Brasília, DF: MEC, 2001b. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/pdf/pareceres-do-cne/ces/2001/pces1366_01.pdf. Acesso em: 10 jun. 2024.

BRASIL. Código Civil brasileiro. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 11 jan. 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm#art2045. Acesso em: 20 set. 2024.

BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Inclui o Sistema Nacional de Avaliação Superior - SINAES e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 14 abr. 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm. Acesso em: 15 maio 2024.

BRASIL. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

Diário Oficial da União, Brasília, DF, 3 dez. 2004. Seção 1, p. 16. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 04 maio 2024.

BRASIL. Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Dispõe sobre a regulamentação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 dez. 2005a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/decreto/d5622.htm. Acesso em: 03 ago. 2024.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2004. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 2005b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 10 nov. 2024.

BRASIL. Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006. Dispõe sobre a educação a distância e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 10 maio 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/decreton57731.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria Normativa MEC nº 2, de 1º de fevereiro de 2007. Dispõe sobre as diretrizes e normas para a elaboração de Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI nas Instituições de Educação Superior. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2 fev. 2007a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/pdi/port%20normativa%20n2%20de%2010%20de%20janeiro%20de%202007.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2024.

BRASIL. Portaria nº 40, de 12 de dezembro de 2007. Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação da educação superior no sistema federal de educação. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 dez. 2007b. Seção 1, p. 10. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/legislacao/2007/portaria_40_12122007.pdf. Acesso em: 07 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: **MEC/SEESP**, 2008a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducaspecial.pdf>. Acesso em: 7 maio 2025.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 30 dez. 2008b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/11892.htm. Acesso em: 27 out. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Sapiens**. Brasília, 2010.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Seção 1, p. 2. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 04 maio 2024.

BRASIL. Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017. Institui a Política Nacional de Educação a Distância e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 18 dez. 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9235.htm. Acesso em: 06 maio 2024.

BRASIL. Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para dispor sobre a educação bilíngue de surdos. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 4 ago. 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14191.htm. Acesso em: 06 nov. 2024.

BRASIL. Lei nº 14.605, de 20 de junho de 2023. Institui o Dia Nacional da Pessoa com Surdocegueira. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 21 jun. 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14605.htm. Acesso em: 27 mar. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **61,5 mil alunos têm alguma deficiência relacionada à surdez**. Portal Gov.br, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2023/setembro/61-5-mil-alunos-tem-algumadeficienciarelacionadaasurdez#:~:text=Dos%2047%2C3%20milh%C3%B5es%20de,acesso%20%C3%A0%20educa%C3%A7%C3%A3o%20no%20Brasil>. Acesso em: 23 out. 2024.

BRITO, F. B. de. O movimento surdo no Brasil: a busca por direitos. **Journal of Research in Special Educational Needs**, v. 16, n. s1, p. 766-769, 2016. Disponível em: <https://nasenjournals.onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/1471-3802.12214>. Acesso em: 02 nov. 2024.

CAMARGO DIAS, P. H. R. de; COSTA SOUSA, J.; CAVALCANTE DIAS, J. Um estudo de caso do planejamento estratégico do IFB. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 13, n. 1, mar. 2018, p. 89-106. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/6198/619866978008/619866978008.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2024.

CAMPOS, M. L. I. L. Educação inclusiva para surdos e políticas vigentes. In: LACERDA, C. B. F.; SANTOS, L. F. (Org.). **Tenho um aluno surdo, e agora?**: introdução à Libras e educação de surdos. São Carlos: Edufscar, 2013. p. 37-61.

CAMPOS, D. W.; STUMPF, M. R. Cultura surda: um patrimônio em contínua evolução. In: PERLIN, G.; STUMPF, M. (org.). **Um olhar sobre nós surdos**: leituras contemporâneas. Curitiba: CRV, 2012. p. 177-185.

CARDOSO, W. M. **O impacto do plano de desenvolvimento institucional na profissionalização das instituições privadas de ensino superior**. 2006. 66 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Centro de Pós-Graduação em Administração das Faculdades Integradas de Pedro Leopoldo, da Fundação Cultural Dr. Pedro Leopoldo, Pedro Leopoldo, 2006. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&coobra=61783. Acesso em: 26 ago. 2024.

CARVALHO, P. V. de *et al.* História da pessoa com deficiência e da evolução do entendimento dos transtornos mentais. **Contribuciones a Las Ciencias Sociales**, São José dos Pinhais, v. 16, n. 8, p. 13768-13787, 2023. Disponível em: <https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/1490/1235>. Acesso em: 06 set. 2024.

CHARTIER, A. **Discurso sobre a leitura 1880- 1980**. São Paulo: Ática, 1995.

CASTRO, S. F. de; ALMEIDA, M. A. Ingresso e permanência de alunos com deficiência em universidades públicas brasileira. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v. 20, n. 2, p. 179-194, Abr. Jun., 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/XPGCHzqgpSQWtHV8grBb5nL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 jan. 2026.

CAVALIERI, J. Prefeitura Municipal. **Moradores de Japeri iniciam curso de capacitação profissional no IFRJ**. Japeri, abr. 2022. Disponível em: <https://japeri.rj.gov.br/2022/04/01/moradores-de-japeri-iniciam-curso-de-capitacao-profissional-no-ifrj/>. Acesso em: 18 jan. 2026.

CHIAVENATO, I. **Fundamentos de administração**: planejamento, organização, direção e controle para incrementar competitividade e sustentabilidade. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

CHIAVENATO, I.; SAPIRO, A. **Planejamento estratégico**: fundamentos e aplicações. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

CICCONE, M. **Comunicação total**: introdução, estratégia, a pessoa surda. Rio de Janeiro: Cultura Médica, 1990.

CONEGLIAN, A. L. O.; SILVA, H. de C. Biblioteca inclusiva: perspectivas internacionais para o atendimento a usuários com surdez. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 7., 2006, Marília (SP). **Anais [...]**. Marília, SP: UNESP, 2006. p. 1-14. Disponível em: [http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/1268/Andr %c3%a9%20Luis%20On%c3%b3rio-Coneglian.pdf?sequence=1](http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/1268/Andr%20Luis%20On%20rio-Coneglian.pdf?sequence=1). Acesso em: 10 nov. 2024.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (Brasil). Parecer CNE/CES nº 1366, de 12 de dezembro de 2001. Dispõe sobre o credenciamento, transferência de manutenção, estatutos e regimentos de instituições de ensino superior, autorização de cursos de graduação, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, normas e critérios para supervisão do ensino superior. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 dez. 2001b. Seção 1, p. 49. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2001/pces1366_01.pdf. Acesso em: 25 maio 2024.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (Brasil). Resolução nº 10, de 11 de março de 2002. Dispõe sobre o credenciamento, transferência de manutenção, estatutos e regimentos de instituições de ensino superior, autorização de cursos de graduação, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, normas e critérios para supervisão do ensino superior do Sistema Federal de Educação Superior. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 mar. 2002. Seção 1, p. 12. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_rces1002.pdf?query=PLENA. Acesso em: 03 jun. 2024.

COSTA, J. C. da. **O ensino de língua portuguesa para surdos na perspectiva da educação bilíngue**. 2020. 18 f. Artigo (Especialização em Ensino de Língua Portuguesa como 2ª Língua para Surdos) – Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação, Diretoria de Educação a Distância, Instituto Federal da Paraíba, Paraíba, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ifpb.edu.br/bitstream/177683/1206/1/O%20ensino%20de%20p%20p%20surdos%20na%20perspectiva%20da%20ed%20bil%C3%ADngue%20-%20Josilene%20C.%20da%20Costa.pdf>. Acesso em: 21 out. 2025.

COSTA, J. M de M; PIECZKOWKI, T.M.Z. Inclusão de estudantes com deficiência na educação superior na perspectiva da gestão universitária. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 36, p. 1-21, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/kfPzhmPC3rCWMrDYm7LvSvf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 jul. 2025.

DAL MAGRO, C. B.; RAUSCH, R. B. Plano de Desenvolvimento Institucional de Universidades Federais Brasileiras. **Administração: Ensino e Pesquisa**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, p. 427-474, jul./set 2012. Disponível em: <https://raep.emnuvens.com.br/raep/article/view/85/167>. Acesso em: 09 jul. 2024.

DINIZ, C. N. **Acessibilidade em bibliotecas**: unidade 1. Rio de Janeiro: Mimeo, 2023a.

DINIZ, C. N. **Acessibilidade em bibliotecas**: unidade 3. Rio de Janeiro: Mimeo, 2023b.

DUARTE, S. B. R. *et al.* Aspectos históricos e socioculturais da população surda. **História, Ciências, Saúde**. Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 20, n. 4, p. 1713-1734, out./dez. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/QkzPkkNgwTzG69wJKDzN66p/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 03 nov. 2024.

EBERHARDT, F. L. M.; FERNANDES, S. R. de S. Planejamento Estratégico como ferramenta de alinhamento institucional: apontamentos do processo de implantação de um Instituto Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. **REPAE**, v. 7, n.2, p. 36-53, maio/ago. 2021. Disponível em: <https://www.repae-online.com.br/index.php/REPAE/article/view/254/197>. Acesso em: 30 jun. 2024.

FAGUNDES, S. A.; FAVATO, V. A. M. Desafio envolvidos no gerenciamento de rede de bibliotecas universitárias no contexto contemporâneo e sua inserção no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 18., 2014, Belo Horizonte. **Anais** [...] Belo Horizonte: UFMG, 2014. Disponível em: <https://www.bu.ufmg.br/snbu2014/wp-content/uploads/trabalhos/492-2322.pdf>. Acesso em: 02 maio 2024.

FEDERACIÓN INTERNACIONAL DE ASOCIACIONES E INSTITUCIONES DE BIBLIOTECAS (IFLA). **Lineamientos para los servicios bibliotecarios para personas sordas**. Editado por: John Michael Day. 2. ed. La Haya: IFLA, 2000.

FARIAS, A. L. S.; SOARES JÚNIOR, C. A. Evolução histórica dos direitos das pessoas com deficiência e questões associadas no Brasil. **Id on Line Revista Multidisciplinar de Psicologia**, v. 14, n. 52, p. 59-76, out. 2020. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/2683/4326>. Acesso em: 19 set. 2024.

FRANCISCO, T. H. A. *et al.* O impacto da estrutura legal do PDI no processo de planejamento estratégico de instituições do Sistema AMPESC. **Revista Gestão Universitária na América Latina – GUAL**, v. 12, n. 1, p. 1-15, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/28986/5.46.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 17 ago. 2024.

FREIRE, M. G. F.; VIEIRA, D. D.; SALDANHA, F. A. História da educação para Surdos: alguns apontamentos. In: CINTEDI - IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA, n. 4, 2021, Campina Grande. **Anais** [...] Campina Grande: UEPB, 2021. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/72477>. Acesso em: 11 nov. 2024.

FUJINO, A. Acessibilidade informacional de PcD no contexto da Lei de Acesso à Informação: desafios para estudo de usuários. **Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 2, n. especial, p. 237–257, out. 2017. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/28422/1/2017_art_afujino.pdf. Acesso em: 01 fev. 2026.

GALLAUDET UNIVERSITY. **For librarians**: this guide includes information for librarians who work with deaf or hard of hearing patrons or with deaf-related collections. Washington, DC, abr. 2003. Disponível em: <https://libguides.gallaudet.edu/c.php?g=773982>. Acesso em: 30 mar. 2025.

GAUDERETO, G. L. **Planejamento estratégico do setor de energia brasileiro na perspectiva dos objetivos de desenvolvimento sustentável**. 2023. 217p. Tese

(Doutorado em Engenharia Civil) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/3/3147/tde-03012024-095621/publico/GuilhermeLeiteGauderetoCorr23.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2024.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/52806/000728684.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 02 jun. 2024.

GESTEIRA, C. Os órgãos governamentais como instâncias incentivadoras da construção do projeto institucional pelas IES. In: SEMINÁRIO PROJETO INSTITUCIONAL: INSTRUMENTO ORIENTADOR DA QUALIDADE E DA AVALIAÇÃO DAS IES 2002, São Paulo. **Anais** [...] São Paulo: ABMES, 2002.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

GOERCK, C. S.; AREOSA, S. V. C. Implementação da política de acessibilidade comunicativa: o segmento televisivo em canais abertos de veiculação estadual. **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 44, n. 2, 2021. Disponível em: <https://revistas.intercom.org.br/index.php/revistaintercom/en/article/view/3492/2608>. Acesso em: 13 out. 2025.

GOMES, F. A. **O projeto profissional do serviço social na defesa e garantia de direitos das pessoas com deficiência**: espaço de resistência e luta na cidade de São José dos Campos. 2016. 147 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/20056/2/F%c3%a1bio%20Alexandre%20Gomes.pdf>. Acesso em: 14 set. 2024.

GUEDES, E. P.; SCHERER, F. L. O processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI): um estudo de caso na Universidade Federal do Paraná. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 5, n. 2, p. 240-253, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/pgc/article/view/19283/14395>. Acesso em: 19 ago. 2024.

HERRERO FILHO, E. **Balanced Scorecard e a gestão estratégica**: uma abordagem prática. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

HUBNER, M. L. F.; KUHN, A. C. A. Bibliotecas universitárias como espaços de aprendizagem. **Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, Pelotas, v. 31, n. 1, p. 51–72, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/6509/4628>. Acesso em: 13 jul. 2025.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS (IFLA). **Guidelines for Making Libraries Accessible for People**

with Disabilities. Haya: IFLA, 2024. Disponível em: <https://repository.ifla.org/items/a24be614-b387-4acd-bef1-0a9ec28f18dd>. Acesso em: 27 jan. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Agência de Notícias IBG. **Censo 2022:** Brasil tem 14,4 milhões de pessoas com deficiência. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/43463-censo-2022-brasil-tem-14-4-milhoes-de-pessoas-com-deficiencia>. Acesso em: 24 maio 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO (IFRJ). **História do IFRJ.** Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://portal.ifrj.edu.br/institucional/sobre-instituto-federal-rio-janeiro-ifrj>. Acesso em: 28 out. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO (IFRJ). **Manual de Elaboração do PDI 2024-2028 - IFRJ.** Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ifrj.edu.br/xmlui/bitstream/handle/20.500.12083/627/Manual%20de%20Elabora%c3%a7%c3%a3o%20do%20PDI%202024-2028%20-%20IFRJ%20%282%29.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 17 abr. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO (IFRJ). **Sobre o Instituto Federal do Rio de Janeiro - IFRJ.** Rio de Janeiro, 2024a. Disponível em: <https://portal.ifrj.edu.br/institucional/sobre-instituto-federal-rio-janeiro-ifrj>. Acesso em: 28 out. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO (IFRJ). Coordenação Geral de Atendimento às pessoas com necessidades específicas (CONAPNE). **Consolidado Matrículas NEE-IFRJ 2024.** Rio de Janeiro, 2024b. Disponível em: <https://portal.ifrj.edu.br/proex/napne/documentos>. Acesso em: 01 jun. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO (IFRJ). **Plano de Desenvolvimento Institucional: 2024-2028.** Rio de Janeiro, 2024c. Disponível em: <https://repositorio.ifrj.edu.br/xmlui/bitstream/handle/20.500.12083/936/IFRJ%20PDI%202024-2028.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15 jul. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO (IFRJ). **Expansão do IFRJ:** novos campi no Complexo do Alemão, Parque Olímpico e Teresópolis em andamento. Rio de Janeiro, 2025a. Disponível em: <https://portal.ifrj.edu.br/expansao-ifrj-novos-campi-complexo-alemao-parque-olimpico-e-teresopolis-andamento>. Acesso em: 05 fev. 2026.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO (IFRJ). **Governo federal autoriza construção do Campus Piraí do IFRJ.** Rio de Janeiro, 2025b. Disponível em: <https://portal.ifrj.edu.br/governo-federal-autoriza-construcao-campus-pirai-ifrj>. Acesso em: 05 fev. 2026.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo de Educação Superior**, 2019. Brasília: MEC, 2020. Disponível em: [PowerPoint Presentation \(inep.gov.br\)](https://inep.gov.br/). Acesso em: 30 abr. 2024.

ISAAC, M.; VALADÃO, M. N. Aspectos históricos da educação e da RE (habilitação) dos surdos. In: BENTO, R. *et al.* **Tratado de implante coclear e próteses auditivas implantáveis**. Rio de Janeiro: Thieme Publicações Ltda, 2014. p. 8-15.

JACINTO, S. de O. A biblioteca pública e os deficientes físicos. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação (RBB)**, Nova Série, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 89-104, jul./dez. 2008. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/4329>. Acesso em: 27 jan. 2026.

KAPLAN, R. S.; NORTON, D. P. **Mapas estratégicos: convertendo ativos intangíveis em resultados tangíveis**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

LANNA JÚNIOR, M. C. M. (Org.). **História do movimento político das pessoas com deficiência no Brasil**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/21097_arquivo.pdf. Acesso em: 20 set. 2024.

LEME, R. S.; FONTES, S. C. Da integração à inclusão social: o estatuto das pessoas com deficiência e a concretização da inclusão pelos direitos assegurados. **Revista Jurídica da FA7**, v. 14, n. 1, p. 89-107, 2017. Disponível em: <https://periodicos.uni7.edu.br/index.php/revistajuridica/article/view/261/295>. Acesso em: 21 set. 2024.

LIBÓRIO, D.; TERRA, L. **Metodologia científica**. s.l.: Laureate International Universities, 2015. Disponível em: https://d1wgtxts1xzle7.cloudfront.net/53349152/metodologia_cientifica_unidade_2-libre.pdf?1496277165=&responsecontentdisposition=inline%3B+filename%3DMetodologia_cientifica_unidade.pdf&Expires=1730169551&Signature=YYfl~2PhIJphjXKTE6m5xvLXuz7SaMRT6bqZnVWF0q8U5O16nZuObXjfYZw8gRWLnE14TITynD9BmkJxrunHbflhgcca~LvHV5Qxi47ASucMt2l8033ndBjpFT-IDkYoERNYZE8SJ3NjKJcBrNDwGK0RxUeVMuA8~oQ7bgK~LtFkKJO7BlpaHrZ3amFCCZQ3JfJ90GxPvmiKZtbUM~oSZ2g~SoEM7dp5H8vDwJvJ8hNm4ZPJV8UQzNXWdX6Me7fHgBaq1WyLY4CHRRWBpRvtEDJDnnvemYkHOVeF9F9G3J1mukgmk~RhYK1M0QBRvIU6jVKGg3XPCETZ~Q_&Key-PairId=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA. Acesso em: 02 jun. 2024.

LIMA, A. T.; CARMO, M. A. A. do. Acessibilidade e inclusão no ensino superior: experiências e desafios à permanência de pessoas com deficiência. **Revista Educação e Políticas em Debate**, Uberlândia, v. 12, n. 3, p. 1132–1150, 2023. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/68708/36378>. Acesso em: 10 jul. 2025.

LIPSCHULTZ, H. **Library services for the deaf and hard of hearing: an update on issues and accommodations**. [S.l.], 2010. Disponível em:

<http://hollythelibrarian.com/wp-content/uploads/2012/10/Library-services-for-the-deaf-and-hard-of-hearing.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2025.

LUCK, E. H. *et al.* A Biblioteca Universitária e as diretrizes curriculares do ensino de graduação. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS - SNBU, 11, 2000, Florianópolis. **Anais [...]** Florianópolis: UFSC, 2000. p. 1 - 18. Disponível em: <http://snbu.bvs.br/snbu2000/docs/pt/doc/t024.doc>. Acesso em: 25 abr. 2025.

MACEDO, A. R. Estratégia para elaboração, implantação e acompanhamento do plano de desenvolvimento institucional. In: SEMINÁRIO PROJETO INSTITUCIONAL: INSTRUMENTO ORIENTADOR DA QUALIDADE E DA AVALIAÇÃO DAS IES, 2000, São Paulo. **Anais[...]**. São Paulo: ABMES, 2000.

MACHADO, E. R. **Mudança na formação do técnico agrícola no Centro Federal de Educação Tecnológica de Urutai-GO**: o proposto e o realizado. 2005. 115f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Goiás, Departamento de Educação, Goiânia, 2005. Disponível em: <https://tede2.pucgoias.edu.br/bitstream/tede/1279/1/Enio%20Rodrigues%20Machado.pdf>. Acesso em: 27 out. 2024.

MAGALHÃES, A. R.; MELO, O. R. Educação inclusiva de surdos: conceitos envolvidos e evolução histórica. **Revista Caderno Pedagógico** – Studies Publicações e Editora Ltda., Curitiba, v. 20, n. 9, p. 4228-4244, 2023. Disponível em: <https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/2072/1682>. Acesso em: 03 nov. 2024.

MANFREDI, S. M. **Educação profissional no Brasil**: atores e cenários ao longo da história. Jundiaí: Paco, 2016.

MANZINI, E. J.; DELIBERATO, D. **Portal de ajudas técnicas para a educação**: equipamento e material pedagógico para educação, capacitação e recreação da pessoa com deficiência física – recursos pedagógicos II. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006. Fascículo 2.

MARCHESI, A. **El Desarrollo Cognitivo e Lingüístico de los Niños Sordos**: perspectivas educativas. Madri: Alianza, 1987.

MARTINS, L. **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro**, 26 mar. 2013 [foto]. Rio de Janeiro: Globo, 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/camara-do-rio-aprova-projeto-que-permite-ampliacao-de-campus-do-ifrrj-no-maracana-25447102>. Acesso em: 18 jan. 2026.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil**: história e políticas públicas. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MELLO, J. *et al.* Análise do plano de desenvolvimento institucional de instituições de ensino superior participantes da Associação de Universidades Grupo Montevideo – AUGM. **Revista Gestão Universitária na América Latina – GUAL**, Florianópolis, v.

6, n. 4, p. 1-22, 2013. Disponível em:
<https://www.redalyc.org/pdf/3193/319329765002.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2024.

MENDONÇA, L. C. **Plano de desenvolvimento institucional**: proposta de um modelo de referência e de automação para IFES. 2017. 240 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2017. Disponível em: <http://repositorio.ufla.br/jspui/handle/1/12766?mode=full>. Acesso em: 22 ago. 2024.

MIGLIOLI, S.; SANTOS, G. A. Acessibilidade e serviços inclusivos para minorias sociais: a biblioteca do Instituto Nacional de Educação de Surdos. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 22, n. 1, p. 136-149, dez./mar. 2017. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1278>. Acesso em: 01 dez. 2024.

MIRANDA, A. A. B. Educação especial no Brasil: desenvolvimento histórico. **Cadernos de História da Educação**, n. 7, p. 29-44, jan./dez. 2008. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/1880/1564>. Acesso em: 19 set. 2024.

MIRANDA, S. N. de. **Acessibilidade ao usuário surdo e com deficiência auditiva em bibliotecas universitárias**: o caso da UNIRIO. 2015. 175 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em:
<https://www.unirio.br/ppgb/arquivo/Dissertacao%20Sulamita%20Miranda.pdf>.
 Acesso em: 02 set. 2024.

MIZAEL, G. A. *et al.* Análise do Plano de Desenvolvimento Institucional das universidades federais do Consórcio Sul-Sudeste de Minas Gerais. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 5, p. 1145-1164, set./out. 2013. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/12046/10966>. Acesso em: 19 ago. 2024.

MOISÉS, R.R. **Ginástica e Educação Física no Instituto Benjamin Constant de 1930 a 1979**: entre a conformação e a formação humanística da pessoa cega. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/12661>. Acesso em: 03 set. 2024.

MORAES, R. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999. Disponível em:
<http://maratavarespsictics.pbworks.com/w/file/attach/74439668/AN%C3%81LISE%20DE%20CONTE%20C3%9ADO.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2025.

MOREIRA, P. R. et al. Acessibilidade em bibliotecas: inclusão de usuários com deficiência. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO 2024. **Anais [...]**. [S.l.]: Recife: FEBAB, 2024. Disponível em:
<https://portal.febab.org.br/cbbd2024/article/view/3509/2962>. Acesso em: 26 jan. 2025.

MOURA, A. Q. **Educação matemática e crianças surdas**: explorando possibilidades em um cenário para investigação. 2015. 132f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2015. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/057b2833-2104-4439-9837-417644262fbd/content>. Acesso em: 01 nov. 2024.

NOBRE, R. S. A educação de surdos e alfabetização em escrita de sinais. In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LINGÜÍSTICA - ABRALIN, 2015, Fortaleza. **Anais** [...]. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2015. p. 3093-3099. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/51653/1/2015_eve_rsnobre.pdf. Acesso em: 13 nov.

NOGUERA JÚNIOR, E. L.; OLIVEIRA, C. E. **O uso do planejamento estratégico em empresa do setor de telecomunicações**. Uberlândia: UFU, 2017. 17 p.

NOVAIS, I. A. M.; GRANDO, R. K. A contribuição das tecnologias de informação e comunicação como espaço discursivo à comunidade surda: um movimento que fortalece(rá) práticas educativas de afirmação às identidades linguísticas bilíngues. **Revista Aproximação**, Guarapuava, v. 3, n. 6, p. 59–70, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://revistas.unicentro.br/index.php/aproximacao/article/view/6940/4802>. Acesso em: 19 maio 2025.

NÚCLEO DE MEMÓRIA DO IFRS. **A educação profissional e tecnológica**. Rio Grande do Sul, s.d. Disponível em: <https://memoria.ifrs.edu.br/historia-do-ifrs/a-educacao-profissional-e-tecnologica/>. Acesso em: 29 out. 2024.

NUNES, A. V. de N; MELO FILHO, I. J. de. **Bibliotecas inclusivas**: guia de recomendações para atendimento a estudantes com deficiência visual no IFPE. Olinda: IFPE, 2021. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/597523/2/%5BGUIA%5D%20Bibliotecas%20Inclusivas%20-%20Um%20Guia%20de%20Recomenda%C3%A7%C3%A3o%20Direcionado%20ao%20Atendimento%20aos%20Estudantes%20com%20Defici%C3%Aancia%20Visual%20no%20IFPE.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2026.

O DIA [Jornal]. **Campus do IFRJ de Arraial do Cabo abre processo seletivo para professores substitutos**. Arraial do Cabo: O DIA, 2022. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/arraial-do-cabo/2022/12/6533178-campus-do-ifrj-de-arraial-do-cabo-abre-processo-seletivo-para-professores-substitutos.html>. Acesso em: 18 jan. 2026.

OLIVEIRA, D. de P. R. de. **Planejamento estratégico**: conceitos, metodologia e práticas. 35. ed. São Paulo: Atlas, 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Brasília, DF, 1998. 6 p. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139423>. Acesso em: 12 set. 2024.

O SÃO GONÇALO [Jornal]. **IFRJ de São Gonçalo tem vagas para cursos técnicos**. São Gonçalo, 18 out. 2018. Disponível em: <https://www.osaogoncalo.com.br/servicos/54856/ifrj-de-sao-goncalo-tem-vagas-para-cursos-tecnicos>. Acesso em: 18 jan. 2026.

OTA, E. T. **Os desafios para o uso do planejamento estratégico nas organizações públicas**: uma visão de especialista. 2014. 112 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/52e41dfa-4696-4aa1-a7f1-0dc32fecc689/content>. Acesso em: 27 jun. 2024.

PEREIRA, M. F. **Planejamento estratégico**: teorias, modelos e processo. São Paulo: Atlas, 2010.

PEREIRA, J. M. **Administração pública**: foco nas instituições e ações governamentais. 5.ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2018.

PEREIRA, G. B.; MATOS, Y. O.; SAKAI, E. **Pesquisa sobre adoção de planejamento estratégico, tático e operacional em empresas goianas**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Civil) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiás. Disponível em: <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/bitstream/123456789/3515/1/PESQUISA%20SOBRE%20ADO%20O%20DE%20PLANEJAMENTO%20ESTRAT%20G%20TATICO%20E%20OPERACIONAL%20EMPRESAS%20GOIANIAS.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2024.

PICCOLO, G. M.; MENDES, E. G. Nas pegadas da história: tracejando relações entre deficiência e sociedade. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 25, n. 42, p. 29-42, jan./abr. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/4611/3091>. Acesso em: 13 set. 2024.

PINHEIRO, A. de C.; PEREIRA, F. C. M. As percepções das pessoas bibliotecárias com deficiência sobre o Desenho Universal nas bibliotecas universitárias federais brasileiras. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS (SNBU), 2025, São Paulo. **Anais**[...] São Paulo: FEBAB, nov. 2025. Disponível em: <https://portal.febab.org.br/snbu2025/article/view/3704/3530>. Acesso em: 27 jan. 2026.

PUPO, D. T. Biblioteca acessível. In: MANTOAN, M. T.; BARANAUSKAS, M. C. C. (Orgs.). **Atores da inclusão na universidade**: formação e compromisso. Campinas: UNICAMP, 2009. p. 52-73. Disponível em: <http://eurydice.nied.unicamp.br/portais/todosnos/nied/todosnos/artigos-cientificos/atores-da-inclusao-na-universidade-formacao-e-compromisso/atores-da-inclusao-na-universidadeformacao-e-compromisso.pdf> icon.pdf. Acesso em: 17 jan. 2021.

QUADROS, R. M. de; SCHMIEDT, M. L. Políticas de educação bilíngue para surdos: o contexto brasileiro. **Estudos de Recepção**, São Leopoldo, v. 10, n. 2, p.

161–181, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/zJRcjrZgSfFnKpbqTDh7ykK/>. Acesso em: 10 jun. 2025.

RAMM, E. V.; MACHADO, T. F. Os avanços históricos conquistados pelas pessoas com deficiência. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação – REASE**, São Paulo, v. 8, n. 6, p. 474-486, jun. 2022. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/5817>. Acesso em: 06 set. 2024.

REBELO, L. M. B.; ALMEIDA, I. G. de. Planejamento estratégico: uma ferramenta de gestão para a administração do setor público estadual do Amazonas. In: IV CONGRESSO NACIONAL DE EXCELENCIA EM GESTÃO, n. 4, 2008, Niterói. **Anais** [...] Niterói: UFF, 2008.

REILY, L. O papel da Igreja nos primórdios da educação dos surdos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 35, p. 308-326, maio/ago. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/yZVzTvQTddQ9YSb9CVDbyVn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 nov. 2025.

REZENDE, A. L. A. A trajetória da inclusão. In: SONZA, A. P. (org.). **Acessibilidade e tecnologia assistiva: pensando a inclusão sociodigital de pessoas com necessidades especiais**. Bento Gonçalves: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, 2013. Disponível em: https://repositorio.ifrs.edu.br/handle/123456789/865?show=full&utm_source=. Acesso em: 10 maio 2024.

SANDER, B. Administração da educação no Brasil: é hora da relevância. **Revista Educação Brasileira**, Brasília, ano IV, n. 9, p. 8-27, jul./dez. 1982.

SANT'ANA, T. D. et al. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI: um e-book de conhecimentos para as Instituições Federais de Ensino**. Brasília: FORPDI, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/plataformafor/documentos/livroforpdi>. Acesso em: 27 ago. 2024.

SANTOS, E. H. L. Q. dos. **A pessoa com deficiência: reflexões ético-bioéticas e as possibilidades de inclusão**. 2023. 72 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Católica de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Recife, 2023. Disponível em: http://tede2.unicap.br:8080/bitstream/tede/1812/2/Ok_eduardo_henrique_lira_queiroz_santos.pdf. Acesso em: 03 set. 2024.

SANTOS, Í. A.; VALÉRIO, E. D. Acesso de pessoas surdas em bibliotecas: caminhos para equidade. **Revista ACB**, Florianópolis, v. 26, n. 3, p. 1–11, 2021. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1838>. Acesso em: 8 dez. 2024.

SASSAKI, R. K. **Como chamar as pessoas que têm deficiência**. São Paulo: RNR, 2003a.

SASSAKI, R. K. **Vida independente: história, movimento, liderança, conceito, filosofia e fundamentos**. São Paulo: RNR, 2003b.

SASSAKI, R. K. Nada sobre nós, sem nós: da integração à inclusão. **Revista Nacional de Reabilitação**, ano 10, n. 57, p.8-16, jul./ago. 2007.

SASSAKI, R. K. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. 8. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

SCHMIDT, F. Pessoas com deficiência: breves notas sobre sua terminologia, seu conceito jurídico e sua disciplina constitucional no Brasil. **Revista Jurídica do MPE-TO**, v. 12, n. 17, p. 142, 2º sem. 2019. Disponível em: <https://cesaf.mpto.mp.br/revista/index.php/revistampto/article/view/14/3>. Acesso em: 30 set. 2024.

SILVA, A. M. da. **Educação especial e inclusão escolar**: história e fundamentos. Curitiba: Ibpex, 2010.

SILVA, C. L. da. **O olhar da Biblioteca da Faculdade Maurício de Nassau para o provimento de serviços informacionais destinados ao usuário surdo**. Orientadora: Edna Gomes Pinheiro. 2011. 86 f. Monografia (Graduação em Biblioteconomia), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/2545/1/CLS03102017.pdf>. Acesso em: 17 out. 2025.

SILVA, A. G. da. **A biblioteca pública como fator de inclusão social e digital**: um estudo da Biblioteca Parque de Manguinhos. 2012. 119f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – UFRJ/IBICT, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <https://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/767/1/silva2012.pdf?>. Acesso em: 27 jan. 2026.

SILVA, J. G. da (org.). **Institutos Federais dos brasileiros**: a história contada por quem fez. São Paulo: Artliber Editora, 2023a. Disponível em: https://bkp.conif.org.br/images/2023/11_Novembro/livro-institutos-federais-dos-brasileiros.pdf. Acesso em: 29 out. 2024.

SILVA, J. M. da. A história da educação para pessoas com deficiência: alguns apontamentos gerais. **Facit Business and Technology Journal**, v. 3, n. 40, p. 484-493, dez. 2023b. Disponível em: <https://revistas.faculdefacit.edu.br/index.php/JNT/article/view/2031/1365>. Acesso em: 29 set. 2024.

SILVA, F. A.; GONÇALVES, C. A. O processo de formulação e implementação de planejamento estratégico em instituições do setor público. **Revista de Administração da UFSM**, v. 4, n. 3, p. 458-476, set./dez., 2011. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2734/273421614010.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2024.

SILVA, R. A. R.; BORTOLIN, S. Biblioteca escolar acessível: princípios do Desenho Universal. In: SEMINÁRIO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - SECIN, 7., 2016, Londrina. **Anais [...]**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2016. Disponível em:

<https://www.uel.br/eventos/cinf/index.php/secin2016/secin2016/paper/viewFile/284/143>. Acesso em: 22 mar. 2025.

SILVA, E. F. da.; CAMPOS, M. F. O Percurso dos Surdos na história e a necessidade da Libras para a inclusão dos sujeitos na escola. In: III ENCONTRO INTERNACIONAL DE JOVENS INVESTIGADORES - JOIN, n. 3, 2017, Campina Grande. **Anais** [...] Campina Grande: Instituto de Educação Superior Natalense, 2017. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/50000>. Acesso em: 09 nov. 2024.

SILVA, J. E. O. *et al.* Contribuições do PDI e do planejamento estratégico na gestão de universidades federais. **Revista GUAL**, Florianópolis, v. 6, n. 3, p. 269-287, set. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/1983-4535.2013v6n3p269/25431>. Acesso em: 30 ago. 2024.

SOFIATO, C. G.; CARVALHO, P. V. de; COELHO, O. A educação de surdos no Brasil no século XIX e o legado de países europeus. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 59, n. 59, p. 1-25, jan./mar. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/23212/13715>. Acesso em: 13 nov. 2024.

SOUZA, J. M. R.; MARQUES, C. D. P.; SAMPAIO, M. L. Língua Brasileira de Sinais em contexto: inclusão dos indivíduos surdos. **Revista Educação, Artes e Inclusão**, v. 9, n. 1, p. 34-55, 2014. Disponível em: <https://periodicos.udesc.br/index.php/arteinclusao/article/view/4069/3245>. Acesso em: 11 nov. 2024.

SOUZA, S. C. de; SILVA, A. L. da. A acessibilidade em um campus universitário na Paraíba. **Revista Educação Inclusiva - REIN**, Edição contínua, v. 7, n. 2, p. 212-225, 2022. Disponível em: <https://revista.uepb.edu.br/REIN/article/view/1525/1223>. Acesso em: 02 out. 2024.

STROBEL, K. **As imagens do outro sobre a cultura surda**: um estudo em representações sociais. Porto Alegre: Mediação, 2008.

STROBEL, K. **História da educação de surdos**. 2009. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em Letras-LIBRAS) — Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009. Disponível em: https://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecificada/historiaDaEducacaoDeSurdos/assets/258/TextoBase_HistoriaEducacaoSurdos.pdf. Acesso em: 10 nov. 2024.

TORRES, E. F.; MAZZONI, A. A.; ALVES, J. B. da M. A acessibilidade à informação no espaço digital. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 3, p. 83–91, set./dez. 2002. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/26349975_A_acessibilidade_a_informacao_no_espaco_digital. Acesso em: 10 abr. 2025.

UFPR [Universidade Federal do Paraná]. Sistema de bibliotecas. **Acessibilidade no SiBi/UFPR**. Paraná: SiBi, 2024. Disponível em:

<https://bibliotecas.ufpr.br/servicos/laboratorio-de-acessibilidade/>. Acesso em: 18 jan. 2026.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 1997.

VIGENTIM, U. D. **Tecnologia assistiva**: analisando espaços de acessibilidade às pessoas com deficiência visual em universidades públicas, 2014. 123 f. Dissertação. (Mestrado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2014. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/items/e7c9d9ec-45dc-4dd7-92ef-b5c79f8c3804>. Acesso em: 13 set. 2024.

ZANELLA, L. C. H. **Metodologia de pesquisa**. 2. ed. rev. atual. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2011. Disponível em: <https://www.atfcursosjuridicos.com.br/repositorio/material/3-leitura-extra-02.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2024.

ZERBATO, A. P.; MENDES, E. G. Desenho universal para a aprendizagem como estratégia de inclusão escolar. **Educação Unisinos**, v. 22, n. 2, São Leopoldo, 2018. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/edunisinos/v22n2/2177-6210-edunisinos-22-02-147.pdf>. Acesso em: 01 out. 2024.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO

Seção do Roteiro	Item a Ser Observado	Fonte Utilizada para Composição do Item
Perfil Institucional	A missão institucional apresentada no PDI menciona inclusão, diversidade e/ou acessibilidade?	Lipschultz (2010); Campos e Stumpf (2012); Miglioli e Santos (2017).
	A visão institucional expressa, no PDI, o compromisso com o acesso à educação para pessoas com deficiência?	
	Os valores institucionais contemplam, no PDI, inclusão, acessibilidade, equidade e/ou respeito à diversidade linguística, incluindo a Libras?	
Diagnóstico Institucional	Há, no PDI, dados ou análises sobre a presença de estudantes com deficiência, especialmente surdos?	Sasaki (2007); Lipschultz (2010); Sant'Anna <i>et al.</i> (2017); Miglioli e Santos (2017); Costa (2020); Costa e Pieczkoeki (2020); Lima e Carmo (2023).
	Constam no PDI metas voltadas à ampliação ou fortalecimento de políticas de inclusão para a população discente surda?	
	É mencionada alguma estrutura ou setor responsável por ações voltadas à inclusão e acessibilidade para estudantes surdos?	
	A formação continuada de servidores e docentes em Libras está prevista entre as estratégias do PDI?	
Políticas de Acessibilidade	Há no PDI dados sobre políticas institucionais de inclusão e/ou acessibilidade com foco na comunidade surda?	Sasaki (2007); Sant'Anna <i>et al.</i> (2017); Miglioli e Santos (2017); Costa (2020); Costa e Pieczkowki (2020); Lima e Carmo (2023).
	Há metas específicas que envolvam a promoção de recursos voltados à acessibilidade	

	comunicacional, informacional e/ou atitudinal?	
Biblioteca e Infraestrutura	Constam no PDI metas voltadas à aquisição de materiais e/ou acervos acessíveis destinados aos usuários surdos das bibliotecas?	Coneglian e Silva (2006); Strobel (2008); Lipschultz (2010); Sassaki (2010); Campos e Stumpf (2012); Hubner e Kuhn (2017); Costa (2020); Santos e Valério (2021); IFLA (2024); ALA (2025).
	A oferta de sinalização inclusiva e visual nos ambientes da biblioteca é mencionada no PDI como uma meta ou preocupação institucional?	
	Há no PDI indicação de ações voltadas à capacitação das equipes das bibliotecas em Libras, acessibilidade atitudinal e/ou necessidades específicas da Comunidade Surda?	
	Constam no PDI metas relacionadas à aquisição ou oferta de tecnologias assistivas, pelas bibliotecas, voltadas aos estudantes surdos?	
	O PDI prevê a oferta de acervo virtual acessível para estudantes surdos nas bibliotecas institucionais?	
	O PDI inclui estratégias de formação continuada para os profissionais da biblioteca, voltadas ao uso de Libras, à acessibilidade atitudinal e às demandas da comunidade surda?	
	Há, no PDI, alguma indicação de que a biblioteca possa contribuir para a promoção da inclusão e/ou acessibilidade dos estudantes surdos?	

Laboratórios e Tecnologia da Informação	O PDI inclui diretrizes ou metas para assegurar a acessibilidade dos laboratórios a estudantes surdos?	Sasaki (2007); Strobel (2008); Lipschultz (2010); Campos e Stumpf (2012); Miglioli e Santos (2017); Costa (2020); Santos e Valério (2021); Souza e Silva (2022).
	Quanto aos ambientes virtuais de aprendizagem, o PDI prevê ações para garantir acessibilidade dos estudantes surdos?	
Extensão e Cultura	Há, no PDI, menção à inclusão da comunidade surda nas iniciativas de extensão e cultura da instituição?	Coneglian e Silva (2006); Bandeira (2009 <i>apud</i> Silva, 2011); Sant'Anna <i>et al.</i> (2017); Costa (2020).
	O PDI menciona, em seu planejamento, a realização de eventos ou ações institucionais que garantam acessibilidade para alunos surdos?	
Considerações Finais	De forma geral, o PDI demonstra um compromisso consistente com a inclusão de estudantes surdos?	

APÊNDICE B – E-BOOK PARA O PLANEJAMENTO DE SERVIÇOS ACESSÍVEIS E INCLUSIVOS NAS BIBLIOTECAS DO IFRJ: foco nos usuários surdos

ANDRESSA RODRIGUES MOREIRA

**PLANEJAMENTO DE SERVIÇOS ACESSÍVEIS E INCLUSIVOS NAS
BIBLIOTECAS DO IFRJ: foco nos usuários surdos**

Rio de Janeiro

2026



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO

REITOR:

Prof. Dr. José da Costa Filho

VICE-REITORA

Prof.^a. Dra. Bruna Silva do Nascimento

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA – PPGB
MESTRADO PROFISSIONAL EM IBLIOTECONOMIA – MPB**

COORDENADOR

Prof. Dr. Marcos Luiz Cavalcanti de Miranda

AUTORA DO E-BOOK

Andressa Rodrigues Moreira

ORIENTADORA

Prof.^a. Dra. Cládice Nóbile Diniz

DIAGRAMAÇÃO

Veronica de Souza Gomes

NORMALIZAÇÃO

Ana Paula Lima dos Santos

REVISÃO

Thays Pereira Santos de Souza

Rio de Janeiro

2026

FICHA CATALOGRÁFICA

371.904
M838

Moreira, Andressa Rodrigues.

Planejamento de serviços acessíveis e inclusivos nas bibliotecas do IFRJ: foco nos usuários surdos / Andressa Rodrigues Moreira – 2026.
63 p.: il.

Produto da Dissertação de Mestrado Profissional em Biblioteconomia, apresentado a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Programa de Pós Graduação em Biblioteconomia, sob orientação da professora Cládice Nóbile Diniz.

ISBN:

Bibliografia: p. 58-63

1. Educação inclusiva. Estudante surdo 3. Pessoa com deficiência 4. Instituto Federal do Rio de Janeiro - Planejamento 5. Inclusão social I. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Programa de Pós Graduação em Biblioteconomia. II. Diniz, Cládice Nóbile III. Título.

Elaborada pela bibliotecária Ana Paula Lima dos Santos Crb-7 5618

APRESENTAÇÃO

Este e-book é fruto da dissertação do Mestrado Profissional intitulada “*Acessibilidade e inclusão de estudantes surdos nas bibliotecas: análise do Plano de Desenvolvimento Institucional do IFRJ*”, desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), sob orientação da Prof.^a Dr.^a Cládice Nóbile Diniz. A pesquisa teve como eixo central a análise do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2024–2028) do IFRJ, com o objetivo de identificar de que forma o documento contempla a acessibilidade e a inclusão de estudantes surdos nas bibliotecas da instituição.

O produto técnico resultante foi concebido para oferecer, em sua primeira parte, um panorama teórico e contextual sobre acessibilidade, inclusão, surdez e tecnologias assistivas aplicadas ao atendimento de usuários surdos em bibliotecas. Essa etapa apresenta conceitos fundamentais, marcos normativos e reflexões que subsidiam a compreensão do tema e preparam o leitor para a implementação prática de ações de acessibilidade de forma planejada e contínua.

Na segunda parte, o e-book reúne recomendações elaboradas a partir dos achados da análise do PDI 2024–2028, com foco no planejamento de serviços acessíveis e inclusivos. As orientações visam apoiar a execução de estratégias institucionais que promovam equidade no acesso à informação, qualificando serviços, espaços e práticas informacionais das bibliotecas do IFRJ e fortalecendo o papel de bibliotecários e gestores na construção de uma cultura organizacional comprometida com a diversidade linguística e cultural dos estudantes surdos.

A organização do material fundamenta-se em múltiplas dimensões da acessibilidade, compreendidas de forma integrada e adotadas neste e-book como referenciais analíticos e orientadores da prática. As dimensões física, comunicacional e informacional estruturam o acesso aos espaços, à comunicação e aos conteúdos informacionais; a dimensão atitudinal perpassa as ações de formação, sensibilização e enfrentamento de barreiras sociais e culturais, como o capacitismo; e a dimensão tecnológica/digital sustenta o uso de tecnologias assistivas, sistemas acessíveis e recursos digitais que viabilizam a participação autônoma dos usuários surdos. Essas dimensões orientam tanto a discussão teórica quanto a formulação das recomendações práticas apresentadas no e-book.

Por fim, este produto técnico configura-se como uma ferramenta de apoio ao trabalho cotidiano das bibliotecas do IFRJ, voltada à implementação de práticas acessíveis, planejadas e sustentáveis. Ao ser integrado às rotinas institucionais, espera-se que contribua para o alinhamento às diretrizes do PDI, para o fortalecimento de políticas internas de acessibilidade e para a consolidação de uma cultura institucional comprometida com a equidade, o respeito às diferenças e à democratização do acesso ao conhecimento, reafirmando o papel social das bibliotecas como espaços de mediação, inclusão e emancipação.

COMO UTILIZAR ESTE E-BOOK

Este e-book foi concebido como um instrumento de apoio técnico e formativo, direcionado a gestores, bibliotecários, coordenadores e equipes que atuam no contexto das bibliotecas do IFRJ. Seu propósito consiste em orientar a implementação de práticas acessíveis e inclusivas voltadas à comunidade surda, de modo articulado às demandas institucionais e ao planejamento previsto no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

A leitura pode ser realizada de forma integral, com vistas à compreensão ampla do tema e de suas implicações para as bibliotecas institucionais. Contudo, considerando o caráter aplicado do material, também, é possível utilizar este e-book de maneira seletiva, consultando capítulos e tópicos específicos conforme as necessidades do setor, da unidade ou do campus.

Para melhor aproveitamento do conteúdo, recomenda-se o seguinte percurso:

1. **Leitura introdutória e conceitual:** iniciar pela primeira parte do material, a fim de consolidar fundamentos teóricos essenciais, como os conceitos de deficiência e acessibilidade, a compreensão da cultura surda e o reconhecimento da Libras como elemento central do acesso à informação.
2. **Consulta orientada às práticas e recomendações:** utilizar a segunda parte como referência para subsidiar decisões e ações imediatas, especialmente, no que se refere à identificação de barreiras, ao planejamento de estratégias de atendimento e à organização de rotinas inclusivas.
3. **Aplicação no contexto institucional:** promover a adaptação das orientações à realidade local, considerando infraestrutura, equipe disponível, perfil dos usuários e políticas internas, de modo a integrar, progressivamente, as propostas à gestão e aos serviços da biblioteca.

Ressalta-se, ainda, que o material pode ser utilizado como suporte para processos institucionais mais amplos, tais como o fortalecimento da cultura organizacional inclusiva, a qualificação da formação continuada das equipes e a estruturação de diagnósticos internos voltados à acessibilidade. Assim, este e-book pretende contribuir para que as bibliotecas avancem na consolidação de práticas

comprometidas com a equidade, a democratização da informação e o direito de todos ao conhecimento.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Conceitos Básicos Relacionados à Deficiência e à Acessibilidade	14
Quadro 2 - Tipos de Barreiras à Acessibilidade	15
Quadro 3 - Conceituações Básicas sobre Surdez, Cultura e Linguagem	19
Quadro 4 - Perfis Comunicacionais de Pessoas Surdas e com Deficiência Auditiva	22
Quadro 5 - Principais Instrumentos Legais Relacionados à Acessibilidade, Inclusão e Direitos das Pessoas Surdas	29
Quadro 6 - Documentos e Normativas Orientadores para a Promoção da Acessibilidade em Bibliotecas	33
Quadro 7 - Tecnologias Assistivas para o Atendimento e a Acessibilidade de Usuários Surdos	36

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Dúvidas Frequentes Sobre a Comunidade Surda	20
Figura 2 - Barreiras ao Acesso à Informação de Pessoas Surdas nas Bibliotecas	24
Figura 3 - Conheça o repositório TaSSIA	39
Figura 4 - Eixo 1: formação e desenvolvimento de competências	45
Figura 5 - Eixo 2: comunicação e atendimento acessível	47
Figura 6 - Eixo 3: acervo, materiais e conteúdos acessíveis	49
Figura 7 - Eixo 4: tecnologia assistiva e infraestrutura acessível	51
Figura 8 - Eixo 5: gestão, planejamento e políticas institucionais	53
Figura 9 - Eixo 6: divulgação, comunicação institucional e cultura inclusiva	55

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
PARTE I	13
2 CONCEITOS BÁSICOS	14
3 PESSOAS SURDAS: CULTURA, IDENTIDADE E COMUNICAÇÃO	18
3.1 Por que conhecer a comunidade surda é importante?	18
3.2 Contextualização histórica da comunidade surda	18
3.3 Entendendo a Surdez: termos que você precisa conhecer	19
3.4 Perfis comunicacionais de pessoas surdas e com deficiência auditiva	21
3.5 Barreiras enfrentadas por pessoas surdas	22
3.6 Direito à acessibilidade linguística	26
4 BASES HISTÓRICAS E NORMATIVAS DA ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO	28
5 O PAPEL DAS BIBLIOTECAS NA DEMOCRATIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO PARA USUÁRIOS SURDOS	32
6 PRINCIPAIS TECNOLOGIAS ASSISTIVAS ÚTEIS AO ATENDIMENTO DE USUÁRIOS SURDOS EM BIBLIOTECAS	35
7 O PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI) E O PLANEJAMENTO DA ACESSIBILIDADE NAS BIBLIOTECAS DO IFRJ	41
PARTE II	43
8 ORIENTAÇÕES PARA INCLUSÃO DE USUÁRIOS SURDOS NAS BIBLIOTECAS DO IFRJ	44
CONCLUSÃO	57
REFERÊNCIAS	58

1 INTRODUÇÃO

A promoção da acessibilidade e da inclusão em instituições públicas de ensino requer planejamento sistemático, ações contínuas e compromisso institucional com a equidade no acesso à informação e ao conhecimento. Nesse contexto, as bibliotecas assumem função estratégica, na medida em que se constituem como espaços privilegiados de mediação informacional e de apoio à formação acadêmica, devendo assegurar condições efetivas para que todos os usuários acessem serviços, ambientes e recursos com autonomia, segurança e participação plena. Entre os públicos que demandam atenção específica no planejamento institucional, sobressaem as pessoas surdas, cujas necessidades de acesso à informação envolvem dimensões linguísticas, culturais e comunicacionais que ultrapassam abordagens reducionistas da surdez como mera perda auditiva.

Considerando tais especificidades, este e-book foi elaborado a partir da dissertação de Mestrado Profissional intitulada “*Acessibilidade e inclusão de estudantes surdos nas bibliotecas: análise do Plano de Desenvolvimento Institucional do IFRJ*”, desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia da UNIRIO. O estudo teve como eixo central a análise do PDI 2024–2028 do IFRJ, buscando compreender de que modo o documento contempla a acessibilidade e a inclusão de estudantes surdos nas bibliotecas da instituição. À luz desse recorte, o material reúne reflexões e proposições orientadas à conversão de diretrizes institucionais amplas em ações concretas, planejadas e passíveis de incorporação às rotinas bibliotecárias.

O conteúdo foi estruturado com o propósito de apoiar gestores, bibliotecários, coordenadores e equipes técnicas no desenvolvimento de práticas acessíveis, inclusivas e sustentáveis, em alinhamento às políticas institucionais e às demandas contemporâneas da comunidade acadêmica. Para tanto, o material organiza-se em duas partes complementares. A primeira parte reúne fundamentos teóricos e contextuais acerca da deficiência e da acessibilidade, da cultura e identidade surda, bem como dos marcos normativos aplicáveis, do papel social das bibliotecas e do uso de tecnologias assistivas voltadas ao atendimento de usuários surdos. A segunda parte, por sua vez, sistematiza orientações práticas distribuídas em eixos temáticos, abrangendo formação e desenvolvimento de competências, gestão e planejamento,

políticas institucionais e o fortalecimento de uma cultura organizacional comprometida com a inclusão.

Ao adotar uma compreensão ampliada da acessibilidade, abrangendo dimensões física, comunicacional, informacional, atitudinal e tecnológica ou digital, este e-book reafirma que a inclusão de usuários surdos nas bibliotecas depende da mitigação de barreiras e da implementação de estratégias permanentes, integradas e coerentes com o cotidiano institucional. Ademais, este produto técnico apresenta potencial para favorecer o aprimoramento da etapa de diagnóstico institucional do PDI, sobretudo no âmbito das bibliotecas, ao sistematizar orientações voltadas à identificação de barreiras e ao planejamento de ações inclusivas direcionadas a usuários surdos. Dessa forma, espera-se que o material configure-se como instrumento de apoio à tomada de decisão e ao planejamento de serviços, contribuindo para que as bibliotecas do IFRJ avancem na consolidação de práticas comprometidas com a diversidade linguística e cultural, com a democratização da informação e com a efetivação do direito de todos ao conhecimento.

PARTE I

A Parte I deste e-book apresenta os fundamentos teóricos e contextuais necessários para compreender a acessibilidade e a inclusão de pessoas surdas nas bibliotecas do IFRJ. Ao longo dos capítulos, o leitor encontrará conceitos essenciais sobre deficiência e acessibilidade, discussões sobre cultura e identidade surda, panorama histórico e legal que sustenta os direitos das pessoas com deficiência, reflexões sobre o papel social das bibliotecas e a descrição de tecnologias assistivas úteis ao atendimento de usuários surdos. Essa primeira parte oferece a base conceitual que orienta as recomendações práticas apresentadas posteriormente, permitindo que gestores e bibliotecários planejem ações de forma consciente, fundamentada e alinhada às políticas institucionais.

2 CONCEITOS BÁSICOS

A compreensão das discussões propostas neste e-book exige o esclarecimento de alguns conceitos fundamentais relacionados à **deficiência** e à **acessibilidade**. Esses conceitos orientam a forma como o tema é abordado ao longo do material e servem de base para as análises e recomendações apresentadas nas seções seguintes.

Nesse sentido, o Quadro 1 reúne definições fundamentais, baseadas em marcos legais e referenciais teóricos contemporâneos, que ajudam o leitor a compreender a deficiência como resultado da interação entre as pessoas e as barreiras presentes nos ambientes sociais, informacionais e institucionais.

Quadro 1 - Conceitos Básicos Relacionados à Deficiência e à Acessibilidade

Conceito	Definição
Pessoa com Deficiência	Pessoa com deficiência é <i>“aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”</i> (Brasil, 2015, p. 1).
Pessoa com Mobilidade Reduzida	Pessoa com mobilidade reduzida é aquela <i>“que tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentar-se, permanente ou temporariamente, gerando redução efetiva da mobilidade, da flexibilidade, da coordenação motora ou da percepção”</i> (Brasil, 2004, p. 2).
Modelo Social da Deficiência	Paradigma contemporâneo das políticas públicas que compreende a deficiência não como uma característica intrínseca à pessoa, mas como resultado da interação entre suas condições e os obstáculos presentes no ambiente. Esses obstáculos são denominados BARREIRAS (Diniz, 2023).
Barreiras	<i>[...] IV - barreiras: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros [...]</i> , (Brasil, 2015, art. 3º, IV).

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

A partir desses conceitos gerais, torna-se necessário aprofundar a compreensão sobre as barreiras, uma vez que elas constituem um dos principais fatores que limitam o acesso, a permanência e a participação das pessoas com deficiência nos espaços educacionais e informacionais.

Nesse contexto, o Quadro 2, apresentado a seguir, reúne os diferentes tipos de barreiras e contribui para a identificação de obstáculos concretos, orientando o planejamento de ações voltadas à promoção da acessibilidade.

Quadro 2 - Tipos de Barreiras à Acessibilidade

Tipo de Barreira	Descrição
Barreiras Urbanísticas	Barreiras existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo.
Barreiras Arquitetônicas	Barreiras presentes nos edifícios públicos e privados que dificultam ou impedem o acesso, a circulação ou o uso dos espaços por pessoas com deficiência.
Barreiras nos Transportes	Barreiras existentes nos sistemas e nos meios de transporte que dificultam ou impedem o deslocamento seguro e autônomo das pessoas com deficiência.
Barreiras nas Comunicações e na Informação	Qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e informações por meio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação.
Barreiras Atitudinais	Atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas.
Barreiras Tecnológicas	Barreiras que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias e aos recursos digitais.

Fonte: Elaborado pela autora, com base na LBI (Brasil, 2015) (2026).

A superação de barreiras é possibilitada pela implementação de medidas de **acessibilidade**. A seguir, apresentam-se definições que envolvem a temática da acessibilidade.

Acessibilidade:

Descrita pela Lei Brasileira de Inclusão em seu artigo 3º, inciso I, como:

[...] possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos,

edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (Brasil, 2015, p.2).

Dimensões de Acessibilidade:

Conforme Diniz (2023), as dimensões da acessibilidade são:

- **Acessibilidade Arquitetônica:** eliminação de barreiras físicas em edificações, como rampas, corrimãos, elevadores e sinalização tátil, permitindo o acesso a todos os usuários;
- **Acessibilidade Urbanística:** adaptação de espaços públicos e de circulação urbana (ruas, calçadas, praças, parques) para garantir mobilidade segura e autônoma;
- **Acessibilidade nos Sistemas e Meios de Transportes:** adequação de veículos e sistemas de transporte (ônibus, metrô, terminais) para o uso seguro e confortável por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;
- **Acessibilidade na Comunicação e Informação:** garantia de que as informações (escritas, faladas, digitais, audiovisuais) sejam compreensíveis a todos, utilizando recursos como Libras, legendas, audiodescrição e linguagem simples;
- **Acessibilidade Atitudinal¹⁸:** eliminação de preconceitos, estigmas e discriminações sociais que impedem a participação plena das pessoas com deficiência na sociedade;

¹⁸ A acessibilidade atitudinal é fundamental para combater o capacitismo, pois promove a desconstrução de preconceitos e estereótipos, favorecendo a valorização da diversidade humana e o reconhecimento das pessoas com deficiência como sujeitos de direitos. O termo capacitismo refere-se a um sistema de crenças e atitudes que hierarquiza as pessoas com base em suas habilidades físicas, sensoriais, intelectuais ou mentais, atribuindo menor valor social às pessoas com deficiência e limitando sua autonomia e participação social (Sassaki, 2014).

- **Acessibilidade Tecnológica:** uso de tecnologias assistivas e a concepção de sistemas digitais acessíveis (websites, softwares, aplicativos), assegurando sua usabilidade por todos.

A seguir, apresentam-se outros conceitos importantes para o planejamento da acessibilidade e inclusão nas bibliotecas.

Biblioteca Inclusiva - Espaço que planeja serviços, acervos, atendimentos e ambientes considerando a diversidade humana, garantindo acesso equitativo à informação e participação plena de todos os usuários.

Tecnologia Assistiva (TA) - Conforme a Lei 13.146/2015, art. 3º, III é uma expressão utilizada para identificar todos os *“produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, prática e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social”* (Brasil, 2015).

Desenho Universal (DU) - Conceito que prevê que espaços, produtos, materiais e serviços sejam projetados para serem utilizados pelo maior número de pessoas possível, sem necessidade de adaptações posteriores.

3 PESSOAS SURDAS: CULTURA, IDENTIDADE E COMUNICAÇÃO

3.1 Por que conhecer a comunidade surda é importante?

Para oferecer serviços inclusivos, gestores e bibliotecários do IFRJ precisam compreender quem são as pessoas surdas, como se comunicam e quais barreiras, frequentemente, enfrentam em ambientes educacionais. A surdez não se resume à perda auditiva: envolve dimensões linguísticas, culturais, identitárias e sociais que influenciam diretamente a forma como essas pessoas acessam, compreendem e utilizam a informação.

Assim, conhecer essa realidade, permite interpretar demandas de maneira mais precisa, planejar atendimentos adequados e construir ambientes acessíveis e acolhedores.

3.2 Contextualização histórica da comunidade surda

A trajetória da comunidade surda é marcada por profundas mudanças na forma como a sociedade entende a surdez. Durante muito tempo, predominou a ideia de que a pessoa surda precisava ser “corrigida”, o que levou à adoção do método oralista, que proibia o uso da língua de sinais e priorizava a fala exclusivamente. Como consequência, muitos surdos não tiveram acesso à Libras, desenvolveram códigos caseiros e enfrentaram dificuldades na aquisição da língua portuguesa.

No final do século XX, inicia-se uma mudança significativa: a surdez passa a ser reconhecida como uma diferença linguística e cultural. A Libras conquista reconhecimento legal (Lei nº 10.436/2002) e sua presença torna-se obrigatória nos sistemas educacionais e em serviços públicos (Decreto nº 5.626/2005). Essas conquistas consolidam o entendimento da pessoa surda como sujeito de direitos, com modos próprios de comunicação e de construção do conhecimento.

Compreender esse percurso histórico ajuda a explicar a diversidade de perfis linguísticos entre pessoas surdas e reforça a importância da comunicação visual de materiais acessíveis e da valorização da Cultura Surda nos serviços das bibliotecas do IFRJ.

3.3 Entendendo a Surdez: termos que você precisa conhecer

A surdez envolve aspectos linguísticos, culturais e educacionais que nem sempre são evidentes no cotidiano das bibliotecas. Conhecer esses conceitos é essencial para evitar equívocos e planejar ações mais inclusivas.

A seguir, são apresentados conceitos fundamentais para compreender a surdez e apoiar a construção de práticas bibliotecárias mais inclusivas.

Quadro 3 - Conceituações Básicas sobre Surdez, Cultura e Linguagem

Conceito	Definição
Pessoa Surda	Considera-se pessoa surda “aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais – Libras” (Brasil, 2005, p. 1).
Deficiência Auditiva	Considera-se deficiência auditiva “a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz” (Brasil, 2005, p. 1).
Cultura Surda	“[...] é a vida que os sujeitos surdos levam; as suas conversas diárias, as lições que ensinam entre si, as suas artes, os seus desempenhos e os seus mitos compartilhados, o seu jeito de mudar o mundo, de entendê-lo e de viver nele” (Strobel, 2013 apud Miranda, 2015, p. 50).
Comunidade Surda	Grupo social formado por pessoas surdas que compartilham a língua de sinais, modos de vida baseados na experiência visual e elementos culturais próprios.
Identidade Surda	Forma como a pessoa surda reconhece-se no mundo a partir de sua experiência visual, do uso da língua de sinais e da participação em uma comunidade com valores e práticas próprias.
Língua Brasileira de Sinais (Libras)	Entende-se como Libras “a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil” (Brasil, 2002, p. 1).

Fonte: Elaborado pela autora, com base em Brasil (2002; 2005) e Strobel (2013 apud Miranda, 2015) (2026).

Após a apresentação desses conceitos, é importante reconhecer que, na prática, ainda existem muitas dúvidas sobre quem são as pessoas surdas e como elas se comunicam. Para apoiar a compreensão e desfazer ideias equivocadas que podem interferir no atendimento e na convivência, a ilustração a seguir reúne perguntas

frequentes sobre a comunidade surda, acompanhadas de respostas objetivas e esclarecedoras. Esse recurso busca tornar a informação mais visual e acessível, contribuindo para interações mais respeitosas, acolhedoras e alinhadas aos princípios de acessibilidade.

Figura 1 - Dúvidas Frequentes Sobre a Comunidade Surda



Fonte: Elaboração própria (2026).

[Audiodescrição] Imagem em formato vertical, com fundo claro, organizada como um infográfico informativo. No topo, há uma faixa verde em formato de banner com o título em letras brancas e maiúsculas: “DÚVIDAS FREQUENTES SOBRE A COMUNIDADE SURDA”. Abaixo do título, a imagem apresenta sete blocos horizontais, cada um com uma pergunta e uma resposta curta. Os blocos alternam cores entre verde, laranja e azul e cada pergunta é acompanhada por um ícone ilustrativo à esquerda. Primeiro bloco (verde): Ícone de uma mão estilizada representando Libras. Texto: “Todo surdo usa Libras?” Resposta em destaque: “Não.” Texto complementar: “Nem toda pessoa surda utiliza a Libras. Cada pessoa surda é única.” Segundo bloco (laranja): Ícone com três pessoas juntas. Texto: “‘Surdo’ é tudo igual?” Resposta: “Não.” Texto complementar: “Pessoas surdas são diversas, com identidades e formas de comunicação distintas.” Terceiro bloco (azul): Ícone de uma orelha com um ponto de interrogação. Texto: “A surdez é só ausência de audição?” Resposta: “Não.” Texto complementar: “A surdez envolve aspectos linguísticos, culturais e sociais.” Quarto bloco (laranja): Ícone de um bloco de notas com lápis. Texto: “Pessoas surdas preferem comunicação escrita?” Resposta: “Nem sempre.” Texto complementar: “A escrita pode ser útil, mas nem todos a preferem.” Quinto bloco (verde): Ícone de um perfil de cabeça com ondas sonoras. Texto: “‘Deficiente auditivo’ é sempre correto?” Resposta: “Não necessariamente.” Texto complementar: “O termo correto depende da identificação de cada pessoa.” Sexto bloco (azul): Ícone de boca e olho, representando leitura labial. Texto: “Leitura labial resolve a comunicação?” Resposta: “Não.” Texto complementar: “A leitura labial é limitada e nem sempre eficaz.” Sétimo bloco (laranja): Ícone de dois balões de conversa. Texto: “Qual a melhor forma de comunicar?” Resposta: “Pergunte à pessoa surda como ela prefere se comunicar.”

As respostas apresentadas acima ajudam a desfazer concepções equivocadas sobre a surdez e mostram que não existe um único “perfil” de pessoa surda. Essa diversidade expressa-se, sobretudo, nas formas de comunicação, que variam conforme a trajetória de vida, o acesso à educação bilíngue, o uso de tecnologias assistivas e as experiências sociais.

3.4 Perfis comunicacionais de pessoas surdas e com deficiência auditiva

O atendimento a pessoas surdas e com deficiência auditiva exige sensibilidade, planejamento e conhecimento sobre as diferentes formas de comunicação utilizadas por esses públicos. Considerar tais especificidades contribui para práticas mais inclusivas e eficazes nas bibliotecas.

Com o intuito de apoiar o planejamento de atendimentos mais adequados e acolhedores, o Quadro 4, a seguir, descreve diferentes perfis comunicacionais de pessoas surdas e com deficiência auditiva, destacando elementos que podem orientar a mediação da informação e a escolha de estratégias acessíveis.

Quadro 4 - Perfis Comunicacionais de Pessoas Surdas e com Deficiência Auditiva

Perfil Comunicacional	Descrição
Surdos Sinalizantes	Pessoas surdas que utilizam a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como principal meio de comunicação. Compreendem melhor informações apresentadas de forma visual.
Surdos Oralizados	Pessoas surdas que se comunicam, predominantemente, por meio da língua oral (português falado). Podem utilizar leitura labial, aparelhos auditivos ou implante coclear, mas ainda enfrentam dificuldades em ambientes ruidosos ou com fala rápida.
Surdos Não-Oralizados	Pessoas surdas que não utilizam a fala como principal forma de comunicação. Podem recorrer à Libras ou a outras formas visuais para compreender e interagir.
Surdocegos	Pessoas com surdocegueira (perda combinada da audição e da visão), que utilizam sistemas específicos de comunicação, como Libras Tátil, comunicação tátil ou objetos de referência.
Surdos Bilíngues	Pessoas surdas que utilizam tanto a língua de sinais quanto a língua oral em diferentes contextos comunicacionais.
Surdos Usuários de Aparelhos Auditivos	Pessoas com perda auditiva que utilizam aparelhos auditivos ou implante coclear para amplificação sonora, mas que podem ter dificuldades com ruídos, avisos sonoros ou conversas à distância.
Surdos Usuários de Códigos Domésticos	Pessoas surdas que não dominam a Libras nem a língua oral e se comunicam por meio de gestos próprios, geralmente, desenvolvidos no ambiente familiar.
Pessoas com Deficiência Auditiva Leve ou Moderada	Indivíduos com perda auditiva que, com o uso de aparelhos auditivos ou implante coclear, conseguem perceber sons e compreender a fala, ainda que com limitações.

Fonte: Adaptado pela autora (2026), baseado em Lobato (2011); Chaves; Rocha; Castro (2022); Vergamini [s.d.].

3.5 Barreiras enfrentadas por pessoas surdas

As pessoas surdas enfrentam, em diferentes contextos sociais, educacionais e institucionais, diversas barreiras que limitam sua participação plena e o exercício de seus direitos. Essas barreiras não decorrem da surdez em si, mas da forma como os ambientes, as informações e as interações sociais são organizadas, muitas vezes, sem considerar a diversidade linguística e comunicacional desse grupo.

Entre as barreiras mais recorrentes enfrentadas pelas pessoas surdas, destacam-se:

- **Barreiras comunicacionais:** ausência de uso da Língua Brasileira de Sinais (Libras), falta de intérpretes, inexistência de legendas, sinalização inadequada e escassez de recursos visuais que apoiem a comunicação.
- **Barreiras informacionais:** textos excessivamente complexos, linguagem inacessível, conteúdos disponibilizados apenas em língua portuguesa escrita e materiais sem apoio visual ou tradução para Libras.
- **Barreiras atitudinais:** preconceitos, desconhecimento sobre a cultura e a identidade surda, atitudes capacitistas e suposições equivocadas sobre as capacidades das pessoas surdas.
- **Barreiras tecnológicas:** sistemas digitais e plataformas sem recursos de acessibilidade, como ausência de legendas, baixo contraste visual, incompatibilidade com tecnologias assistivas e falta de tradução em Libras.

No contexto das bibliotecas, essas barreiras podem assumir formas concretas e interferir no acesso à informação e ao conhecimento das pessoas surdas. Quando os serviços, os acervos e os espaços informacionais não são planejados considerando a diversidade comunicacional, a biblioteca deixa de cumprir plenamente seu papel social e educativo. As barreiras comunicacionais dificultam o atendimento no balcão, a orientação sobre o uso dos serviços, a participação em atividades culturais e educativas e a medição da informação. As barreiras informacionais comprometem a compreensão de normas, regulamentos, catálogos, tutoriais e conteúdos digitais, limitando a autonomia dos usuários surdos. As barreiras atitudinais, por sua vez, geram constrangimento, insegurança e afastamento do espaço bibliotecário, enquanto as barreiras tecnológicas restringem o acesso a sistemas informatizados, bases de dados, sites e serviços on-line da biblioteca. A Figura 2 ilustra, de maneira sintetizada, como esses diferentes tipos de barreira manifestam-se no ambiente das bibliotecas.

Figura 2 - Barreiras ao Acesso à Informação de Pessoas Surdas nas Bibliotecas



Fonte: Elaboração própria (2026).

[Audiodescrição] Imagem em formato vertical, com fundo claro, organizada como um infográfico educativo sobre acessibilidade em bibliotecas. No topo, em letras grandes e azuis, lê-se o título: “Barreiras que podem impactar o acesso à informação de pessoas surdas nas bibliotecas”. Abaixo do título, há uma linha horizontal azul separando o cabeçalho do conteúdo. O infográfico está dividido em quatro grandes blocos coloridos, dispostos de cima para baixo, conectados

por setas que indicam continuidade. No primeiro bloco – Barreiras Comunicacionais (azul): Faixa superior azul-escuro com o título “BARREIRAS COMUNICACIONAIS”. Logo abaixo, em azul claro: “Onde ocorrem: atendimento, orientação e mediação”. Lista de itens com ícones de marca de verificação: Dificuldade no atendimento no balcão, Falta de orientação acessível sobre os serviços, Participação limitada em atividades culturais, Mediação da informação sem Libras. Na parte inferior do bloco, uma faixa azul escura com o texto: “Efeito: Dificulta a comunicação e reduz a participação.” À direita do bloco, há uma ilustração em azul de duas pessoas em um balcão de atendimento; uma delas faz um gesto com a mão próximo ao rosto, sugerindo dificuldade de comunicação. No segundo bloco – Barreiras Informacionais (verde): Faixa superior verde com o título “BARREIRAS INFORMACIONAIS”. Abaixo: “Onde ocorrem: normas, catálogos e conteúdos”. Lista com marcas de verificação: Textos longos e linguagem técnica, Catálogos e tutoriais pouco intuitivos, Conteúdos digitais sem apoio visual. Na base do bloco, faixa verde escura com o texto: “Efeito: Limita a compreensão e reduz a autonomia.” À direita, uma ilustração de documentos e telas com linhas representando textos. No terceiro bloco – Barreiras Atitudinais (laranja): Faixa superior laranja com o título “BARREIRAS ATITUDINAIS”. Texto explicativo: “Onde ocorrem: nas relações e no atendimento”. Lista com marcas de verificação: Preconceitos sobre a surdez, Suposições equivocadas, atendimentos inadequados. Na parte inferior, faixa laranja escura com o texto: “Efeito: Gera constrangimento e afastamento.” À direita, ilustração em tons de laranja de duas pessoas frente a frente, com expressões tensas, sugerindo conflito ou incompreensão. Quarto bloco – Barreiras Tecnológicas (vermelho): Faixa superior vermelha com o título “BARREIRAS TECNOLÓGICAS”. Texto: “Onde ocorrem: sistemas e serviços digitais”. Lista com marcas de verificação: Sistemas sem acessibilidade, Sites sem legendas ou Libras, Serviços online inacessíveis. Na base, faixa vermelha escura com o texto: “Efeito: Restringe o acesso à informação.” À direita, ilustração de um computador e um smartphone, representando ambientes digitais. No rodapé: Na parte inferior da imagem, há um quadro em tom amarelo-claro com borda destacada, contendo o texto final: “Quando essas barreiras não são enfrentadas, o acesso à informação é comprometido e a biblioteca deixa de cumprir seu papel inclusivo e democrático.” De modo geral, a presença e a sobreposição dessas barreiras podem comprometer a permanência, a participação e a apropriação do conhecimento pelas pessoas surdas, enfraquecendo o papel da biblioteca como espaço de inclusão, democratização da informação e promoção da cidadania. Diante desse cenário, torna-se essencial que gestores e bibliotecários reconheçam esses impactos e incorporem a acessibilidade e a inclusão ao planejamento de suas ações, em consonância com o compromisso institucional com a equidade e com o direito de todos ao acesso à informação.

De modo geral, a presença e a sobreposição dessas barreiras podem comprometer a permanência, a participação e a apropriação do conhecimento pelas pessoas surdas, enfraquecendo o papel da biblioteca como espaço de inclusão, democratização da informação e promoção da cidadania. Diante desse cenário, torna-se essencial que gestores e bibliotecários reconheçam esses impactos e incorporem a acessibilidade e a inclusão ao planejamento de suas ações, em consonância com o compromisso institucional com a equidade e com o direito de todos ao acesso à informação.

3.6 Direito à acessibilidade linguística

No Brasil, as pessoas surdas têm o direito de acessar informações, serviços e ambientes em condições de igualdade assegurado por lei. A Língua Brasileira de Sinais (Libras) é reconhecida como meio legal de comunicação e expressão, o que garante às pessoas surdas o uso de sua língua natural em diferentes contextos sociais, educacionais e institucionais (Brasil, 2002).

Esse direito é detalhado pelo Decreto nº 5.626/2005, que estabelece a obrigatoriedade de garantir condições adequadas de comunicação, como o uso da Libras, a disponibilização de intérpretes e o acesso à informação em formatos acessíveis às pessoas surdas (Brasil, 2005). Além disso, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) reforça que a acessibilidade comunicacional e informacional é um direito fundamental e deve ser assegurada por meio da eliminação de barreiras e do uso de recursos e tecnologias assistivas (Brasil, 2015).

Na prática, a acessibilidade linguística significa garantir que as pessoas surdas possam compreender informações, expressar-se em sua própria língua e participar de atividades com autonomia e segurança. Isso inclui o acesso a conteúdos em Libras, o uso de legendas em materiais audiovisuais, a presença de intérpretes quando necessário e a oferta de informações em formatos visuais e digitais acessíveis.

Logo, promover a acessibilidade linguística não é apenas cumprir a legislação, mas reconhecer a diversidade linguística da sociedade e assegurar que as pessoas surdas tenham seus direitos respeitados. Ao eliminar barreiras comunicacionais e informacionais, ampliam-se as possibilidades de participação social, educacional e cultural, fortalecendo a cidadania e a inclusão.

Por que esses conceitos importam na prática das bibliotecas?

Compreender esses conceitos permite que bibliotecários e gestores:

- identifiquem necessidades específicas dos usuários surdos;
- planejem atendimentos mais eficazes e acolhedores;
- evitem práticas que reforcem barreiras comunicacionais;
- desenvolvam materiais acessíveis e adequados ao público;

- promovam serviços alinhados à legislação e às políticas inclusivas do IFRJ;
- fortaleçam o compromisso institucional com a equidade e a democratização da informação.

Em outras palavras, conhecer quem são as pessoas surdas, suas formas de comunicação e suas experiências sociais é o primeiro passo para construir bibliotecas verdadeiramente inclusivas, que acolham a diversidade linguística e promovam autonomia, participação e acesso pleno à informação.

4 BASES HISTÓRICAS E NORMATIVAS DA ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

A construção da acessibilidade e da inclusão no Brasil é resultado de um processo que se desenvolveu ao longo de décadas, impulsionado por movimentos sociais, mudanças na forma de enxergar a deficiência e avanços importantes nas políticas públicas. Durante muitos anos, a deficiência foi tratada apenas como um problema individual, algo que precisava ser corrigido. Essa visão, conhecida como modelo médico, deixava de considerar que grande parte das dificuldades enfrentadas pelas pessoas com deficiência (incluindo as pessoas surdas) é causada não pelo corpo, mas pelas barreiras presentes nos espaços, nas informações e nas atitudes das pessoas.

A partir das décadas de 1970 e 1980, com o fortalecimento de movimentos de direitos humanos, começou-se a ganhar espaço o modelo social da deficiência. Ele afirma que a exclusão ocorre, principalmente, por causa das barreiras criadas pela sociedade e não por limitações individuais. Essa mudança foi decisiva para que o Brasil passasse a desenvolver políticas de inclusão mais amplas, voltadas à eliminação dessas barreiras.

Um grande marco desse processo é a Constituição Federal de 1988, que estabeleceu a inclusão como um direito e determinou que o Estado deve garantir educação de qualidade para todos. A partir desse documento, foram criadas leis e normas que orientam como as instituições públicas, entre elas as bibliotecas, devem assegurar condições de acesso e participação às pessoas com deficiência.

No que se refere especificamente à população surda, esse arcabouço normativo é composto tanto por legislações próprias, como aquelas que reconhecem e regulamentam o uso da Libras, quanto por normas de caráter geral que, ao tratarem da acessibilidade e dos direitos das pessoas com deficiência, também, asseguram proteção e garantias às pessoas surdas. O conjunto dessas normas constitui a base legal que fundamenta o direito à acessibilidade linguística, à eliminação de barreiras comunicacionais e informacionais e à participação plena das pessoas surdas nos diferentes espaços sociais.

O Quadro 5 reúne os principais instrumentos legais que estruturam a política nacional de direitos das pessoas com deficiência e que amparam, de forma direta ou indireta, os direitos das pessoas surdas no Brasil¹⁹.

Quadro 5 - Principais Instrumentos Legais Relacionados à Acessibilidade, Inclusão e Direitos das Pessoas Surdas

Lei	Ano	Descrição
Constituição Federal (Art. 205 e Art. 208)	1988	Garante o direito à educação e à inclusão escolar das pessoas com deficiência.
Lei 7.853	1989	Dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiência e a integração social delas, abrangendo educação, saúde, trabalho e assistência.
Decreto 3.298 (Regulamenta Lei 7.853)	1999	Regulamenta a Lei 7.853, instituindo a Política Nacional para Integração da Pessoa com Deficiência.
Lei 10.048	2000	Estabelece atendimento prioritário às pessoas portadoras de deficiência.
Lei 10.098 (Lei da Acessibilidade)	2000	Define normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade às pessoas com deficiência.
Lei 10.436 (Língua Brasileira de Sinais - Libras)	2002	Reconhece a Libras como meio legal de comunicação e expressão das pessoas surdas.
Decreto 5.626	2005	Regulamenta a Lei de Libras, garantindo sua inclusão nos sistemas educacionais e a formação de intérpretes.
Decreto 6.949	2009	Promulga a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU no Brasil, com força de emenda constitucional.
Lei no 11.796	2008	Institui o Dia Nacional dos Surdos.
Decreto no 7.612	2011	Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência
Lei 12.764 (Lei Berenice Piana)	2012	Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.
Lei 13.146 (Lei Brasileira de Inclusão - LBI)	2015	Conhecida, também, como Estatuto da Pessoa com Deficiência, assegura a inclusão plena e os direitos das pessoas com deficiência.
Lei 13.409	2016	Garante a reserva de vagas para pessoas com deficiência em instituições federais de ensino superior.
Decreto 9.508	2018	Regulamenta a reserva de vagas para pessoas com deficiência em concursos públicos da administração pública federal.
Lei 13.825	2019	Altera a Lei 8.742/1993 para incluir o Benefício de Prestação Continuada (BPC) para pessoas com deficiência.
Lei 14.019	2020	Institui a obrigatoriedade da acessibilidade em prédios públicos e privados, promovendo a inclusão das pessoas com deficiência.

(continua)

¹⁹ Embora nem todas as normas apresentadas sejam específicas para as pessoas surdas, todas elas contribuem para a garantia de direitos, acessibilidade e inclusão desse grupo, especialmente no que se refere à eliminação de barreiras comunicacionais, informacionais e atitudinais. As legislações específicas, como a Lei de Libras e a Lei da Educação Bilíngue de Surdos, dialogam diretamente com normas de caráter geral, formando um arcabouço integrado de proteção e promoção dos direitos das pessoas surdas.

Quadro 5 - Principais Instrumentos Legais Relacionados à Acessibilidade, Inclusão e Direitos das Pessoas Surdas (continuação)

Lei 14.191	2021	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos.
------------	------	---

Fonte: Elaborado pela autora com base na legislação mencionada (2026).

Além das normas nacionais, o Brasil adotou, também, documentos internacionais relevantes, como a Declaração de Salamanca (1994), da UNESCO, que defende que todas as escolas devem acolher todos os estudantes, com e sem deficiência, e promover ambientes inclusivos. Esses princípios influenciam diretamente o modo como bibliotecas acadêmicas devem planejar seus espaços, serviços e atendimentos.

Por que essas informações importam para bibliotecários e gestores do IFRJ?

Para que ações de acessibilidade realmente funcionem, é fundamental que gestores e bibliotecários conheçam essas leis e diretrizes. Isso porque:

- **Bibliotecários** precisam saber quais direitos devem ser assegurados no atendimento, na organização dos serviços e na comunicação com os usuários.
- **Gestores** precisam garantir que o planejamento institucional — especialmente o PDI — inclua metas e recursos para a acessibilidade;

Outrossim, conhecer o arcabouço legal é o que permite justificar demandas, orientar decisões e priorizar ações de maneira consistente. Esse entendimento evita improvisações, fortalece a tomada de decisões e garante que as práticas adotadas estejam alinhadas às responsabilidades institucionais do IFRJ.

Logo, o conjunto de leis, políticas públicas e documentos nacionais e internacionais forma o alicerce que orienta a inclusão no Brasil e define os compromissos das instituições públicas. Para gestores e bibliotecários do IFRJ, apropriar-se desse arcabouço normativo é fundamental para planejar ambientes, serviços e práticas realmente acessíveis. Esse conhecimento permite eliminar barreiras, promover autonomia, oferecer atendimento adequado às pessoas surdas e

assegurar que o direito de acesso à informação seja plenamente garantido a todos os usuários.

5 O PAPEL DAS BIBLIOTECAS NA DEMOCRATIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO PARA USUÁRIOS SURDOS

As bibliotecas evoluíram de espaços restritos a ambientes dedicados ao acesso universal ao conhecimento. Se em seus primeiros formatos eram ambientes destinados a elites letradas, ao clero ou a grupos restritos, a história das bibliotecas modernas consolidou a ideia de que o acesso ao conhecimento é um direito de todos. No IFRJ, essa democratização pressupõe que todos os usuários, incluindo a comunidade surda, encontrem condições reais para utilizar serviços, recursos e ambientes de forma plena e autônoma. Democratizar informação significa remover barreiras, ampliar possibilidades de participação e garantir que diferentes modos de comunicação e acesso ao conhecimento sejam reconhecidos e atendidos.

Para o usuário surdo, isso implica assegurar acessibilidade comunicacional como princípio estruturante. A biblioteca deve oferecer condições que permitam ao sujeito surdo acessar, compreender e interagir com a informação em sua língua e por meio de recursos visuais adequados. Isso demanda ações consistentes, planejadas e contínuas, integradas ao funcionamento cotidiano da biblioteca e não medidas isoladas.

Essa perspectiva está alinhada a compromissos institucionais e globais, como a Agenda 2030 da ONU, que orienta a construção de ambientes educacionais inclusivos, reduz desigualdades e fortalece instituições públicas. Para o IFRJ, isso significa que a atuação de gestores e bibliotecários deve assegurar a participação de usuários surdos de forma qualificada e equitativa, reforçando o papel social e formativo das bibliotecas.

Para alcançar esse objetivo, é necessário planejar ações de acessibilidade comunicacional, capacitar as equipes, mapear barreiras existentes e implementar estratégias permanentes de inclusão. A biblioteca deve contemplar diferentes formas de acesso à informação (como Libras, recursos visuais, materiais acessíveis e mediação bilíngue) e garantir que essas modalidades estejam presentes em seus serviços.

Nesse processo, o uso de instrumentos normativos e técnicos é essencial. Eles orientam o atendimento, a organização do acervo, a mediação cultural e os serviços digitais, oferecendo parâmetros claros para que bibliotecários e gestores atuem com segurança e qualidade.

Com o objetivo de oferecer subsídios iniciais às bibliotecas do IFRJ, o quadro 6 apresenta alguns documentos e normativas nacionais e internacionais que oferecem

orientações técnicas e metodológicas para a prática bibliotecária no campo da acessibilidade. Essa seleção não tem a pretensão de esgotar todas as referências existentes, mas de indicar um norte inicial que possa apoiar o planejamento, a reflexão e a qualificação dos serviços, servindo como ponto de partida para o aprofundamento e a adoção de outras diretrizes conforme as necessidades institucionais.

Quadro 6 - Documentos e Normativas Orientadores para a Promoção da Acessibilidade em Bibliotecas

Âmbito	Documento/Normativa	O que oferece ao bibliotecário
Nacional	NBR 9050 – Acessibilidade a edificações, no mobiliário, espaços e em equipamentos urbanos - (ABNT)	Parâmetros técnicos para circulação, mobiliário, sinalização e adequação de ambientes usados pelo público.
Nacional	NBR 15599 – Acessibilidade na comunicação - (ABNT)	Recomendações sobre comunicação acessível, materiais informacionais e orientações de mediação para diferentes públicos.
Nacional	Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) - BRASIL. Ministério da Cultura; Ministério da Educação.	Diretrizes que inserem a acessibilidade como fundamento das políticas de leitura e das práticas bibliotecárias.
Internacional	Diretrizes para Serviços de Biblioteca para Surdos (DSBS) - IFLA	Orientações essenciais para atender às necessidades específicas da população surda, promovendo a acessibilidade de forma ampla e integrada.
Internacional	Diretrizes da IFLA para Tornar as Bibliotecas Acessíveis para Pessoas com Deficiência - IFLA	Recomendações para adequar espaços, serviços e acervos às necessidades de usuários com diferentes deficiências, orientando práticas de acessibilidade física, comunicacional, tecnológica e atitudinal na biblioteca. ²⁰
Internacional	Para bibliotecários: este e-book inclui informações destinadas a bibliotecários que trabalham com usuários surdos ou com deficiência auditiva, ou com acervos relacionados à surdez - GALLAUDET UNIVERSITY	Orientações práticas para comunicação, mediação e adaptação de serviços de biblioteca voltados à comunidade surda, com foco em atendimento em Língua de Sinais, uso de recursos visuais e integração de acervos relacionados à surdez.
Internacional	Surdos ou Pessoas com Deficiência Auditiva - AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION (ALA)	Orientações práticas para atendimento de usuários surdos ou com deficiência auditiva, abrangendo comunicação acessível (Língua de Sinais, escrita, videofone), adaptação de serviços virtuais e presenciais, e formação de equipes para reconhecer e responder às necessidades desse público.

Fonte: Elaborado pelo(a) autor(a) (2026).

²⁰ A temática direcionada às pessoas surdas é tratada no capítulo 7 do referido documento.

Para os **bibliotecários**, esses materiais são essenciais porque apoiam o trabalho diário de mediação, atendimento, organização de acervos e oferta de serviços que atendam à diversidade de modos de acessar e compreender a informação. Promover acessibilidade significa criar condições reais de autonomia informacional para cada usuário, independentemente de suas características físicas, sensoriais, cognitivas ou linguísticas. Em última instância, democratizar a informação é democratizar direitos e o bibliotecário é agente central para que isso se concretize de forma efetiva no cotidiano da biblioteca.

Já para os **gestores**, esses documentos são fundamentais porque orientam a incorporar a acessibilidade como eixo estrutural da democratização da informação, fortalecendo o compromisso institucional com inclusão, permanência e justiça social. Ao investir em acessibilidade, o IFRJ amplia oportunidades, reduz desigualdades e cumpre sua missão pública, garantindo que todos os estudantes e servidores participem da vida acadêmica em condições equitativas.

Dessa forma, a democratização da informação para usuários surdos nas bibliotecas do IFRJ envolve ações contínuas e integradas, que vão além de iniciativas pontuais. Ao adotar a acessibilidade comunicacional como referência, gestores e bibliotecários podem qualificar serviços e fortalecer a biblioteca como espaço de formação e inclusão. O reconhecimento da importância da Libras, dos recursos visuais e da redução de barreiras comunicacionais contribui para ambientes mais acessíveis e para a ampliação da autonomia dos usuários. Assim, a biblioteca configura-se como um espaço que busca favorecer participação, pertencimento e práticas institucionais mais inclusivas.

6 PRINCIPAIS TECNOLOGIAS ASSISTIVAS ÚTEIS AO ATENDIMENTO DE USUÁRIOS SURDOS EM BIBLIOTECAS

A tecnologia assistiva compreende um conjunto de recursos, dispositivos, softwares e serviços desenvolvidos para promover autonomia, ampliar habilidades e remover barreiras enfrentadas por pessoas com deficiência. No caso de usuários surdos ou com deficiência auditiva, essas tecnologias desempenham um papel fundamental ao apoiar a comunicação, favorecer o acesso à informação e garantir a participação plena em ambientes educacionais, culturais e sociais.

Nas bibliotecas, esses recursos assumem importância estratégica. Como instituições dedicadas ao acesso universal ao conhecimento, as bibliotecas devem assegurar que todos os usuários possam interagir com seus serviços, acervos e espaços de forma igualitária. O uso de tecnologia assistiva voltada para usuários surdos facilita a comunicação no atendimento, amplia a compreensão de conteúdos informacionais, reduz a necessidade de intermediários e contribui para uma experiência de uso mais inclusiva, acolhedora e autônoma.

Em adição, a disponibilização de tecnologias acessíveis demonstra alinhamento às legislações de acessibilidade, reforça o papel social da biblioteca e evidencia uma gestão comprometida com inovação e responsabilidade social. Investir nesses recursos permite, também, que as bibliotecas acompanhem as transformações tecnológicas e respondam de maneira mais eficiente às necessidades reais de seus diversos públicos.

A seguir, são apresentadas tecnologias assistivas que podem ser adotadas para o atendimento de usuários surdos. A relação reúne recursos gratuitos e pagos, acompanhados de suas finalidades e de possíveis aplicações, com o objetivo de ampliar as possibilidades de comunicação, de acesso à informação e de autonomia desse público. Na sequência, o quadro 7 apresenta alguns documentos e normativas nacionais e internacionais que oferecem orientações técnicas e metodológicas para a promoção da acessibilidade. Essa seleção não tem a pretensão de esgotar todas as referências existentes, mas de indicar recursos e diretrizes cujo uso pode e deve ser considerado no planejamento da acessibilidade, apoiando a tomada de decisões e a qualificação progressiva dos serviços oferecidos.

Quadro 7 - Tecnologias Assistivas para o Atendimento e a Acessibilidade de Usuários Surdos

Tecnologia Assistiva²¹	Função Tecnológica	Descrição/Finalidade	Perfil de Comunicação do Usuário	Benefício para o Usuário	Exemplos de Aplicação na Biblioteca	Custo
VLibras (Avatar)	Tradução automática para LIBRAS	Suite gratuita do governo federal para traduzir textos, vídeos e sites para LIBRAS.	Usuários fluentes em LIBRAS; comunidade surda brasileira.	Acesso amplo a conteúdos digitais e informativos.	Terminais com VLibras; site da biblioteca acessível; tradução de documentos.	Gratuito
Hand Talk (Avatar)	Tradução automática para LIBRAS	Traduz textos e áudios para LIBRAS com avatar digital; solução brasileira.	Usuários que usam LIBRAS como primeira língua.	Compreensão de conteúdos textuais e informativos; navegação acessível.	Atendimento ao usuário; acessibilidade do site; tradução de avisos e cartazes.	Gratuito/Pago
ProDeaf (Avatar)	Tradução fala/texto para LIBRAS	App brasileiro que traduz voz e texto para LIBRAS usando avatar.	Usuários que usam LIBRAS como primeira língua.	Mediação rápida entre falantes ouvintes e usuários surdos.	Atendimento individual, balcão de referência, comunicação diária.	Gratuito (<i>versão básica</i>)
Rybená (Avatar)	Tradução profissional para LIBRAS / acessibilidade audiovisual	Plataforma brasileira com intérpretes humanos e soluções de acessibilidade e para vídeos.	Usuários que usam LIBRAS e dependem de interpretação humana para melhor precisão.	Traduções mais fiéis e naturais; maior clareza em conteúdos complexos.	Acessibilizar vídeos informativos; campanhas da biblioteca; eventos gravados.	Pago
Livros, textos e dicionários digitais em língua de sinais	Acesso a conteúdo em língua de sinais	Plataformas digitais que apresentam livros, textos, vídeos, verbetes e sinais em LIBRAS ou outras línguas de sinais; podem incluir animações, vídeos, glossários e dicionários visuais.	Usuários que usam língua de sinais como primeira língua; estudantes de LIBRAS; pessoas que aprendem sinais.	Acesso direto ao conteúdo na língua natural do usuário; maior compreensão; autonomia no estudo.	Acervo digital acessível; leitura em tablets/computadores; apoio em cursos, oficinas e orientação ao usuário surdo; consulta rápida de sinais durante atendimento.	Gratuito/Pago
Live Transcribe (Google)	Transcrição automática de fala	Transcreve fala em tempo real para texto em tela (Android).	Usuários que preferem leitura textual; surdos oralizados	Compreensão imediata do que é falado; autonomia no atendimento.	Atendimento no balcão; orientação sobre serviços; reuniões rápidas.	Gratuito

²¹ Algumas das tecnologias assistivas apresentadas neste quadro utilizam recursos de **inteligência artificial (IA)**, especialmente, aquelas voltadas à tradução automática para Libras e à transcrição e legendagem de fala em tempo real, como **VLibras**, **Hand Talk**, **ProDeaf**, **Live Transcribe**, **Ava**, **Web Captioner** e sistemas de **legendagem automática (closed caption)**. Essas soluções empregam técnicas de reconhecimento de fala, processamento de linguagem natural e animação automática.

			ou com perda auditiva.			
Ava	Transcrição e legendagem colaborativa	Transcrição de voz com legendagem ao vivo e participação de múltiplos usuários.	Usuários que se comunicam, principalmente, por texto.	Maior clareza de legendas; participação em grupos e eventos.	Palestras, oficinas, visitas e-bookdas, eventos coletivos.	Gratuito/Pago
Sistemas com alerta tátil-visual	Alerta de emergência ou notificação por vibração + luz	Sistemas que combinam emissões luminosas (LED piscante) e alertas táteis (vibração) para avisar usuários surdos de eventos importantes.	Usuários surdos, surdos-cegos ou com perda auditiva severa; pessoas que dependem de sinais visuais/táteis.	Percepção imediata de alertas sem necessidade de som; segurança e autonomia.	Alertas de emergência (incêndio/evacuação), chamadas de atendimento, avisos em salas de estudo, notificações discretas para início de eventos.	Pago
Sinalizadores luminosos de alerta	Sinalização visual de aviso e emergência	Luzes LED fortes e piscantes que avisam eventos importantes (incêndio, evacuação, chamada).	Surdos com perda auditiva profunda; usuários que dependem de sinais visuais.	Percepção imediata de alertas sem som; aumento da segurança.	Salas de estudo, corredores, auditórios; início/encerramento de atividades.	Pago
Chamadas por vibração (<i>paggers vibratórios, pulseiras, dispositivos pessoais</i>)	Notificação tátil discreta	Dispositivos que vibram para avisar ao usuário sobre chamadas, atendimento, espera, eventos ou emergências.	Surdos, surdos-cegos ou usuários que dependem de sinais táteis.	Autonomia para receber avisos sem precisar de som ou luz; discrição no uso.	Chamada para atendimento; sinalização de início de eventos, notificação em salas de estudo.	Pago
Celular com mensagens escritas	Comunicação textual direta	Uso de mensagens escritas (SMS, WhatsApp, notas) como meio principal de comunicação.	Usuários que preferem comunicação por texto; surdos oralizados; usuários que não usam LIBRAS.	Comunicação discreta, rápida e totalmente compreensível.	Troca de mensagens com funcionários; envio de instruções/marketing; atendimento sem voz; suporte durante o acervo.	Varia conforme modelo (dispositivo do usuário)
Dispositivos de Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA)	Comunicação alternativa baseada em símbolos, texto ou imagens	Equipamentos e apps de CAA que permitem ao usuário expressar necessidades por meio de símbolos, textos ou combinações visuais.	Usuários surdos com dificuldades adicionais de fala, usuários com comunicação limitada, pessoas que não utilizam LIBRAS ou	Maior autonomia para expressar necessidades; comunicação clara; redução de barreiras.	Atendimento no balcão; comunicação individual; suporte a dúvidas; auxílio na circulação por setores da biblioteca.	Gratuito/Pago

			texto fluentemente .			
Dispositivos de assistência auditiva	Amplificação sonora e transmissão direta de áudio	Equipamentos que enviam som diretamente ao aparelho auditivo ou amplificam o som ambiente para usuários com perda auditiva.	Usuários com perda auditiva leve, moderada ou severa que utilizam aparelho auditivo ou implante coclear.	Melhora significativa na compreensão da fala; reduz ruído ambiente.	Balcão de atendimento, salas de estudo, eventos, auditórios da biblioteca.	Pago
Web Captioner	Legendagem automática em tempo real via navegador	Serviço online que capta fala pelo microfone e gera legendas instantâneas no navegador.	Usuários que usam legendas como principal meio de comunicação.	Acesso rápido a legendas sem instalar apps; ideal para eventos.	Palestras, reuniões, transmissões e atividades ao vivo na biblioteca.	Gratuito
Sistema de legendas (closed caption / subtitles) ²²	Legendagem de áudio e vídeo	Exibe texto sincronizado com fala em vídeos e streaming.	Usuários que dependem de legendas para conteúdo audiovisual	Acessibilidade e plena em vídeos e filmes.	Exibição de vídeos educativos, filmes e videoaulas;	Gratuito

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Entre as iniciativas que podem apoiar bibliotecas na seleção e no uso de tecnologias assistivas, destaca-se o repositório digital TaSSIA. Trata-se de uma plataforma em acesso aberto que reúne, organiza e descreve softwares voltados à autonomia de pessoas com deficiência em atividades de leitura, escrita, comunicação e uso de recursos digitais. A Figura 3 apresenta informações gerais sobre o referido repositório.

²² Nota: este recurso é distinto dos softwares de legendagem ao vivo já mencionados. Ele é nativo de vídeos e mídias gravadas e funciona, exclusivamente, em conteúdos previamente produzidos, não sendo aplicado à fala em tempo real.

Figura 3 - Conheça o repositório TaSSIA

DICA:

Conheça o repositório **TaSSIA!**

O TaSSIA é um repositório digital que reúne, em acesso aberto, softwares e recursos de tecnologia assistiva. Seu objetivo é facilitar a identificação de ferramentas que podem contribuir para a autonomia de pessoas com deficiência em atividades de leitura, escrita, comunicação e uso de tecnologias digitais.

Categorias de Recursos

- O repositório organiza os recursos por categorias e disponibiliza descrições e links de acesso aos softwares.

Leitura & Escrita	Comunicação Aumentativa	Acesso & Controle	Visão & Audição

Acesse gratuitamente e conheça o TaSSIA!

<https://tassia.uniriotec.br/>

Fonte: Elaboração própria (2026).

[Audiodescrição] No canto superior esquerdo, há um selo laranja com a palavra “DICA:”. Ao lado, em letras grandes, lê-se: “Conheça o repositório TaSSIA!”, com o nome “TaSSIA!” destacado em azul escuro e com ponto de exclamação. À direita do título, há uma ilustração de um notebook aberto com a palavra “TaSSIA!” na tela. Ao redor do notebook, aparecem ícones de tecnologias digitais e redes sociais, como um documento, símbolos gráficos e botões coloridos, além de uma lâmpada acesa acima da tela, simbolizando conhecimento e inovação. Abaixo do título, há um texto explicativo que diz que o TaSSIA é um repositório digital que reúne, em acesso aberto, softwares e recursos de tecnologia assistiva. O texto informa que o objetivo do repositório é facilitar a identificação de ferramentas que contribuam para a autonomia de pessoas com deficiência em atividades de leitura, escrita, comunicação e uso de tecnologias digitais. Mais abaixo, há um subtítulo em uma faixa azul escura: “Categorias de Recursos”. Logo abaixo, um texto informa que o repositório organiza os recursos por categorias e disponibiliza descrições e links de acesso aos

softwares. Na sequência, aparecem quatro ícones coloridos, alinhados horizontalmente, cada um com um rótulo abaixo: Leitura & Escrita – representado por um ícone de livro aberto. Comunicação Aumentativa – representado por uma tela com símbolos. Acesso & Controle – representado por engrenagens e um teclado. Visão & Audição – representado por um ouvido e um olho. Na parte inferior da imagem, há a frase em destaque: “Acesse gratuitamente e conheça o TaSSIA!”. Logo abaixo, aparece o endereço do site em uma caixa clara: <https://tassia.uniriotec.br/>

Por que investir em tecnologias assistivas para usuários surdos nas bibliotecas?

- **Bibliotecários:** Bibliotecários devem investir em tecnologias assistivas, porque esses recursos facilitam a comunicação com usuários surdos, ampliam o acesso à informação e tornam o atendimento mais eficiente e inclusivo. As ferramentas ajudam a reduzir barreiras linguísticas, fortalecem a atuação do bibliotecário como mediador da informação e proporcionam experiências de uso mais acolhedoras e autônomas.
- **Gestores:** Gestores devem investir em tecnologias assistivas, porque elas garantem o cumprimento das legislações de acessibilidade, reforçam o compromisso institucional com a inclusão e modernizam os serviços da biblioteca. A adoção desses recursos demonstra responsabilidade social, melhora a imagem institucional e permite que a biblioteca responda de maneira estratégica às demandas reais da comunidade que atende.

Assim, investir em tecnologias assistivas nas bibliotecas é uma ação indispensável para promover inclusão, acessibilidade e igualdade de oportunidades. Ao oferecer recursos que facilitam a comunicação e o acesso à informação de usuários surdos, bibliotecários e gestores fortalecem o compromisso institucional com a diversidade e contribuem para a construção de ambientes mais acolhedores e participativos. Mais do que cumprir a legislação, implementar tecnologias assistivas representa uma escolha estratégica que valoriza as diferenças, amplia a autonomia dos usuários e reafirma a biblioteca como um espaço democrático dedicado ao conhecimento e à cidadania.

7 O PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI) E O PLANEJAMENTO DA ACESSIBILIDADE NAS BIBLIOTECAS DO IFRJ

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) é o principal instrumento de planejamento estratégico do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ). Esse documento orienta as políticas, os objetivos e as metas institucionais para um determinado período, abrangendo áreas como ensino, pesquisa, extensão, gestão e inclusão. Para as bibliotecas, o PDI funciona como uma referência fundamental, pois define compromissos institucionais que devem ser considerados no planejamento de serviços, espaços e práticas informacionais.

No que se refere à acessibilidade e à inclusão, o PDI 2024–2028 reafirma princípios relacionados à equidade, à democratização do acesso e à permanência estudantil. Embora o documento apresente essas diretrizes de forma transversal, elas alcançam as bibliotecas diretamente, uma vez que o acesso à informação, à comunicação e aos ambientes informacionais é condição essencial para a participação plena de todos os usuários, incluindo as pessoas surdas.

Nesse sentido, as bibliotecas do IFRJ são chamadas a alinhar suas ações às orientações expressas no PDI. Isso implica compreender a acessibilidade não como uma iniciativa pontual, mas como parte integrante do planejamento institucional e das rotinas de gestão, atendimento e mediação da informação. Para esse setor, isso significa planejar serviços, organizar acervos, adequar espaços e adotar estratégias comunicacionais que considerem a diversidade linguística e comunicacional da comunidade acadêmica, incluindo as pessoas surdas.

As diretrizes do PDI 2024–2028 relacionadas à inclusão e à acessibilidade são apresentadas de forma ampla, o que torna necessário o seu desdobramento em ações práticas no cotidiano institucional. Assim, no contexto das bibliotecas, essa característica reforça a necessidade de instrumentos orientadores que auxiliem gestores e bibliotecários a transformar princípios e diretrizes gerais em ações concretas, viáveis e contínuas.

É nesse contexto que este e-book é inserido. O material foi concebido como um instrumento de apoio ao planejamento e à implementação de ações de acessibilidade e inclusão nas bibliotecas do IFRJ, em consonância com as diretrizes do PDI. Ao oferecer orientações práticas, exemplos e recomendações, o e-book busca apoiar gestores e bibliotecários na tomada de decisões, contribuindo para a consolidação de

bibliotecas mais acessíveis, inclusivas e comprometidas com a democratização da informação e com o direito à educação em condições de igualdade.

PARTE II

Nesta segunda parte do e-book, são apresentadas orientações destinadas a bibliotecários, auxiliares e coordenadores que atuam nas bibliotecas do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ). Diretamente, estas orientações resultam da pesquisa que fundamentou este material, especialmente, da análise do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2024–2028) e das necessidades identificadas no contexto das bibliotecas da instituição.

As recomendações reunidas foram elaboradas a partir da literatura especializada sobre acessibilidade, surdez e inclusão em ambientes educacionais e informacionais. O objetivo é oferecer subsídios que auxiliem os servidores das bibliotecas na promoção de condições mais inclusivas para estudantes surdos, ampliando suas possibilidades de participação, autonomia e aprendizagem nos espaços bibliotecários.

8 ORIENTAÇÕES PARA INCLUSÃO DE USUÁRIOS SURDOS NAS BIBLIOTECAS DO IFRJ

As orientações estão organizadas em seis eixos principais. O *Eixo 1 — Formação e Desenvolvimento de Competências*, trata da capacitação contínua dos servidores em Libras, acessibilidade e tecnologias assistivas. O *Eixo 2 — Comunicação e Atendimento Acessível*, aborda práticas e recursos que favorecem interações claras, bilíngues e inclusivas. O *Eixo 3 — Acervo, Materiais e Conteúdos Acessíveis*, concentra-se na oferta de coleções, tutoriais e produções em formatos acessíveis e bilíngues. O *Eixo 4 — Tecnologia Assistiva e Infraestrutura Acessível*, contempla equipamentos, sistemas digitais e adaptações físicas que ampliam a autonomia dos usuários. O *Eixo 5 — Gestão, Planejamento e Políticas Institucionais*, orienta processos, indicadores e diretrizes que institucionalizam a acessibilidade. Por fim, o *Eixo 6 — Divulgação, Comunicação Institucional e Cultura Inclusiva* que enfatiza a visibilidade dos serviços acessíveis, o engajamento de usuários surdos e a promoção de uma cultura inclusiva em toda a instituição.

Na sequência, cada eixo é apresentado em formato de imagem, com orientações visuais e sintéticas para facilitar a consulta e o uso no dia a dia das bibliotecas.

Figura 4 - Eixo 1: formação e desenvolvimento de competências



Fonte: Elaboração própria (2026).

[Audiodescrição] Imagem em formato vertical, com fundo claro e predominância de tons de verde, organizada como um infográfico educativo sobre ações voltadas à acessibilidade para pessoas surdas. No topo, há uma faixa verde escura com o texto “Eixo 1 – Formação e Desenvolvimento de Competências”. À direita do título, aparece um ícone de um livro aberto e uma mão fazendo o sinal de “Eu te amo” em Libras. Logo abaixo, uma faixa verde mais clara traz o subtítulo “Recomendação de Ações a Serem Planejadas”. A imagem é dividida em quatro blocos principais, cada um com um ícone de marca de verificação à esquerda e ilustrações à direita. No primeiro bloco: Título: “Promover formação em Libras e acessibilidade:” Texto em tópicos: Realizar capacitações sobre Libras, cultura surda e acessibilidade comunicacional; Utilizar plataformas EAD com intérprete e legendas; Empregar ferramentas como VLibras Player e Hand Talk. À direita, há uma ilustração de um livro aberto, uma lâmpada acesa e ícones de vídeo, simbolizando aprendizado e tecnologia. No segundo bloco: Título: “Instituir plano de capacitação continuada:” Tópicos: Estabelecer programa permanente de formação; Ofertar cursos híbridos com Libras; Registrar servidores capacitados e avaliar resultados periodicamente. À direita, aparece uma ilustração de uma tela com o texto “Atendimento em Libras”, livros empilhados e mãos apontando para o vídeo, indicando ensino e capacitação contínua. No terceiro bloco: Título: “Designar responsável pelo atendimento a usuários surdos:” Tópicos: Nomear servidor-referência com conhecimento em Libras e tecnologias assistivas; Coordenar ações com NAPNE; Acompanhar uso de videofones e sistemas visuais. À direita, há uma ilustração de uma pessoa em frente a um computador com uma chamada em vídeo em Libras, representando atendimento especializado. No quarto bloco: Título: “Incluir pessoas surdas nas equipes:” Tópicos: Incentivar contratação de profissionais surdos ou estagiários bilíngues; Incluir esses colaboradores na produção, revisão e validação de materiais acessíveis. À direita, aparece a ilustração de duas pessoas, um homem e uma mulher, sorrindo, usando Libras e segurando documentos, simbolizando participação, colaboração e inclusão.

Figura 5 - Eixo 2: comunicação e atendimento acessível



[Audiodescrição] Imagem em formato vertical, com fundo claro em tons de azul, organizada como um infográfico informativo sobre acessibilidade no atendimento a pessoas surdas. No topo, há uma faixa azul escura com o texto “Eixo 2 – Comunicação e Atendimento Acessível”. À direita do título, aparece um ícone de uma mão fazendo sinal em Libras ao lado de uma tela de computador com símbolo de vídeo. Logo abaixo, uma faixa azul clara apresenta as palavras “Orientação” e “Ações Recomendadas”, indicando o caráter prático do conteúdo. A imagem é dividida em seis blocos principais, cada um identificado por um ícone circular com marca de verificação à esquerda e ilustrações à direita. Primeiro bloco: Título: “Adotar Libras como língua de atendimento complementar” Tópicos: Identificar servidores aptos em Libras; exibir sinalização “Atendimento em Libras”; Integrar Libras às rotinas de atendimento. À direita, há uma ilustração de um tablet exibindo a frase “Atendimento em Libras” e mãos realizando sinais. Segundo bloco: Título: “Oferecer comunicação escrita acessível.” Tópicos: Disponibilizar pranchetas, tablets e aplicativos de mensagens; Utilizar linguagem clara e confirmar informações por escrito. À direita, aparecem ícones de prancheta, documentos e telas digitais com símbolos de confirmação. Terceiro bloco: Título: “Implementar sinalização bilíngue e visual.” Tópicos: Instalar placas com textos, pictogramas e QR Codes direcionados a vídeos em Libras; Utilizar painéis digitais com tradução automática. À direita, há ilustrações de placas de banheiro, QR Code, painéis digitais e ícones de tecnologia. Quarto bloco: Título: “Utilizar recursos visuais no balcão de atendimento.” Tópicos: Instalar campainhas luminosas, painéis de chamada, telas táteis; Assegurar iluminação adequada e uso de pictogramas. À direita, são mostrados ícones de computador, laptop, telas e símbolos de comunicação visual. Quinto bloco: Título: “Criar canal digital acessível.” Tópicos: Disponibilizar atendimento por chat, e-mail ou videochamada com legendagem; Empregar videofones, VLibras Web. À direita, há uma ilustração de uma pessoa em frente a um computador realizando uma videochamada, acompanhada de ícones de chat e conexão. Sexto bloco: Título: “Registrar língua e canal de contato preferidos.” Tópicos: Incluir campos para “Língua Preferencial” e “Canal de Comunicação” no cadastro; Configurar sistemas Pergamum e Sophia para atendimento personalizado. À direita, aparecem ícones de formulários digitais, engrenagens e sinais de confirmação.

Figura 6 - Eixo 3: acervo, materiais e conteúdos acessíveis



Fonte: Elaboração própria (2026).

[Audiodescrição] Imagem em formato vertical, com fundo claro em tons de lilás e roxo, organizada como um infográfico educativo sobre acessibilidade informacional em bibliotecas e ambientes culturais. No topo, há uma faixa roxa com o texto “Eixo 3 – Acervo, Materiais e Conteúdos Acessíveis”. À direita do título, aparece a ilustração de um livro aberto com ícones de vídeo e QR Code, simbolizando conteúdos digitais acessíveis. Logo abaixo, uma faixa roxa mais clara apresenta as palavras “Orientação” e “Ações Recomendadas”, indicando diretrizes práticas. O infográfico é dividido em seis blocos principais, cada um identificado por um ícone circular com marca de verificação à esquerda e ilustrações temáticas à direita. Primeiro bloco: Título: “Disponibilizar acervo acessível e bilíngue.” Tópicos: Oferecer vídeos legendados, livros e materiais em Libras; Disponibilizar videofones e monitores com VLibras e ProDeaf. À direita, há a ilustração de uma tela exibindo uma pessoa sinalizando em Libras, acompanhada de livros e ícones de download. Segundo bloco: Título: “Criar coleção temática sobre surdez e cultura surda” Tópicos: Selecionar livros, vídeos e produções culturais sobre Libras e identidade surda; Empregar players com legendas e plataformas como Bookshare Brasil. À direita, aparecem livros empilhados, uma tela com vídeo em Libras e um QR Code. Terceiro bloco: Título: “Criar exposições sobre cultura surda” Tópicos: Organizar exposições com telas interativas, QR Codes em Libras e vídeos legendados; Promover ações culturais acessíveis. À direita, são mostradas várias telas digitais com símbolos de conexão, QR Code e vídeos em Libras. Quarto bloco: Título: “Produzir manuais e tutoriais bilíngues,” Tópicos: Desenvolver manuais com QR Codes para vídeos em Libras; disponibilizar versões acessíveis digitalmente; Utilizar Canva e CapCut. À direita, há ícones de edição de vídeo, legendas “CC” e dispositivos digitais. Quinto bloco: Título: “Garantir legendas revisadas em conteúdos audiovisuais” Tópicos: Revisar legendas e garantir sincronização; Usar YouTube Studio, Amara e softwares similares. À direita, aparece uma claquete de vídeo com o símbolo “CC” e uma mão tocando um botão de acessibilidade. Sexto bloco: Título: “Criar vídeos tutoriais em Libras” Tópicos: Produzir vídeos explicativos com intérprete ou apresentador surdo; Exibir conteúdos em totens acessíveis. À direita, há telas exibindo vídeos em Libras e ícones de reprodução.

Figura 7 - Eixo 4: tecnologia assistiva e infraestrutura acessível

Eixo 4

Tecnologia Assistiva e Infraestrutura Acessível



Orientação
Ações Recomendadas (Refinadas)

✓

Equipar a biblioteca com dispositivos acessíveis:

- Instalar TTY, videofones, loops de indução, painéis de LED e sistemas FM;
- Utilizar softwares VLibras, ProDeaf e Hand Talk;
- Treinar equipe.



✓

Aplicar acessibilidade digital no site:

- Adequar o site às diretrizes WCAG 2.1;
- Incluir VLibras Widget;
- Garantir vídeos com Libras e legendas.



✓

Implantar sistemas visuais de alerta e emergência:

- Instalar sirenes luminosas, painéis eletrônicos e sistemas de luz/vibração;
- Realizar testes regulares e treinar a equipe.



✓

Implantar sistemas visuais de alerta e emergência:

- Instalar sirenes luminosas, painéis eletrônicos e sistemas de luz/vibração;
- Realizar testes regulares e treinar a equipe.



✓

Integrar-se ao NAPNE, TI e Comunicação

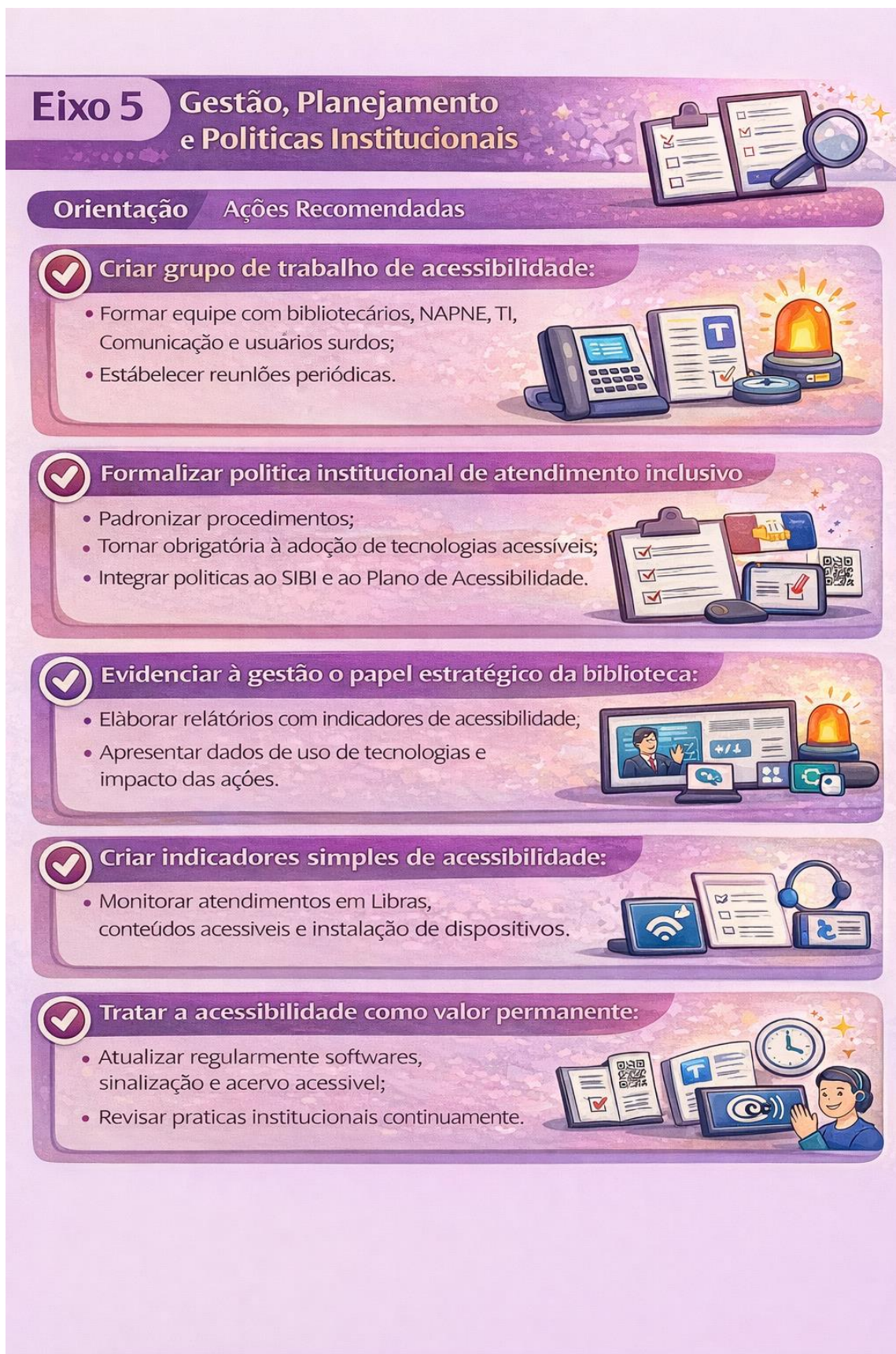
- Criar plano conjunto de acessibilidade;
- Utilizar estúdios para gravação em Libras;
- Aplicar legendagem automática com revisão.



Fonte: Elaboração própria (2026).

[Audiodescrição] Imagem em formato vertical, com fundo claro em tons de laranja, coral e vermelho, organizada como um infográfico educativo sobre acessibilidade tecnológica em bibliotecas. No topo, há uma faixa vermelho-escura com o texto “Eixo 4 – Tecnologia Assistiva e Infraestrutura Acessível”. À direita do título, aparece a ilustração de um monitor com símbolos de tecnologia assistiva, um fone de ouvido e uma sirene luminosa, representando recursos de alerta e comunicação. Logo abaixo, uma faixa mais clara traz as palavras “Orientação” e “Ações Recomendadas (Refinadas)”, indicando que se trata de diretrizes práticas detalhadas. O infográfico está dividido em cinco blocos horizontais, cada um com um ícone circular de marca de verificação à esquerda e ilustrações temáticas à direita. Primeiro bloco: Título: “Equipar a biblioteca com dispositivos acessíveis:” Tópicos: Instalar TTY, videofones, loops de indução, painéis de LED e sistemas FM; Utilizar softwares VLibras, ProDeaf e Hand Talk; Treinar equipe. À direita, há ilustrações de um telefone acessível, uma tela exibindo uma pessoa sinalizando em Libras e uma sirene luminosa. Segundo bloco: Título: “Aplicar acessibilidade digital no site:” Tópicos: Adequar o site às diretrizes WCAG 2.1; Incluir VLibras Widget; Garantir vídeos com Libras e legendas. À direita, aparecem telas de computador com páginas web acessíveis e ícones de navegação, além de livros empilhados. Terceiro bloco: Título: “Implantar sistemas visuais de alerta e emergência:” Tópicos: Instalar sirenes luminosas, painéis eletrônicos e sistemas de luz/vibração; Realizar testes regulares e treinar a equipe. À direita, há ícones de painéis eletrônicos, símbolos de alerta e uma sirene acesa. Quarto bloco: Título repetido: “Implantar sistemas visuais de alerta e emergência:” O texto repete os mesmos tópicos do bloco anterior, reforçando a importância da ação. À direita, aparecem ilustrações semelhantes, com QR Code, sirene luminosa e tela com pessoa em Libras. Quinto bloco: Título: “Integrar-se ao NAPNE, TI e Comunicação” Tópicos: Criar plano conjunto de acessibilidade; Utilizar estúdios para gravação em Libras; Aplicar legendagem automática com revisão. À direita, há a ilustração de duas pessoas em um estúdio de gravação: uma opera uma câmera e a outra sinaliza em Libras diante de uma tela, simbolizando produção de conteúdo acessível.

Figura 8 - Eixo 5: gestão, planejamento e políticas institucionais



Fonte: Elaboração própria (2026).

[Audiodescrição] Imagem em formato vertical, com fundo claro em tons de lilás e roxo, organizada como um infográfico educativo sobre gestão e políticas institucionais voltadas à acessibilidade. No topo, há uma faixa roxa escura com o texto “Eixo 5 – Gestão, Planejamento e Políticas Institucionais”. À direita do título, aparece a ilustração de uma prancheta com lista de verificação e uma lupa, simbolizando planejamento e monitoramento. Logo abaixo, uma faixa roxa mais clara apresenta as palavras “Orientação” e “Ações Recomendadas”, indicando diretrizes práticas. O infográfico é dividido em cinco blocos principais, cada um identificado por um ícone circular com marca de verificação à esquerda e ilustrações temáticas à direita. No primeiro bloco: Título: “Criar grupo de trabalho de acessibilidade:” Tópicos: Formar equipe com bibliotecários, NAPNE, TI, Comunicação e usuários surdos; Estabelecer reuniões periódicas. À direita, há ilustrações de um telefone, documentos e uma sirene luminosa, representando comunicação e organização. No segundo bloco: Título: “Formalizar política institucional de atendimento inclusivo” Tópicos: Padronizar procedimentos; Tornar obrigatória a adoção de tecnologias acessíveis; Integrar políticas ao SIBI e ao Plano de Acessibilidade. À direita, aparecem pranchetas com listas marcadas, documentos e símbolos institucionais. No terceiro bloco: Título: “Evidenciar à gestão o papel estratégico da biblioteca:” Tópicos: Elaborar relatórios com indicadores de acessibilidade; Apresentar dados de uso de tecnologias e impacto das ações. À direita, há a ilustração de uma tela exibindo uma apresentação, com gráficos e uma pessoa falando. No quarto bloco: Título: “Criar indicadores simples de acessibilidade:” Tópicos: Monitorar atendimentos em Libras, conteúdos acessíveis e instalação de dispositivos. À direita, aparecem ícones de conectividade, documentos e fones de ouvido. No quinto bloco: Título: “Tratar a acessibilidade como valor permanente:” Tópicos: Atualizar regularmente softwares, sinalização e acervo acessível; Revisar práticas institucionais continuamente. À direita, há ilustrações de relógio, documentos, QR Code e uma pessoa utilizando tecnologia acessível.

Figura 9 - Eixo 6: divulgação, comunicação institucional e cultura inclusiva



Fonte: Elaboração própria (2026).

[Audiodescrição] Imagem em formato vertical, com fundo claro em tons de azul e lilás, organizada como um infográfico educativo sobre divulgação, comunicação institucional e cultura inclusiva voltadas à acessibilidade para pessoas surdas. No topo, há uma faixa azul escura com o texto “Eixo 6 – Divulgação, Comunicação Institucional e Cultura Inclusiva”. À direita do título, aparece a ilustração de um megafone ao lado de uma tela com uma mão sinalizando em Libras, simbolizando comunicação acessível. Logo abaixo, uma faixa azul mais clara traz as palavras “Orientação” e “Ações Recomendadas (Refinadas)”, indicando diretrizes práticas. O infográfico é dividido em cinco blocos principais, cada um identificado por um ícone circular com marca de verificação à esquerda e ilustrações temáticas à direita. No primeiro bloco: Título: “Divulgar amplamente serviços acessíveis.” Tópicos: Produzir campanhas em Libras e com legendas; Divulgar serviços no site, murais e redes sociais; Firmar parcerias com associações de surdos. À direita, há a ilustração de um tablet exibindo uma pessoa em Libras, telas digitais, ícones de redes sociais e um QR Code. Segundo bloco: Título: “Tornar mídias sociais acessíveis e inclusivas.” Tópicos: Incluir legendas revisadas, texto alternativo (alt text) e versões em Libras; Usar Hand Talk Plugin e VLibras Web; Adotar linguagem simples. À direita, aparecem ícones de vídeo, legenda “CC”, símbolo de Libras e elementos gráficos de redes sociais. Terceiro bloco: Título: “Publicizar ações e resultados.” Tópicos: Divulgar boas práticas, projetos e indicadores; Produzir infográficos e vídeos acessíveis. À direita, há a ilustração de uma pessoa apresentando gráficos em uma tela, com ícones de compartilhamento em redes sociais. No quarto bloco: Título: “Criar grupo consultivo de usuários surdos.” Tópicos: Instituir grupo permanente; Realizar reuniões acessíveis com legendagem automática. À direita, aparece uma ilustração de uma pessoa em frente a um computador participando de reunião online acessível, com gráficos e símbolos de conexão. No quinto bloco: Título repetido: “Criar grupo consultivo de usuários surdos.” Tópicos: Instituir grupo permanente; Realizar reuniões acessíveis com legendagem automática; Divulgar avaliações e resultados. À direita, há a ilustração de três pessoas reunidas em uma mesa, dialogando por meio de Libras e documentos, com um símbolo de confirmação acima, representando participação e avaliação coletiva.

CONCLUSÃO

A acessibilidade e a inclusão da comunidade surda no contexto das bibliotecas institucionais constituem dimensões fundamentais para a efetivação do direito à informação e para o fortalecimento de uma educação pública verdadeiramente democrática. Ao longo deste e-book, foi possível evidenciar que a inclusão de estudantes surdos não se concretiza apenas pela oferta de serviços e espaços, mas depende, sobretudo, da adoção de práticas planejadas intencionalmente, sustentadas por políticas institucionais, formação de equipes e ações contínuas de enfrentamento às barreiras que limitam a participação plena desse público.

Nesse sentido, as bibliotecas do IFRJ assumem papel estratégico, uma vez que não se restringem à função de apoio técnico à vida acadêmica, mas se configuram como espaços formativos e de mediação informacional. Assim, ao considerar as especificidades linguísticas, comunicacionais e culturais da comunidade surda, reforça-se a necessidade de ampliar a compreensão de acessibilidade, integrando dimensões físicas, comunicacionais, informacionais, atitudinais e tecnológicas ou digitais, de modo a orientar transformações efetivas e permanentes no cotidiano bibliotecário.

A partir das reflexões apresentadas e das orientações sistematizadas nos eixos temáticos deste produto, esse e-book busca contribuir para a qualificação das práticas institucionais voltadas à inclusão, oferecendo subsídios para planejamento, diagnóstico e implementação de ações mais alinhadas aos princípios da equidade. Nesse percurso, ressalta-se que o fortalecimento da acessibilidade não deve ser compreendido como medida pontual ou emergencial, mas como compromisso institucional e processo contínuo, a ser incorporado à cultura organizacional das bibliotecas e articulado às diretrizes do PDI.

Dessa forma, espera-se que este material consolide-se como ferramenta de apoio para gestores e equipes técnicas, incentivando o desenvolvimento de serviços mais acessíveis, a ampliação do diálogo institucional e a implementação de estratégias inclusivas sustentáveis. Ao reconhecer e valorizar a diversidade linguística e cultural da comunidade surda, esse produto reafirma o papel das bibliotecas como espaços de inclusão, cidadania e democratização do conhecimento, contribuindo para que o IFRJ avance, de forma concreta, no fortalecimento de práticas educacionais comprometidas com o direito de todos à informação.

REFERÊNCIAS

- ASSIS, I. C.P.; PAULA, L.T. de. Mediação da informação digital: análise no contexto da Biblioteca Nacional do Brasil. **RDBCi**: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Campinas, v. 22, n. 00, p. e024012, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdbci/a/3jrZtdgJKTrdWhyqLVrxxq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 nov. 2025.
- BERNARDINO, E. L. A. Cultura surda. **Njinga & Sepé**: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras, São Francisco do Conde, v. 4, n. esp. II, p. 304-315, 2024. Disponível em: <https://revistas.unilab.edu.br/index.php/njingaesape/article/view/1701/1448>. Acesso em: 26 nov. 2025.
- BERSCH, R. **Introdução à tecnologia assistiva**. Porto Alegre: [Assistiva/Tecnologia da Educação], 2017. 20 p.
- BOSCHCO, Carolina de Paula. **Análise da acessibilidade física em bibliotecas universitárias da UTFPR**. Dissertação (Mestrado Profissional em Informação e Ambiente de Aprendizagem) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, UTFPR, Curitiba, 2021. Disponível em: <https://profiap.org.br/wp-content/uploads/2025/02/CAROLINA-DE-PAULA-BOSCHCO.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2025.
- BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 25 abr. 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em: 16 dez. 2025.
- BRASIL. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 3 dez. 2004. Seção 1, p. 16. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 14 jan. 2026.
- BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 16 dez. 2025.
- BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 16 dez. 2025.

CAHALANE, C. **9 Useful apps for people who are D/deaf or have hearing loss**. AbilityNet, 09 abr. 2025. Disponível em: <https://abilitynet.org.uk/news-blogs/9-useful-apps-people-who-are-ddeaf-or-have-hearing-loss>. Acesso em: 23 nov. 2025.

CAMPOS, S. O.; CALMON, M. A. de M.; JUNIOR, J. C. C. Bibliotecas universitárias à luz da acessibilidade: reflexões acerca da adequação das bibliotecas aos deficientes visuais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 28., 2019, Vitória. **Anais [...]**. Vitória: FEBAB, 2019. Disponível em: <https://portal.febab.org.br/cbbd2019/article/view/2157>. Acesso em: 18 nov. 2025.

CARVALHO, A. dos G. de; ANDRADE, A. K. P. de. Acessibilidade para surdos nas bibliotecas da UFG. **Revista SCIAS Língua de Sinais**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 82-100, jul./dez. 2022. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/sciasls/article/view/6800/4323>. Acesso em: 18 nov. 2025.

CHAVES, M. da S.; ROCHA, E. M. da S. da; CASTRO, C. H. **Guia para atendimento educacional no ensino do surdo oralizado** [livro eletrônico]. Niterói, RJ: Ed. das Autoras, 2022.

DINIZ, C. N. **Acessibilidade em bibliotecas**: unidade 3. Rio de Janeiro: Mimeo, 2023.

EVANGELISTA, I. V.; SIMÕES, M. G. M.; GUIMARÃES, J. A. C. O contributo das bibliotecas para a Agenda das Nações Unidas 2030: uma visão a partir da perspectiva ética. **Revista ICI**, Salvador, v. 16, n. 2, p. 44-60, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/36830/27939>. Acesso em: 19 nov. 2025.

FERREIRA, R. R.; CHAGAS, K. R. O bibliotecário como mediador no processo de inclusão do surdo em bibliotecas universitárias. **Revista Bibliomar**, São Luís, v. 15, n. 1/2, p. 84-101, jan./dez. 2016. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/bibliomar/article/view/6623/4274>. Acesso em: 23 nov. 2025.

GONÇALVES, A. C. da C. **Biblioteca inclusiva**: acessibilidade informacional baseada no desenho universal aos usuários do Instituto Federal da Paraíba (IFPB) – Campus Guarabira. 2024. 156 f. il. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação da Paraíba, Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT), Guarabira, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ifpb.edu.br/bitstream/177683/3709/1/DISSERTAC%CC%A7A%CC%83O PROFEPT - Ana Carine.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2025.

HOSHINO, H. T.; PEINADO, H. S. Acessibilidade em bibliotecas: proposição de soluções em projeto com foco na correção de barreiras arquitetônicas. **Revista de Engenharia e Tecnologia**, Maringá, v. 11, n. 1, p. 204-215, abr. 2019. Disponível em:

<https://revistas.uepg.br/index.php/ret/article/view/12775/209209210861>. Acesso em: 19 nov. 2025.

LIPSCHULTZ, H. **Library services for the deaf and hard of hearing: an update on issues and accommodations**. [S.l.], 2010. Disponível em: <http://hollythelibrarian.com/wp-content/uploads/2012/10/Library-services-for-the-deaf-and-hard-of-hearing.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2025.

MINNESOTA DEPARTMENT OF HUMAN SERVICES, Deaf and Hard of Hearing Services Division. **Apps / Deaf and Hard of Hearing**: assistive technology [online]. St. Paul: State of Minnesota, disponível em: <https://mn.gov/deaf-hard-of-hearing/assistive-technology/apps/>. Acesso em: 23 nov. 2025.

MIRANDA, S. N. de. **Acessibilidade ao usuário surdo e com deficiência auditiva em bibliotecas universitárias**: o caso da UNIRIO. 2015. 175 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://www.unirio.br/ppgb/arquivo/Dissertacao%20Sulamita%20Miranda.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2025.

MIRANDA, S. N. de. Comunicação acessível aos usuários surdos e com deficiência auditiva em bibliotecas: uma análise das normas brasileiras. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 13, p. 1684-1695, 2017. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/847/903>. Acesso em: 22 nov. 2025.

MISSINGHAM, R. Sustainable Development Goals: Insights from Research Libraries. **International Journal of Librarianship**, v. 5, n. 2, p. 13-25, dez. 2020. Disponível em: <https://journal.calaijol.org/index.php/ijol/article/view/167/272>. Acesso em: 17 nov. 2025.

OLIVEIRA, A. C. G. R. **A tecnologia assistiva para o deficiente auditivo**. Mossoró: Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufersa.edu.br/server/api/core/bitstreams/6f8fa74e-7bdc-4c35-b991-640a3830d168/content>. Acesso em: 23 nov. 2025.

PURCELL, R. **Assistive Technology for Hearing Impaired**. CareScribe Blog, [S.l.], 2025. Disponível em: <https://carescribe.io/blog/assistive-technology-for-hearing-impaired/>. Acesso em: 23 nov. 2025.

RIBEIRO, R. M. R.; ANJOS, N. M. dos; SILVA, R. A. S.; MOREIRA, M. de F. de J.; COSTA, D. M. S. A Biblioteca e a Agenda 2030: o caso do Sistema de Bibliotecas da UEFS. **Anais do XXII Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU)**, Florianópolis, SC, 2023. Eixo 3 – Bibliotecas e Sociedade. São Paulo: FEBAB, 2023. Disponível em: <https://portal.febab.org.br/snbu2023/article/view/3010/2861>. Acesso em: 18 nov. 2025.

SANTOS, J. P. O. **Educação e inclusão digital de pessoas surdas no ensino superior**: avaliação de acessibilidade em portais de internet de universidades

públicas de Mato Grosso do Sul. 2025. 96f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2025. Disponível em: <https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/bitstream/prefix/6618/1/JuliaPaulineOliveiraSantos.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2025.

SANTOS, S. K. da S. de L. Usuários surdos e acessibilidade em bibliotecas: uma revisão da literatura científica brasileira. **Informação & Informação**, Londrina, v. 25, n. 2, p. 258-278, 2020. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/38938/pdf>. Acesso em: 23 nov. 2025.

SANTOS, K. G. dos; CARVALHO, K. A. de. Acessibilidade e tecnologia assistiva em bibliotecas universitárias: estudo de caso no Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 13, n. 1, p. 5-19, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/22362/25333>. Acesso em: 17 nov. 2025.

SANTOS, Í. A.; VALÉRIO, E. D. Acesso de pessoas surdas em bibliotecas: caminhos para equidade. **Revista ACB**, Florianópolis, v. 26, n. 3, p. 1–11, 2021. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1838/pdf?>. Acesso em: 22 nov. 2025.

SANTOS, A. B. F. dos; SOUZA, N. S. de; SODRÉ, M. S. de O.; MOL, G. M. dos S. A. Contribuições das tecnologias assistivas para a inclusão educacional de pessoas surdas: uma revisão narrativa. **Revista Educação Especial Santa Maria**, Santa Maria, v. 38, n. 1, p. 1-17, fev. 2025. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/89913/66089>. Acesso em: 20 nov. 2025.

SASSAKI, R. K. Capacitismo, incapacitismo e deficientismo na contramão da inclusão. **Revista Reação**, São Paulo, ano XVII, n. 96, p. 10-12, jan./fev. 2014.

SAVANUR, K. P. From Policy to Practice: a Systematic Review of Inclusive Library Services for Students with Disabilities. **Library Waves**, v. 11, n. 1, jan./jun. 2025. Disponível em: <https://www.librarywaves.com/index.php/lw/article/view/224/165>. Acesso em: 19 ago. 2025.

SHERMAN, M. **Accessibility in Libraries: a Landscape Review**. Chicago: American Library Association Public Programs Office; Knology Ltd., 2022. Disponível em: <https://www.ala.org/sites/default/files/tools/content/220928-ppo-ltc-access-landscape-review.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2025.

SILVA, R. C. da. Mediação da informação e igualdade de acesso à biblioteca pública: uma análise discursiva sob a ótica de Régine Robin. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 18, p. 1-17, 2022. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1822/1379>. Acesso em: 21 nov. 2025.

SILVA, C. C. de O.; BERNARDINO, M. C. R. Percepções sobre biblioteca inclusiva. **Folha de Rosto**: Revista de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Juazeiro do

Norte, v. 1, n. 1, p. 30-43, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/folhaderosto/article/view/5/4>. Acesso em: 2 dez. 2025.

SILVA, A. F.; SPUDEIT, D. F. A. de O. **Bibliotecas inclusivas**: o que posso fazer para a inclusão das pessoas com deficiência visual? São Paulo: ABECIN Editora, 2020. 185 p. Disponível em: <https://portal.abecin.org.br/editora/article/view/219/194>. Acesso em: 15 nov. 2025.

SILVA, D. P. da; LIMA, P. R. de. Acessibilidade em Bibliotecas, no horizonte da Agenda 2030. Folha de Rosto. **Revista de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Juazeiro do Norte, v. 7, n. 3, p. 86-113, set./dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/folhaderosto/article/view/676/584>. Acesso em: 19 nov. 2025.

SIMÕES, F.; BORGES, J. A biblioteca pública como viabilizadora da Agenda 2030 da ONU. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 17, p. 1-23, 2021. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1456/1316>. Acesso em: 18 nov. 2025.

SPINA, C.; LOUGEN, C. Ensuring Inclusivity: questions to Guide the Creation and Evaluation of Library Accessibility Policies. **Library Leadership & Management**, v. 38, n. 4, 2025. Disponível em: <https://llm.corejournals.org/llm/article/view/7635>. Acesso em: 16 ago. 2025.

STROBEL, K. **As imagens do outro sobre a cultura surda**: um estudo em representações sociais. Porto Alegre: Mediação, 2008.

STROPARO, E. M. **Políticas inclusivas e acessibilidade em bibliotecas universitárias**: uma análise do Sistema de Bibliotecas (SiBi) da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná. 263 f. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/bitstream/handle/1884/35810/R%20-%20D%20-%20ELIANE%20MARIA%20STROPARO.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2025.

UNIVERSITY OF ILLINOIS AT URBANA-CHAMPAIGN. **Deaf or Hard of Hearing**: common assistive technologies. Urbana-Champaign: University Library, [s.d.]. Disponível em: <https://guides.library.illinois.edu/c.php?g=524532&p=3586482>. Acesso em: 23 nov. 2025.

VALTEIDES V.; SANTOS, J. C. N. dos. Inteligência artificial como ferramenta educacional assistiva para inclusão de deficientes auditivos e pessoas surdas na educação profissional e tecnológica. In: **V Seven International Multidisciplinary Congress – Anais**, [S.l.], 2024. Disponível em: <https://sevenpubl.com.br/anais7/article/view/3878/7043>. Acesso em: 23 nov. 2025.

VERGAMINI, S. **Acessibilidade comunicacional – surdos que sinalizam**. Inclusão com acessibilidade no trabalho. São Paulo, [s.d.]. Disponível em:

<https://www.acessibilidadenotrabalho.org/modulos/acessibilidades/acessibilidade-comunicacional-surdos-que-sinalizam>. Acesso em: 10 fev. 2026.

WELLICHAN, D. da S. P.; MANZINI, E. J. Usuários da informação com deficiência em bibliotecas: uma análise da produção científica em Biblioteconomia e Ciência da Informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 27, n. 3, p. 172-203, jul./set. 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/105894/61850>. Acesso em: 17 nov. 2025.

ZANINELLI, T. B. Agenda 2030 e o papel social da biblioteca universitária: uma reflexão em torno dos serviços de informação frente à diversidade dos estudantes cotistas no ensino superior. **Palabra Clave**, La Plata, v. 14, n. 2, e249, abr./set. 2025. Disponível em: https://sedici.unlp.edu.ar/bitstream/handle/10915/178699/Versi%C3%B3n_en_PDF.pdf-PDFA.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 20 nov. 2025.

ANEXO A – QUESTIONÁRIO SOBRE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO APLICADO ÀS BIBLIOTECAS DO IFRJ

Este formulário pretende obter os dados atualizados sobre a infraestrutura física, informacional e recursos humanos das bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, a fim de criar um panorama detalhados das condições atuais das mesmas e utilizar essas informações como base para o planejamento de melhorias e crescimento do setor.

1. A biblioteca do seu campus possui acessibilidade arquitetônica?

☐ Sim

☐ Não

2. Caso tenha respondido NÃO na pergunta anterior, há algum projeto na biblioteca para implantação de acessibilidade arquitetônica?

☐ Sim

☐ Não

3. Quanto à acessibilidade: assinale os itens que a biblioteca do Campus possui em conformidade com a norma da ABNT NBR 9050:2020 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos:

☐ Banheiros e lavabos acessíveis

☐ Bebedouro acessível

☐ Mobiliário acessível

☐ Entrada/saída com vão livre e acessível para a circulação de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida

☐ Espaço para atendimento com corrimão

☐ Mobiliário acessível

☐ Rampa de acesso com corrimão

☐ Equipamentos eletromecânicos, como elevadores, esteiras rolantes e outros

- ☐ Ambientes acessíveis para deslocamento, movimentação e circulação de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida
- ☐ Sinalização visual
- ☐ Sinalização tátil
- ☐ Piso tátil
- ☐ Espaço entre os penetrais das estantes (90 cm)
- ☐ Estantes acessíveis (1,60 cm)
- ☐ Nenhuma das opções acima

4. Quanto à entrada da biblioteca: possui espaço de aproximação, circulação e manobra, que possibilita boas condições de mobilidade de pessoas com diferentes tipos de deficiência e mobilidade reduzida?

- ☐ Sim
- ☐ Não

5. Quanto ao espaço de atendimento da biblioteca:

- ☐ É de fácil localização e bem sinalizado, com espaço para circulação e manobra, que possibilita boas condições de mobilidade de pessoas com diferentes tipos de deficiência
- ☐ Fica próximo à entrada da biblioteca
- ☐ Possui piso tátil
- ☐ Balcão de atendimento com altura que não inviabiliza o contato visual entre o funcionário da biblioteca e o usuário
- ☐ Nenhuma das opções acima

6. Quanto a serviços e equipamentos para acessibilidade, assinale quais itens a biblioteca são disponíveis:

- ☐ Leitores de tela e teclado virtual para pessoas com deficiência visual (cegueira e baixa visão)
- ☐ Serviços de impressão em braile
- ☐ Serviço de audiodescrição

☐ Sítios, plataformas ou programas acessíveis para que pessoas com deficiência possam utilizar os serviços oferecidos com autonomia

☐ Nenhuma das opções acima

7. Existem terminais de consulta acessíveis?

☐ Sim

☐ Não

8. Qual o percentual de mobiliário acessível?

☐ De 0 a 5%

☐ De 5% à 10%

☐ Acima de 10%

9. Existe mobiliário não acessível passível de adaptações?

☐ Sim

☐ Não

10. Quanto ao acervo: a biblioteca possui acervo em formato acessível para pessoas com deficiência visual (cegueira e baixa visão)?

☐ Sim

☐ Não

11. Caso tenha respondido SIM na pergunta anterior, qual o quantitativo de Títulos?

☐ De 0 a 10

☐ De 10 a 50

☐ De 50 a 100

☐ Mais de 100

12. Caso tenha respondido SIM na questão sobre acervo acessível, marque os tipos de acervo em formato acessível que a biblioteca possui:

- ☐ Livro em Braille
☐ Audiolivro
☐ Ambos

13. Quanto à Acessibilidade Atitudinal: em sua biblioteca existe acervo que aborda a temática de acessibilidade e inclusão?

- ☐ Sim
☐ Não

14. A biblioteca do Campus já realizou algum tipo de Estudo de Comunidade ou Estudo de Usuários, a fim de mapear o perfil de seus usuários reais e seus usuários potenciais?

- ☐ Sim
☐ Não

15. Caso tenha realizado, foi possível mapear e quantificar os usuários reais e os potenciais?

- ☐ Sim
☐ Não

16. Dentre os usuários reais e potenciais, quantos possuem algum tipo de deficiência?

- ☐ De 0 a 10
☐ De 10 a 50
☐ De 50 a 100
☐ Mais de 100

17. Quais tipos de deficiência puderam ser mapeadas?

- ☐ Deficiência Visual
- ☐ Deficiência Auditiva
- ☐ Deficiência Física
- ☐ Deficiência Mental
- ☐ Deficiência Intelectual
- ☐ Deficiência Múltipla

18. A biblioteca possui em seu quadro, de funcionários/servidores e colaboradores, pessoas com deficiência?

- ☐ Sim
- ☐ Não

19. Caso tenha respondido SIM na questão anterior, marque o tipo de deficiência:

- ☐ Deficiência Visual
- ☐ Deficiência Auditiva
- ☐ Deficiência Física
- ☐ Deficiência Mental
- ☐ Deficiência Intelectual
- ☐ Deficiência Múltipla

20. Existe, na biblioteca de seu campus, servidor capacitado para atender pessoas com deficiências:

- ☐ Sim
- ☐ Não

21. Caso tenha respondido SIM na questão anterior, marque para qual tipo de deficiência o servidor foi capacitado:

- ☐ Deficiência Visual
- ☐ Deficiência Auditiva

- ☐ Deficiência Física
- ☐ Deficiência Mental
- ☐ Deficiência Intelectual
- ☐ Deficiência Múltipla

22. Algum servidor ou colaborador da biblioteca sabe a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)?

- ☐ Sim
- ☐ Não

23. Existe previsão de capacitação dos profissionais que atuam na mediação?

- ☐ Sim
- ☐ Não

24. Já foi realizada algum tipo de ação a fim de minimizar os impactos na mediação inclusiva ou até mesmo a exclusão social?

- ☐ Sim
- ☐ Não

25. Caso tenha respondido sim na pergunta anterior, marque a alternativa:

- ☐ Campanha de conscientização sobre acessibilidade
- ☐ Ações de formação para servidores e terceirizados sobre “Acessibilidade e Tecnologia Assistiva”
- ☐ Parcerias interinstitucionais
- ☐ Curso de formação sobre Acessibilidade
- ☐ Capacitação em Tecnologias Assistivas aos servidores envolvidos no processo de atendimento e mediação
- ☐ Confecção de materiais (vídeos, manuais, tutoriais e outros) sobre acessibilidade e tecnologias assistivas

- ☐ Realização de encontros para sensibilização e conscientização do corpo de profissionais quanto à acessibilidade
- ☐ Realização de encontros periódicos com os profissionais e usuários com deficiência para avaliação das medidas implantadas
- ☐ Definição de equipe profissional para apoio na mediação e atendimento ao cidadão

26. A acessibilidade na comunicação garante a supressão das barreiras na comunicação e no acesso à informação, o que dificulta e impede a expressão e o recebimento de informações de maneira acessível. No âmbito dessa dimensão a biblioteca:

- ☐ Fornece prontamente e sem custo adicional às pessoas com deficiência todas as informações destinadas ao público em geral em formatos acessíveis e tecnologias apropriadas aos diferentes tipos de deficiência
- ☐ Aceita e facilita, em trâmites oficiais, o uso de línguas de sinais, Braille, comunicação aumentativa e alternativa e, de todos os demais meios, modos e formatos acessíveis de comunicação, à escolha das pessoas com deficiência
- ☐ Solicita às entidades privadas que oferecem serviços ao público em geral, inclusive por meio da Internet, a fornecer informações e serviços em formatos acessíveis, que possam ser usados por pessoas com deficiência
- ☐ Reconhece e promove o uso de língua de sinais
- ☐ Dispõe de pessoas que tenham o domínio das necessidades das pessoas com deficiência e das especificidades dos surdos oralizados
- ☐ Dispõe de intérprete de LIBRAS
- ☐ Disponibiliza locais, dias e horários para atendimentos especializados e divulgados
- ☐ Dispõe de atendimento por meio de teletouch, para o cidadão surdo-cego
- ☐ Dispõe de atendimento ao público por meio de equipamentos
- ☐ Dispõe de serviço de atendimento ao público via telefone
- ☐ Dispõe de teclados e mouses alternativos, ampliadores de tela, sistemas de inversão de cores e leitor de tela com síntese de voz, programa tradutor de texto para impressão em Braille, entre outras

27. Dentre as inúmeras formas de formas de promoção da acessibilidade metodológica em bibliotecas, assinale as disponíveis em sua biblioteca:

- ☐ Uso de ferramentas de acessibilidade
- ☐ Treinamento de servidores em inclusão e diversidade
- ☐ Flexibilização do tempo de atendimento, de consulta e empréstimo dos documentos, quando aplicável
- ☐ Adoção de tecnologias assistivas para efetivação do uso dos sistemas
- ☐ Desenvolvimento de instrumentos de recuperação da informação (inclui os instrumentos de pesquisa) adaptados e em multiformatos (texto, áudio, vídeo em Libras, etc)
- ☐ Elaboração de e-books institucionais para pessoas com deficiência em multiformatos
- ☐ Treinamento e desenvolvimento de recursos humanos
- ☐ Desenvolvimento de formas de comunicação alternativas para a concretização do processo de mediação

28. Quanto à acessibilidade programática, a biblioteca promove sensibilização, conscientização, informação, conhecimento e a aplicação dos dispositivos legais e políticas públicas relacionadas à inclusão (leis, decretos, portarias, normas, regulamentos, entre outros)?

- ☐ Sim
- ☐ Não